

LUCAS AUGUSTO TAVARES DA SILVA

# JAIME I O CONQUISTADOR

E AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS  
NA COROA DE ARAGÃO (1208-1276)



EDITORA  
SCHREIBEN

Lucas Augusto Tavares da Silva

---

**JAIME I**  
**O CONQUISTADOR**  
E AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS  
NA COROA DE ARAGÃO (1208-1276)

---



EDITORA  
SCHREIBEN

2024

© Do autor - 2024

Editoração e capa: Schreiben

Imagem da capa: darcraft - Freepik.com

Revisão: o autor

Livro publicado em: 13/06/2024

Termo de publicação: TP0352024

**Conselho Editorial (Editora Schreiben):**

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)

Dr. Airton Spies (EPAGRI)

Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)

Dr. Cleber Duarte Coelho (UFSC)

Dr. Deivid Alex dos Santos (UEL)

Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)

Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)

Dr. Fábio Antônio Gabriel (SEED/PR)

Dra. Geuciane Felipe Guerim Fernandes (UENP)

Dra. Ivânia Campigotto Aquino (UPF)

Dr. João Carlos Tedesco (UPF)

Dr. Joel Cardoso da Silva (UFPA)

Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)

Dr. José Raimundo Rodrigues (UFES)

Dr. Klebson Souza Santos (UEFS)

Dr. Leandro Hahn (UNIARP)

Dr. Leandro Mayer (SED-SC)

Dra. Marcela Mary José da Silva (UFRB)

Dra. Marciane Kessler (URI)

Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)

Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)

Dr. Odair Neitzel (UFFS)

Dr. Wanilton Dudek (UNESPAR)

*Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).*

Editora Schreiben

Linha Cordilheira - SC-163

89896-000 Itapiranga/SC

Tel: (49) 3678 7254

editoraschreiben@gmail.com

www.editoraschreiben.com

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

S586 Silva, Lucas Augusto Tavares da  
Jaime I o Conquistador e as relações sociopolíticas na Coroa de Aragão (1208-1276) / Lucas Augusto Tavares da Silva. --Itapiranga : Schreiben, 2024.  
122p. : il.  
Bibliografia  
E-book no formato PDF.  
ISBN: 978-65-5440-274-3 [versão impressa]  
EISBN: 978-65-5440-273-6 [versão digital]  
DOI: 10.29327/5405955  
1. Jaime I, Rei de Aragão, 1208-1276 2. Poder (Ciências sociais) 3. Nobreza – Espanha - História 5. Idade média – História I. Título.

CDD 946

Bibliotecária responsável Juliane Steffen CRB14/1736

# **A**GRADECIMENTOS

---

Fruto da minha tese de doutorado, este livro é o resultado de uma trajetória de pesquisa que se estende por mais de uma década, durante a qual contei com o apoio de pessoas e instituições que tornaram possível esta realização.

Primeiro, agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional, carinho e incentivo que sempre demonstraram em todas as decisões que tomei em minha vida pessoal, acadêmica e profissional.

À minha querida orientadora, Fátima Regina Fernandes Frighetto, que acompanha meu progresso desde o mestrado, agradeço a dedicação, confiança, apoio e, acima de tudo, amizade. A certeza de tê-la como guia ao longo desta jornada foi, sem dúvida, primordial para superar todos os obstáculos e alcançar os louros da vitória. Ao escrever estas singelas palavras, me emociono ao recordar de sua infinita paciência, compreensão e sabedoria que, nos momentos de incerteza, inspiraram-me confiança de que o sonho era possível. A você, minha eterna gratidão.

Ao estimado professor Renan Frighetto, agradeço o afeto, apoio e amizade que demonstrou desde a primeira vez em que caminhei pelos corredores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Se tivesse de apontar minhas inspirações enquanto profissional, seu nome, inquestionavelmente, figuraria. Sua postura e conduta inspiram continuamente minha prática docente e trazem um imenso orgulho em ter sido seu aluno.

À querida professora Adriana Mocolim, agradeço por ter-me aberto as portas desta trajetória de pesquisa ainda na graduação por meio da Iniciação Científica, despertando em mim a paixão pela História Medieval.

Aos membros da banca examinadora da minha tese de doutorado, agradeço a disponibilidade em avaliar meu trabalho e pelas valiosas sugestões que foram fundamentais para a concretização desta publicação.

À Maria Cristina Parzowski, secretária do PPGHIS, agradeço o

suporte e orientação com todas as questões burocráticas inerentes à rotina em uma pós-graduação, além da amizade genuína e sincera que dispôs ao longo desses anos.

Ao meu amigo e irmão de alma, Felipe Augusto Tkac, agradeço a parceria e amizade construídas ao longo de uma década que se mantiveram na pós-graduação como um apoio imprescindível para superar os desafios e compartilhar as vitórias.

Aos meus amigos e minhas amigas da linha de pesquisa Cultura e Poder, do PPGHIS como um todo e também egressos, agradeço pela rede de apoio que construímos no decorrer dos anos, onde sempre encontrei amparo e incentivo mesmo nos momentos mais tempestuosos.

À minha querida amiga, Mariana Dias Antonio, expresso minha gratidão pelo incentivo e apoio à publicação deste livro.

Por fim, agradeço à CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelo apoio financeiro que viabilizou a execução da minha tese de doutorado, resultando neste livro.

# SUMÁRIO

---

INTRODUÇÃO.....	7
OS PRIMEIROS ANOS DO REI JAIME I DE ARAGÃO, O CONQUISTADOR (1208-1227).....	21
1.1 O CONTEXTO DO NASCIMENTO E INFÂNCIA.....	21
1.1.1 <i>O reinado de Pedro II, o “Católico” e a Cruzada Albigense</i> .....	24
1.2 A COROAÇÃO.....	30
1.3 NOBREZA X MONARQUIA.....	33
1.3.1 <i>O sistema de honores ou tenências e a nobreza             catalano-aragonesa: interesses e comportamento político</i> .....	34
1.3.2 <i>A regência do conde Sancho Raimundo (1214-1218)</i> .....	38
1.3.3 <i>O reinado de Jaime I e os confrontos com a nobreza</i> .....	40
1.3.4 <i>As primeiras tentativas de incursão contra Valência:             um rei sem apoio?</i> .....	44
1.3.5 <i>O estopim das revoltas nobiliárquicas e o Tratado de Alcalá</i> .....	46
1.3.6 <i>Balço dos primeiros anos de reinado: aprendizado real?</i> .....	48
<i>A ERA DAS CONQUISTAS:</i>	
MAIORCA (1229-1232) E VALÊNCIA (1232-1245).....	51
2.1 A CONQUISTA DA ILHA DE MAIORCA (1229-1232).....	52
2.1.1 <i>A travessia e a Batalha de Santa Ponsa</i> .....	57
2.1.2 <i>A Batalha de Portopí</i> .....	61
2.2 A CONQUISTA DE VALÊNCIA (1232-1245).....	68
2.2.1 <i>Primeira Fase: o particularismo aragonês na tomada             de Morella (1232)</i> .....	69
2.2.2 <i>Segunda Fase: a intervenção real (1233-1235)</i> .....	71
2.2.3 <i>Terceira Fase: a conquista como um feito da Coroa (1236-1238)</i> .....	72
2.2.4 <i>Finalização da campanha e o pós-conquista</i> .....	74
OS ÚLTIMOS ANOS DO REINADO DE JAIME I (1245-1276): O FIM SE ASSEMELHA AO INÍCIO? .....	79
3.1 AS RELAÇÕES MATRIMONIAIS DE JAIME I.....	80
3.2 A SUCESSÃO DE TESTAMENTOS E O FORTELECIMENTO DA INSTABILIDADE POLÍTICA INTERNA.....	87

3.3 OS ÚLTIMOS TESTAMENTOS E O FIM DO REINADO DE JAIME I, O CONQUISTADOR.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
FONTES DOCUMENTAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	112
ANEXO - REIS DE ARAGÃO: DE RAMIRO I A JAIME I (XI-XIII).....	120
SOBRE O AUTOR.....	121

# ***I*NTRODUÇÃO**

---

A presente pesquisa volta-se ao estudo do reinado de Jaime I de Aragão, nominado “o Conquistador”, que assumiu os títulos de rei de Aragão e conde de Barcelona desde o ano de 1214, ainda com seis anos de idade, e perpetrou um reinado que se estendeu por mais de 60 anos, o qual foi marcado por diversos eventos políticos, tais como disputas pelo poder, revoltas nobiliárquicas, alianças e acordos internos e externos, matrimônios, campanhas militares, entre outros.

Tais eventos evidenciaram a necessidade de articulação das relações sociopolíticas entre a monarquia e suas vinculações internas com a nobreza catalã e aragonesa, cuja influência no âmbito da governação externava a importância de seu apoio como baluarte às linhas de ação almejadas por Jaime I no decurso de seu reinado.

Destarte, esta pesquisa pretende desenvolver-se em torno da seguinte problemática: de que forma Jaime I atuou na articulação das relações sociopolíticas em suas vinculações internas com a sociedade política catalã e aragonesa no âmbito dos principais eventos políticos que marcaram o seu reinado?

Ressaltamos que a escolha de tal perspectiva temática resulta, inicialmente, da nossa experiência de pesquisa com a Coroa de Aragão, em especial com o reinado de Jaime I, nos últimos dez anos, tendo a Iniciação Científica como ponto de partida. Soma-se a esta justificativa de cunho pessoal, a constatação de uma lacuna na historiografia brasileira acerca deste tema.

Atualmente o Brasil conta com uma ampla e reconhecida produção científica na área de História Medieval e dentre os recortes temáticos que despertam a atenção dos medievalistas brasileiros está a Península Ibérica Medieval, possivelmente pela influência colonizadora de Portugal e Espanha na História do país. Tal interesse culminou no desenvolvimento de notáveis pesquisas científicas voltadas ao estudo dos reinos medievais ibéricos, com grande destaque na produção nacional para Portugal e Castela.



Contudo, quando se trata do Reino de Aragão, a produção científica nacional está marcada por uma escassez considerável, sendo que apenas um número reduzido de pesquisadores tem dedicado atenção a este recorte, cuja História detém uma importância significativa à conjuntura medieval ibérica.

Portanto, a relevância desta pesquisa reside na tentativa de explorar uma temática pouco trabalhada na historiografia brasileira ao atuar na compreensão das particularidades do Reino de Aragão no contexto medieval ibérico, especialmente no que diz respeito à esfera política, contribuindo assim para a ampliação do escopo de pesquisa desta temática na produção historiográfica nacional.

Cabe ressaltar ainda que

[...] o estudo da prática e exercício do poder em um contexto temporalmente distante como é o período medieval permite, dadas as devidas ressalvas diacrônicas, pensar no papel dos governantes na atualidade e a sua relação com a sociedade política que os cercam, assim como a influência dos interesses que permeiam tais relações e o seu reflexo no âmbito da governação no jogo político. (SILVA, 2021, p. 66).

Sendo assim, alinhado à problemática supraevocada, estabelecemos o objetivo principal de analisar como Jaime I atuou na condução das relações sociopolíticas em suas vinculações internas com a sociedade política catalã e aragonesa, notadamente a nobreza no decurso dos principais eventos políticos assinalados durante o seu reinado.

No que diz respeito ao aspecto teórico-metodológico, esta pesquisa alinha-se ao escopo de investigação da Nova História Política, que a partir da segunda metade do século passado ressignificou os antigos enfoques da História Política Tradicional e retomou as temáticas da Guerra, da Diplomacia, das Instituições e da atuação de indivíduos que ocuparam posições privilegiadas no âmbito do poder, mas também proporcionou o devido destaque às relações políticas entre grupos sociais diversos. (BARROS, 2008).

Ao lado deste horizonte teórico, cabe destacar a relevância da dimensão conceitual para o prosseguimento da pesquisa, considerando que dentre as diversas ferramentas de que dispõem os pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, os conceitos assumem um papel

de suma importância ao se constituírem como chaves interpretativas cristalizadas em forma de palavras ou expressões que auxiliam no sentido da organização de determinados objetos de pesquisa, por meio de um processo de aproximação ou distanciamento entre si.

Neste sentido, Barros (2016, p. 26-27) propõe a seguinte definição de conceito:

O conceito pode ser entendido, de modo mais geral, como a bem-delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas. [...] os conceitos são pontos de apoio sistemáticos para um tipo de conhecimento a ser produzido, no interior de um campo específico de reflexões.

Assim, os conceitos se constituem como peças fundamentais de um trabalho de investigação científica ao possibilitarem um horizonte de organização em meio a um oceano de fenômenos isolados. Neste sentido, cabe ressaltar inicialmente a importância do conceito de poder para o desenvolvimento da pesquisa, tendo em conta que “a palavra ‘poder’ rege os caminhos internos da História Política da mesma maneira que a palavra ‘cultura’ rege os caminhos internos da História Cultural [...]”. (BARROS, 2008, p. 4).

Em vista disso, adotamos a definição de poder proposta por Mario Stoppino:

Em seu significado mais geral, a palavra Poder designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. [...] Se o entendermos em sentido especificamente social, ou seja, na sua relação com a vida do homem em sociedade, o Poder torna-se mais preciso, e seu espaço conceptual pode ir desde a capacidade geral de agir, até à capacidade do homem em determinar o comportamento do homem: Poder do homem sobre o homem. O homem é não só o sujeito mas também o objeto do Poder social. [...] Como fenômeno social, o Poder é portanto **uma relação entre os homens** (STOPPINO, 1998, p. 933- 934, grifo nosso).

Deste modo, acolhendo tal definição, seguindo a linha teórica da Nova História Política e considerando que o conceito de poder é em grande medida associado ao âmbito da política (FALCON, 1997), buscamos nesta pesquisa compreendê-lo não como algo advindo exclusivamente de uma

grande instituição ou personalidade específica, mas sim como um elemento que permeia e estrutura uma grande teia de relações estabelecidas em diferentes níveis de interdependência.

Em suma, no contexto do reinado de Jaime I de Aragão, o poder não se situa somente no âmbito da monarquia, mas atravessa as relações estabelecidas entre o rei e os integrantes da sociedade política que compõem a estrutura do seu governo, estendendo-se também ao fluxo externo com outros reinos e o papado. Neste ponto, o conceito de sociedade política também merece ser destacado, o qual compreendemos à luz das discussões do historiador espanhol Miguel Ángel Ladero Quesada, que se refere a ele como “[...] “todos aquellos grupos sociales con capacidad efectiva y continua para la práctica de poder político, tanto por el que ejercen ellos por sí mismos como por su intervención o participación en el de la monarquía”. (LADERO QUESADA, 2000, p. 462).

Ainda nesta linha, consideramos pertinente destacar a distinção entre a sociedade política catalã e aragonesa, expressa não somente pela disparidade territorial, mas também por suas distintas trajetórias históricas e desenvolvimento cultural, especialmente no que tange à sua cultura política, sendo este mais um conceito de suma importância para a pesquisa, o qual compreendemos a partir da definição de Karina Kuchnir e Leandro Piquet Carneiro como sendo um “[...] conjunto de atitudes, crenças e sentimentos que dão ordem e significado a um processo político, pondo em evidência as regras e pressupostos nos quais se baseia o comportamento de seus atores”. (CARNEIRO; KUCHNIR, 1999, p.227).

Outro conceito que merece ser destacado é o de Legitimidade, cuja definição norteadora que adotaremos ao longo da pesquisa foi proposta por Lucio Levi:

Num primeiro enfoque aproximado, podemos definir Legitimidade como sendo um atributo do Estado, que consiste na presença, em uma parcela significativa da população, de um grau de consenso capaz de assegurar a obediência sem a necessidade de recorrer ao uso da força, a não ser em casos esporádicos. É por esta razão que todo poder busca alcançar consenso, de maneira que seja reconhecido como legítimo, transformando a obediência em adesão. A crença na Legitimidade é, pois, o elemento integrador na relação de poder que se verifica no âmbito do Estado. (LEVI, 1998, p. 675).

O autor refina esta definição inicial ao incluir o aspecto de valor baseado na forma como o consenso foi obtido: por livre manifestação ou de forma manipulada (LEVI, 1998), fato que acaba conferindo, respectivamente, uma maior ou menor Legitimidade à manifestação do poder. Podemos acrescentar ainda a definição de Octaciano Nogueira, que oferece um panorama sintético deste conceito como “[...] sinônimo de aceitação por parte da sociedade, da forma como o poder está sendo exercido.” (NOGUEIRA, 2015, p. 234).

Sendo assim, o conceito de Legitimidade assume uma posição de suma importância à pesquisa, pois ao considerarmos o poder como um elemento que circunda as relações sociopolíticas estabelecidas entre Jaime I e suas vinculações internas e externas, o valor da legitimidade deste mesmo poder se constitui como um elemento central para a compreensão da forma como Jaime I teve de atuar para a articulação de tais relações no íterim dos principais eventos políticos de seu reinado.

No aspecto metodológico, a presente pesquisa será desenvolvida a partir de uma análise crítica das fontes documentais que serão apresentadas na sequência, inter cruzando as informações que trazem entre si e relacionando-as com as discussões desenvolvidas pela historiografia especializada. Destaca-se, ainda, que empregaremos recursos visuais sob a forma de mapas, quadros e organogramas, com o propósito de oferecer ambientação, organizar dados e esquematizar elementos presentes no desenvolvimento textual.

Atinente à tipologia das fontes, nos valeremos de uma diversidade de documentos régios que integram a Real Chancelaria de Jaime I, além de outros que dizem respeito à esfera laica e eclesiástica no lapso cronológico do século XIII na Coroa de Aragão, transcritos em latim e reunidos no Arxiu Virtual Jaume I<sup>1</sup>, vinculado à Universitat Jaume I (Castelló – Espanha). Dentre os documentos utilizados, incluem-se bulas papais, doações de fortalezas, tratados, cartas de arras e, especialmente, atas de Cortes.

De acordo com Sarasa Sánchez (1979, p. 10), “las Cortes de Aragón en la Edad Media constituyeron, efectivamente, asambleas representativas de los estamentos del reino [...]”. Tais estamentos, também chamados

---

1 UNIVERSITAT JAUME I. **Arxiu Virtual Jaume I: Documents d'època medieval relatiu a la Corona d'Aragó**. Castellón, © 2006. Disponível em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/bjaumei.php>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

de “braços”, eram formados pelo clero, nobreza, cavaleiros e infantões e representantes das cidades e vilas.

Entendemos que a reunião das Cortes representava a expressão máxima das relações sociopolíticas entre o rei e a sua sociedade política, sendo que os seus registros assumem um papel fundamental para esta pesquisa e relacionam-se diretamente com a problemática proposta ao apresentar as articulações engendradas por Jaime I nas relações com a sua sociedade política interna (catalã e aragonesa) no âmbito dos principais eventos políticos que marcaram o seu reinado.

Outro *corpus* documental de suma importância à pesquisa são aos códigos testamentais de Jaime I, os quais obtivemos acesso através da coleção<sup>2</sup> de documentos relacionados ao reinado do Conquistador compilada em sete volumes, dos quais utilizamos os quatro primeiros publicados ao longo das décadas de 1970 e 1980 pelo historiador espanhol Ambrosio Huici Miranda e pela historiadora e paleógrafa Maria de los Desamparados Cabanes Pecourt que reuniram nesta coleção uma extensa quantidade de documentos, muitos deles inéditos, constantes em uma diversidade de arquivos da Espanha.

Em complementação às fontes documentais supraindicadas, também nos valeremos da crônica régia “*O Livro dos Feitos de D. Jaime I de Aragão*”, cujo conteúdo narrativo exposto pelo próprio rei nos fornecerá elementos que permitirão elucidar a perspectiva e o consequente posicionamento da monarquia frente ao universo de relações sociopolíticas internas e externas à Coroa de Aragão, uma vez que, sendo uma crônica medieval, torna-se “[...] una fuente imprescindible para, com cautelas y reservas oportunas, reconstruir mentalidades, actitudes, comportamientos, ideologias y otros muchos aspectos de interés”. (SARASA SÁNCHEZ, 2002, p. 423).

Ainda sobre a crônica, utilizaremos a versão em catalão reeditada pelo *Institut d’Estudis Catalans* em 2007 da obra “*Les quatre grans cròniques: Llibre dels feits del rei En Jaume*”<sup>3</sup>, cuja autoria é atribuída ao historiador e

---

2 CABANES PECOURT, Maria de los Desamparados; HUICI MIRANDA, Ambrosio. **Documentos de Jaime I de Aragón**. Valência: Anubar, 1976-2017. 7 v. Disponível em: <<https://www.anubar.com/autores/aut7.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

3 SOLDEVILA, Ferran. Les quatre grans cròniques. I. **Llibre dels feits del Rei en Jaume**. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans. Revisió filològica de Jordi Bruguera, revisió històrica de M. Teresa Ferrer i Mallol, 2007.

arquivista espanhol Ferran Soldevila com publicação original em 1971, considerada pelos especialistas como uma das melhores versões do *Livro dos Feitos* devido às notas históricas incluídas pelo autor, as quais foram revisadas e ampliadas na reedição de 2007 com a utilização de bibliografias mais recentes pela historiadora medievalista barcelonesa Maria Teresa Ferrer i Mallol, cabendo também registrar a contribuição do linguista espanhol Jordi Bruguera na revisão filológica do texto.

É importante destacar que o manuscrito mais antigo preservado do *Livro dos Feitos* remonta a 1343, tendo sido redigido em catalão no Mosteiro de Poblet. Atualmente, este manuscrito encontra-se conservado na Biblioteca da Universidade de Barcelona e está integralmente disponível em formato digitalizado na Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes.

No que concerne à redação da obra, algumas interpretações se mostram conflitantes. Parte delas sustenta a premissa de que o *Livro dos Feitos* foi redigido no decorrer dos acontecimentos narrados, por outro lado, existem aquelas que situam a redação no contexto referente aos últimos anos de vida de Jaime I, sendo esta vertente a mais plausível, de acordo com a nossa percepção, visto que o intento de narrar eventos passados seria mais viável ao rei do ponto de vista da seleção, organização e compreensão de tais fatos a serem incluídos em um processo narrativo de forma coesa.

Outro elemento sobre o *Livro dos Feitos* que demanda alguns apontamentos diz respeito à sua intencionalidade. O objetivo de redação da obra é externado pelo rei logo no Prólogo da narrativa ao afirmar que ela serve ao propósito de que seus feitos sejam conhecidos e sirvam de exemplo à posteridade (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 1, 2007). Assim, cumpre ressaltar que a redação de uma crônica medieval esteve atrelada a um intento de reafirmação do poder, uma vez que foi “[...] construída à volta de um reinado ou individualidade, para legitimar seus promotores e servir de modelo (como exemplos e contraexemplos) para a sociedade política.” (GUIMARÃES, 2012, p. 57-58).

Estruturalmente, o presente livro está constituído por três capítulos. No primeiro, buscamos levantar a discussão em torno da forma, estrutura e dinâmica das relações sociopolíticas estabelecidas entre a monarquia em suas vinculações com a sociedade política interna da Coroa de Aragão, com destaque para a nobreza catalã e aragonesa, centrando o interesse

em compreender a influência e participação nobiliárquica na esfera governativa durante os primeiros anos do reinado de Jaime I, período marcado por intensas revoltas engendradas pela nobreza e que permitiu ao rei tomar ciência da importância de buscar um consenso junto aos distintos interesses deste estamento para os rumos do seu reinado, cabendo também destacar a constante presença e atuação da Santa Sé neste contexto.

Neste capítulo inicial, é imperativo destacar a significativa contribuição proporcionada pelas discussões provenientes de alguns referenciais teóricos, os quais se revelaram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo. Inicialmente, cabe ressaltar o renomado historiador espanhol Martín Alvira Cabrer, cuja produção acadêmica notoriamente se concentra no espaço ibérico oriental, em especial na Coroa de Aragão. Seus trabalhos dedicados ao contexto do reinado de Pedro II, progenitor de Jaime I, apresentam análises acerca da política externa adotada pelo monarca aragonês no interstício da Cruzada Albigense no Languedoc que, por sua vez, reverberou nas futuras interações de seu filho com a sociedade política catalano-aragonesa.

Assim sendo, algumas das obras de Alvira Cabrer, com destaque para a sua tese de doutorado intitulada “*Guerra e ideología en la España medieval: Cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglos XIII -Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)*”<sup>4</sup>, contribuíram de maneira substancial para a pesquisa, fornecendo subsídios cruciais para a compreensão das raízes que motivaram o cenário de tensão nas relações sociopolíticas entre a monarquia e a nobreza durante os primeiros anos do reinado de Jaime I.

Ainda no âmbito dos referenciais teóricos de natureza contextual, é pertinente ressaltar a relevante contribuição do historiador Ernest Belenguier Cebrià, cuja dedicação ao estudo da Coroa de Aragão no contexto peninsular ibérico medieval resultou em obras de teor biográfico concernentes à vida e ao reinado de Jaime I. Dentre elas, “*Jaime I y su reinado*”<sup>5</sup> enriqueceu de maneira significativa a pesquisa ao proporcionar

---

4 ALVIRA CABRER, Martín. **Guerra e ideología en la España medieval: Cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglos XIII -Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)**. 2000. 1483 p. Tese (Doutorado em História) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Disponível em: <<http://webs.ucm.es/BUCM/tesis//19972000/H/0/H0036901.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

5 BELENGUER CEBRIÀ, Ernest. **Jaime I y su reinado**. Lleida: Milenio, 2008.

um contexto abrangente dos eventos primordiais que marcaram os primeiros anos do reinado de Jaime I, em especial os conflitos com a nobreza e as relações com a Santa Sé.

No tocante às revoltas nobiliárquicas que marcaram o limiar do reinado do Conquistador, a obra “*La revuelta de la nobleza aragonesa contra Jaime I en 1224-1227*”<sup>6</sup>, de autoria de Luís González Antón, emerge como referência primordial para a compreensão do comportamento da alta nobreza na Coroa de Aragão nesse cenário específico. De maneira significativa, a obra lança luz sobre a atuação do monarca diante dessas insurreições, fornecendo informações fundamentais que contribuem para o entendimento da atuação do rei frente a tais levantes.

Especificamente no que diz respeito ao estamento nobiliárquico da Coroa de Aragão, quatro autores destacam-se como imprescindíveis para a pesquisa. Juan F. Utrilla Utrilla<sup>7</sup>, historiador medievalista espanhol, desempenhou um papel de suma importância através de sua abordagem voltada ao núcleo nobiliárquico aragonês, definindo, de maneira específica, a categoria dos ricos-homens, o mais elevado estrato da nobreza na Coroa de Aragão com o qual Jaime I teve de lidar ao longo do seu reinado.

As contribuições de Utrilla Utrilla se entrelaçam com as análises promovidas por Andrés J. Nicolás-Minué Sánchez<sup>8</sup>, que, por sua vez, delineou a caracterização do sistema de *tenências*, cujo funcionamento, essencialmente discutido pelo autor, revelou-se fundamental para aprofundarmos a dinâmica das relações sociopolíticas estabelecidas entre Jaime I e a mencionada alta nobreza da Coroa de Aragão.

---

6 GONZÁLEZ ANTÓN, L. **La revuelta de la nobleza aragonesa contra Jaime I en 1224-1227**. Homenaje a Don José María Lacarra en su jubilación del profesorado. Zaragoza, 1977. Disponível em: <<https://goo.gl/XUSHLf>>. Acesso em 10 mar. 2022.

7 UTRILLA UTRILLA, Juan F. La nobleza aragonesa y el Estado en el siglo XIII: Composición, jerarquización y comportamientos políticos. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban (Coord.). **La sociedad en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I (1213-1276)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009, p.199-218. Disponível em: <<http://twixar.me/4Ycm>>. Acesso em 10 mar. 2022.

8 MINUÉ SÁNCHEZ, Andrés J. Nicolás. Los tenentes. Génesis de la nobleza de Aragón. **Hidalguía: la revista de genealogía, nobleza y armas**, Madrid, n. 367, p. 775-786, 2014. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4964565>>. Acesso em: 10 mar. 2022.



Dentro dessa perspectiva, a abordagem elaborada por Salvador Moxó<sup>9</sup> sobre os três traços que sustentavam a alta nobreza medieval ibérica no contexto da Reconquista – a saber, o patrimônio, a linhagem e a priverança – se mostrou essencial para a compreensão das ações empreendidas pelos ricos-homens durante os estágios iniciais do reinado de Jaime I, uma vez que tais nobres buscavam preservar sua condição aristocrática fundamentada nos referidos elementos apontados pelo autor.

Nesta linha, considerando que o núcleo nobiliárquico da Coroa se compunha de duas esferas, a nobreza aragonesa e a nobreza catalã, a caracterização de ambas delineada por Esteban Sarasa Sánchez<sup>10</sup>, com ênfase em seus interesses e aspirações, mostrou-se significativamente importante para a compreensão das estratégias de ação adotadas pelo monarca aragonês em um cenário político permeado por interesses distintos que deveriam ser considerados.

Finalizando a relação aos principais referenciais teóricos utilizados no primeiro capítulo, é imperativo ressaltar a discussão e abordagem propostas pela historiadora medievalista Fátima Regina Fernandes Frighetto<sup>11</sup> acerca da importância de manutenção do equilíbrio de poder entre a monarquia e suas bases no que concerne ao funcionamento da sociedade política medieval, além da existência de uma dimensão pactual que delineava as relações estabelecidas entre a nobreza e a monarquia. Este debate revelou-se de primordial relevância para o entendimento da necessidade de articular as relações sociopolíticas estabelecidas com a nobreza por parte de Jaime I, visando angariar apoio para a consecução das principais diretrizes que orientariam seu reinado.

No segundo capítulo, voltamo-nos a uma das principais linhas de ação do reinado de Jaime I e que foi, em certa medida, responsável pela

---

9 MOXÓ, Salvador. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. **Cuadernos de Historia**, Madrid, n. 3, p. 1-210, anual. 1969.

10 SARASA SÁNCHEZ, Esteban. **La Corona de Aragón en la Edad Media**. Zaragoza: Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, 2001.

11 FERNANDES, Fátima Regina. As elites políticas e a conceito de fronteira na Península Ibérica Medieval. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXX, p. 7-32, 2004. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/23621/14243>>. Acesso em 25 ago. 2023. FERNANDES, Fátima Regina. **De traidores a degredados na Idade Média: do pacto e seus rompimentos**. 118 p. Tese (Titular em História Medieval) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://twixar.me/bYcM>>. Acesso em 25 ago. 2023.

perpetuação de seu nome com o epíteto de “o Conquistador”, ou seja, as campanhas militares dirigidas contra os reinos de Maiorca (1229-1232) e Valência (1232-1245), período que denominamos como “*Era das Conquistas*”, no qual buscamos elucidar a forma como o rei articulou as relações sociopolíticas com a nobreza catalã e aragonesa, utilizando a experiência e consciência adquiridas durante o conturbado início de seu reinado acerca do papel ocupado pela sociedade política catalano-aragonesa no espaço da governação, incluindo o então cenário de conflitos bélicos que também expôs a atuação do rei nas relações com os governantes dos reinos inimigos.

Em se tratando de um período caracterizado por frequentes movimentos militares, como ocorreu durante a *Era das Conquistas* no reinado de Jaime I, a extensa pesquisa de Alberto Raúl Esteban Ribas sobre a temática da guerra no Ocidente Medieval, expressa em diversas produções acadêmicas, revelou-se uma contribuição teórica essencial para o segundo capítulo desta pesquisa. Em particular, sua obra “*El libre del feits: Los hechos militares*”<sup>12</sup>, dedicada à conquista de Maiorca, desempenhou um papel fundamental ao fornecer uma base sólida para a compreensão dos principais eventos associados à campanha maiorquina. Esta obra ofereceu uma análise minuciosa desde o planejamento até a execução e desfecho da campanha, apresentando detalhes substanciais das batalhas que se desenrolaram.

Adicionalmente, é imperativo ressaltar a importância dos mapas temáticos relacionados à campanha de Maiorca presentes no “*Atlas histórico de la España medieval*”<sup>13</sup>, elaborado pelo historiador espanhol José Maria Monsálvo Ánton. Tais mapas auxiliaram substancialmente na contextualização da campanha, fornecendo uma representação visual que enriqueceu a compreensão sobre a geografia e os cenários estratégicos relacionados aos eventos abordados.

No tocante à campanha contra o Reino de Valência, a obra “*Vida y época de Jaime I*”<sup>14</sup> do historiador inglês Francis Darwin Swift destacou-se como um

---

12 ESTEBAN RIBAS, Alberto Raúl. El libre del feits: Los hechos militares. **Revista de Historia Militar**, Espanha, n.109, p.11-47, 2011. Disponível em: <<http://twixar.me/gYcm>>. Acesso em 21 jan. 2023.

13 MONSALVO ANTÓN, José Maria. **Atlas histórico de la España medieval**. Madrid: Síntesis, 2010.

14 SWIFT, Francis Darwin. **Vida y Época de Jaime I el Conquistador**. Traducción: Virginia Tabuenca Cortés. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2012.

elemento fundamental ao proporcionar o embasamento teórico contextual relacionado esse movimento bélico, especialmente na reconstrução dos momentos preeminentes da conquista. Inicialmente publicada no século XIX, esta obra foi reeditada em 2012 pela Institución Fernando el Católico, contando com a tradução para o espanhol realizada por Virginia Tabuenca Cortés. A versão revisada, corrigida e expandida incorporou contribuições provenientes de pesquisas contemporâneas voltadas à vida e ao reinado de Jaime I, conferindo-lhe uma atualização substancial.

Neste capítulo, é relevante destacar ainda os estudos conduzidos por Maria de los Desamparados Cabanes Pecourt<sup>15</sup>, que se aprofundou nos intricados aspectos relacionados à partilha dos despojos provenientes da campanha valenciana. Seus trabalhos forneceram subsídios significativos para a pesquisa concernente à dinâmica de distribuição das terras valencianas entre as sociedades políticas de Aragão e da Catalunha. Essa análise foi de grande relevância ao oferecer uma perspectiva esclarecedora acerca da postura do monarca nas decisões de partilha, considerando os distintos interesses das referidas sociedades política da Coroa.

Por fim, o terceiro e último capítulo foi dedicado às últimas décadas do reinado de Jaime I, com foco na atenção dispensada pelo rei à divisão dos domínios da Coroa entre seus herdeiros legítimos, visando compreender de que forma os diversos códigos testamentários emitidos neste período influenciaram e impactaram o cenário sociopolítico interno da Coroa de Aragão com o núcleo nobiliárquico catalão e aragonês.

Para este capítulo, foram relevantes os estudos conduzidos por Rodríguez Salvador Claramunt<sup>16</sup>, os quais desempenharam um papel fundamental ao explorar as complexidades associadas aos matrimônios de Jaime I, proporcionando uma valiosa contribuição para a compreensão dos interesses subjacentes a tais alianças matrimoniais e como estas

---

Disponível em: <[https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/09/\\_ebook.pdf](https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/09/_ebook.pdf)>. Acesso em 25 fev. 2023.

15 CABANES PECOURT, Maria de los Desamparados. **El “Repartiment” de la ciudad de Valencia**. Valência: Anubar, 1977.

16 SALVADOR CLARAMUNT, Rodríguez. La política matrimonial de la Casa condal de Barcelona y Aragón desde 1213 hasta Fernando el Católico. In: **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, Barcelona, n. 23, p. 195-235, 2002. Disponível em: <<http://twixar.me/wYcm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

influenciaram o panorama político vigente no que diz respeito às tensões nas relações sociopolíticas entre a monarquia e a nobreza.

Considerando a significativa importância e influência das relações com Castela em diversas tomadas de posição adotadas por Jaime I durante o período final de seu reinado, as análises conduzidas por Carlos de Ayala Martínez<sup>17</sup> e Jaime Reis<sup>18</sup> sobre o cenário contextual do Reino de Castela e os avanços e retrocessos no desenvolvimento de tais relações com a Coroa de Aragão foram cruciais para a compreensão da postura adotada por Jaime I no que concerne ao seu primogênito Alfonso, sendo este pertencente à linhagem castelhana pela via materna. Essas discussões ofereceram uma base teórica sólida, permitindo uma análise mais profunda das complexidades envolvidas nas interações políticas entre a Coroa de Aragão e Castela, lançando luz sobre as motivações e implicações das decisões estratégicas tomadas por Jaime I naquele momento.

Além desses autores, é relevante ressaltar a grande contribuição oferecida pela extensa e minuciosa análise desenvolvida por María L. Rodrigo Estevam<sup>19</sup> acerca da evolução dos sucessivos testamentos outorgados por Jaime I, a qual se revelou fundamental para a compreensão da relação destes com o contexto vigente permeado por tensões nas relações sociopolíticas com a nobreza. Tal estudo desempenhou um papel de grande relevância para o último capítulo deste livro ao fornecer um alicerce robusto para a nossa investigação e análise documental dos referidos códigos testamentais, examinando detalhadamente o cenário contextual sobre o qual tais testamentos foram outorgados.

Ao concluir esta introdução, estimo ter externado a relevância e complexidade do tema que será abordado nesta pesquisa. Ao exercer a função do Historiador na busca em desvelar os fios invisíveis que conectam

---

17 AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Relaciones de Alfonso X con Aragón y Navarra. In: **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**, Espanha, n. 4, p. 101-146, 2004-2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1389293>>. Acesso em 27 set. 2023.

18 REIS, Jaime Estevão dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007. Disponível em: <<http://twixar.me/9YCM>>. Acesso em: 25 set. 2023.

19 RODRIGO ESTEVAN, María L. Los testamentos de Jaime I: repartos territoriales y turbulencias políticas. **Cuadernos**, Monzón, n. 35, p. 61-90, 2009. Disponível em: <<http://twixar.me/JYCM>>. Acesso em: 27 ago. 2023.



## **OS PRIMEIROS ANOS DO REI JAIME I DE ARAGÃO, O CONQUISTADOR (1208-1227)**

Iniciando o caminho em busca de uma possível resolução à problemática evocada na introdução desta pesquisa, o presente capítulo centra o debate sobre a estrutura e dinâmica da rede de relações sociopolíticas estabelecidas entre a monarquia e a sociedade política catalano-aragonesa, notadamente a nobreza, no lapso cronológico referente aos primeiros anos do reinado de Jaime I entre 1214 e 1227.

O cerne do nosso interesse concentrar-se-á em apontar a relevância e influência do dito estamento nobiliárquico nos rumos da governação, o que demandava por parte do rei uma atuação voltada à articulação de tais relações de poder com a sua sociedade política, levando em conta seus interesses e aspirações.

Para uma melhor condução deste debate, o contexto de nascimento do referido rei aragonês, que coincide com o reinado de seu pai, Pedro II, será revisitado, tendo em vista os ecos que tal diacronia teve na posterior dinâmica de relações sociopolíticas fixadas entre Jaime I e a nobreza da Coroa de Aragão.

### ***1.1 O CONTEXTO DO NASCIMENTO E INFÂNCIA***

Jaime I (1208-1276, rei de Aragão e conde de Barcelona desde 1214) foi o terceiro rei do que se conheceu por Coroa de Aragão, ou seja, “[...] el conjunto de reinos, condados, señoríos y dominios gobernados por la soberanía del rey de Aragón” (SARASA SÁNCHEZ, 2001, p. 5), sendo que, conforme afirma Sabaté i Curull (2013), tal organização política e cultural resultou de uma série de transformações que caracterizaram o espaço oriental ibérico.

Inicialmente, a abrangência deste conjunto territorial contemplou o próprio Reino de Aragão e o condado de Barcelona, desde a união dinástica promovida por meio do matrimônio acordado no ano de 1137 e realizado em 1150 entre o conde barcelonês Raimundo Berengário IV (1105-1162, conde de Barcelona desde 1131 e Príncipe de Aragão desde 1137) e a infanta aragonesa Petronilha de Aragão (1136-1173).

Posteriormente, outros territórios também foram anexados à Coroa de Aragão, conforme é possível observar no mapa a seguir (FIGURA 1), como resultado de alianças políticas, vassálicas, matrimoniais e especialmente de conquistas militares, algumas delas atribuídas ao próprio Jaime I, como Maiorca (1229) e Valência (1238), que vincularam a alusão de seu nome ao epíteto de “o Conquistador”.

**FIGURA 1 – A COROA DE ARAGÃO SOB JAIME I (1214-1276)**



**FONTE:** Adaptado de FATÁS (2014)

Filho de Pedro II (1178-1213, rei de Aragão e conde de Barcelona desde 1196) e Maria de Montpellier<sup>20</sup> (1180-1213, senhora de Montpellier e rainha de Aragão desde 1204), Jaime I nasceu neste mesmo condado localizado na região sul da França ultrapirenaica denominada de Languedoc ou Occitânia, no ano de 1208.

O casamento de seus pais, realizado em 1204, teve sua motivação alinhada aos propósitos medievais esperados para este tipo de aliança como meio de transmissão da legitimidade monárquica de uma dinastia através da concepção de um herdeiro e também como instrumento de acordos políticos, uma vez que “[...] as alianças matrimoniais realizadas entre as monarquias da Península Ibérica durante a Idade Média eram acontecimentos que ultrapassavam as solenidades jurídicas e religiosas e compunham, além de uma “liturgia”, uma questão política.” (GIMENEZ, 2005, p. 12).

Em sintonia com tal acepção, o matrimônio realizado entre Maria de Montpellier e Pedro II esteve inserido em uma gama de estratégias utilizadas pelo rei aragonês no âmbito da principal linha de ação desenvolvida durante o seu reinado: a política externa de consolidação e ampliação dos domínios da Coroa de Aragão no Languedoc, estabelecidos desde o reinado de seu pai, Alfonso II (1157-1196, rei de Aragão desde 1162 e conde de Barcelona desde 1164)<sup>21</sup>, o qual levou “[...] as fronteiras do reino para além dos Pirineus.” (RUCQUOI, 1995, p. 176).

Deste modo, ao unir-se em matrimônio com a herdeira do senhorio de Montpellier, Pedro II não somente consolidou o domínio da Coroa de Aragão sobre este condado, mas também garantiu a base para o estabelecimento de laços vassálicos com a nobreza da região.

---

20 “[...] hija de Guillermo VIII de Montpellier y de Eudoxia Comneno, sobrina del emperador bizantino Manuel I.” (FATÁS, 2014, p. 73).

21 Conhecido pelo epíteto de “o Casto” foi o sétimo rei de Aragão e o primeiro soberano da chamada Coroa de Aragão (FATÁS, 2014) em decorrência de sua primogenitura como herdeiro do conde Raimundo Berengário IV e da infanta Petronilha de Aragão, cujo matrimônio em 1150 selou a união dinástica entre o Reino de Aragão e o condado de Barcelona.



### 1.1.1 O reinado de Pedro II, o “Católico” e a Cruzada Albigense

A atuação de Pedro II no plano de sua política languedociana, conforme será demonstrado no decorrer deste capítulo, refletiram sobremaneira no cenário político e econômico herdado por Jaime I e também em suas relações com a sociedade política catalano-aragonesa na figura do estamento nobiliárquico durante seus primeiros anos como rei.

Além de seu próprio matrimônio, Pedro II também se valeu de outras estratégias voltadas à concretização da política externa supracitada, como o acordo de casamento de sua irmã, Leonor, com Raimundo VI, conde de Toulouse (BLEYE, 1958), onde mais uma vez a via matrimonial foi utilizada como instrumento para a concretização de alianças políticas.

Sendo assim, ao agir como articulador do casamento de sua irmã, Pedro II firmou as bases de uma relação de parentesco com o conde de Toulouse, o qual além de possuir amplos domínios territoriais no Languedoc, também mantinha relações vassálicas com diversos nobres occitanos.

Deste modo, tais manobras políticas permitiram ao rei Pedro II a ampliação da influência da Coroa de Aragão em terras ultrapirenaicas, seja pelo estabelecimento de parentesco ou através de relações vassálicas com o estamento nobiliárquico da região.

Por fim, outro evento também merece ser destacado devido ao seu papel na consolidação da política externa de Pedro II no Languedoc: sua coroação no ano de 1204 pelo papa Inocêncio III<sup>22</sup> em Roma, que não somente o levou a ser conhecido pelo epíteto de “o Católico”, mas também representou um dos fatos mais marcantes de seu reinado devido à relevância simbólica e transcendência política que tal ato adquiriu. (ALVIRA CABRER, 2000).

Indubitavelmente, este evento simbólico de coroação do rei aragonês

---

22 Pontífice da Santa Sé entre os anos de 1198 e 1216, “[...] a historiografia contemporânea cada vez mais reconhece a sua importância para a História da Igreja, destacando sua atuação na busca permanente pela consolidação da cúria romana, do papado e da Igreja de Roma no mundo medieval.” (LIMA, 2020, p. 333). Dentre as principais ações que desenvolveu, destacam-se: “[...] a) a organização institucional e patrimonial [...] b) a política eclesial e a diplomacia militar com outras autoridades comunais, feudais, senhoriais e monárquicas ocidentais e orientais [...] c) o combate aos infieis (judeus e muçulmanos) e hereges, e a busca em prol da unidade da Igreja [...] d) a reforma da hierarquia da Igreja [...] e) a reforma dos costumes, a política pastoral [...] e a vida caritativa, entre outros aspectos.” (LIMA, 2020, p. 333-334).

em Roma trazia consigo um bojo de interesses de ambos os lados. Sendo assim, para o pontífice

[...] además de ganar otro aliado en la cuestión imperial y mediterránea, de consolidar su autoridad “teocrática feudal” y de proseguir la política de fortalecimiento de los reinos ibéricos, también era del máximo interés comprometer a la Corona de Aragón, primera fuerza político-militar “occitana”, en la lucha contra la herejía. (ALVIRA CABRER, 2000, p. 737).

Já para o rei aragonês, a aliança com Roma, solidificada através do ato simbólico de sua coroação pelo papa, oferecia uma oportunidade de promover a “[...] sacralización del poder real para fortalecer la autoridad frente a vasallos y enemigos externos”. (ALVIRA CABRER, 2000, p. 736).

Deste modo, ao colocar-se em defesa dos interesses da Igreja, especialmente no que tange ao combate às heresias, Pedro II receberia legitimação sacra ao projeto real de expansão e consolidação dos domínios e influência da Coroa de Aragão sobre as terras além Pirineus.

Em meio a este cenário que momentaneamente se mostrou favorável a Pedro II, a expansão do catarismo<sup>23</sup> no Languedoc se tornava cada vez mais latente, sendo muitos de seus adeptos vassalos do conde de Toulouse e também do próprio rei aragonês.

A disseminação de tal heresia em terras occitanas logo chamou atenção da Igreja, visto que a cosmogonia cátara empreendia críticas incisivas a hierarquia e autoridade eclesiásticas. Assim, a disseminação de seus preceitos no Languedoc acabava por influenciar o núcleo nobiliárquico da região a questionar a autoridade da Santa Sé e, por fim, insurgir-se contra ela por meio de pilhagens em terras clericais e recusa ao pagamento de tributos eclesiásticos.

Este cenário despertou em uma parcela do clero a convicção de que o combate aos cátaros somente seria eficaz respondendo as ações violentas dos hereges com mais violência, proposta defendida principalmente pelo legado papal, Pedro de Castelnau. (FERNÁNDEZ, 1970).

---

23 Os cátaros (termo que significa “puros”, derivado do grego “*katharós*”) acreditavam no princípio da dualidade eterna representada pela crença em um Deus Bom que regia o plano espiritual e um Deus Mau responsável por tudo aquilo que dizia respeito ao plano material. Sendo assim, “[...] renegavam a hierarquia da Igreja, a autoridade do papa, o culto às imagens e a humanidade de Cristo. Consideravam que todas as coisas materiais e terrenas eram signos do mal, expressão da ação do demônio.” (CALAINHO, 2014, p. 101).

Conforme dito anteriormente, grande parte dos adeptos da heresia cátara encontrava-se sob vinculação vassálica com o conde de Toulouse e uma possível intervenção militar da Igreja sobre o Languedoc poderia significar uma ameaça ao seu domínio sobre a região.

Neste contexto, “[...] en abril de 1207, el legado Pedro de Castelnau excomulgó al conde Raimundo por su rol como protector de hereges” (SMITH, 2014, p. 78) e menos de um ano depois, em princípios de 1208, o mesmo legado papal foi assassinado e as suspeitas pela morte recaíram sobre o conde de Toulouse, fato que acabou sendo utilizado pela Igreja para deflagrar oficialmente o movimento religioso-militar conhecido pela historiografia como Cruzada Albigense<sup>24</sup> direcionada ao Languedoc visando erradicar a heresia cátara, sendo que o papa Inocêncio III “[...] pedio al rey Filipe<sup>25</sup> de Francia y a sus barones que intervinieran [...]” (SMITH, 2014, p. 78-79), uma vez que tal movimento permitiu o alinhamento dos interesses de ambos os lados.

Enquanto o rei francês visava estender a influência de sua Coroa para esta região (SILVA, 2019), Inocêncio III tinha principalmente dois objetivos:

[...] acabar con los herejes provenzales (en especial los famosos cátaros), considerados una amenaza para el conjunto de la sociedad cristiana; y desposeer a la nobleza occitana (encabezada por el conde de Tolosa Raimundo VI) para reemplazarla por una autoridad de probada ortodoxia y que no tuviera compromisos con los poderes políticos locales, es decir, dispuesta a reprimir eficazmente el extendido mal de la herejía. (ALVIRA CABRER, 2009, p. 111).

Contudo, mesmo com tal sintonia de interesses, o rei Filipe Augusto (1165-1223, rei da França desde 1180) teve sua participação na Cruzada inserida em um plano indireto, uma vez que sua atenção principal se direcionava à supressão dos monarcas ingleses<sup>26</sup> (SABATÉ I CURULL,

---

24 O nome deste movimento de feições cruzadísticas se deve ao fato de que uma ampla parcela dos adeptos do catarismo estavam radicados na cidade de Albi, no Languedoc.

25 “O reinado de Filipe Augusto foi de fundamental importância como período de gestação de um vínculo entre as regiões de domínio da monarquia capetíngia e a região do Languedoc. Este embrião de uma unidade política e territorial foi lançada pela Cruzada Albigense e seria efetivamente implementada pelos sucessores de Filipe Augusto.” (MEDEIROS, 2015, p. 162).

26 Os confrontos entre a monarquia francesa e a dinastia Plantageneta em torno de territórios sob domínio inglês no Reino de França se alastraram entre fins do século

2006). Deste modo, a participação da França nos movimentos bélicos da Cruzada Albigense se deu através de uma parcela dos vassallos da Coroa francesa, dentre eles o conde de Leicester Simon de Montfort, que liderou “una primera campaña en 1209, que termina con la conquista de las ciudades de Béziers y Carcassonne y la desposesión del vizconde Raimundo Roger Trencavel, vasallo del conde de Tolosa y vasallo también del rey de Aragón.” (ALVIRA CABRER, 2009, p. 111).

A conquista das cidades occitanas de Bézier e Carcassonne pelas tropas cruzadas de Montfort, ora sob domínio da linhagem dos Trencavel, vassallos do conde de Toulouse e de Pedro II, acabou por colocar o rei aragonês em uma situação complexa, pois, de um lado, suas obrigações como suserano lhe compeliavam a se colocar em defesa de seus vassallos, mas de outro, devia honrar a aliança estabelecida com a Santa Sé no combate aos hereges quando de sua coroação em Roma.

Em um primeiro momento, o rei Pedro II relutou em aceitar a homenagem de Simon de Montfort como senhor das terras conquistadas em decorrência do avanço da Cruzada. Contudo, entre 1209 e 1213, em meio a constantes avanços dos cruzados e sucessivas falhas em desabaratar o conflito por vias diplomáticas, o rei aragonês aceitou o senhorio do conde francês sobre os domínios outrora pertencentes a seus vassallos visando cessar as hostilidades bélicas por meio de um acordo firmado no ano de 1211, no qual o seu primogênito e herdeiro da Coroa, Jaime, foi “[...] utilizado por su padre como un farol [...] en el juego de cartas con el que el monarca catalano-aragonés quería vencer al cruzado y a Roma si hiciera falta.” (BELENGUER CEBRIÀ, 2008, p. 34-35).

Tal acordo foi concretizado por meio de um pacto de casamento a ser realizado futuramente entre Jaime e a filha do conde Montfort, Amicia, considerando que ambos ainda eram crianças à época. Como garantia de que tal matrimônio seria realizado em tempo oportuno, Pedro II entregou seu herdeiro aos cuidados do conde francês na fortaleza de Carcassonne. (SOLDEVILA, 1965 *apud* VIANNA, 2009).

Deste modo, Jaime passou uma parte de sua infância sob a tutela

---

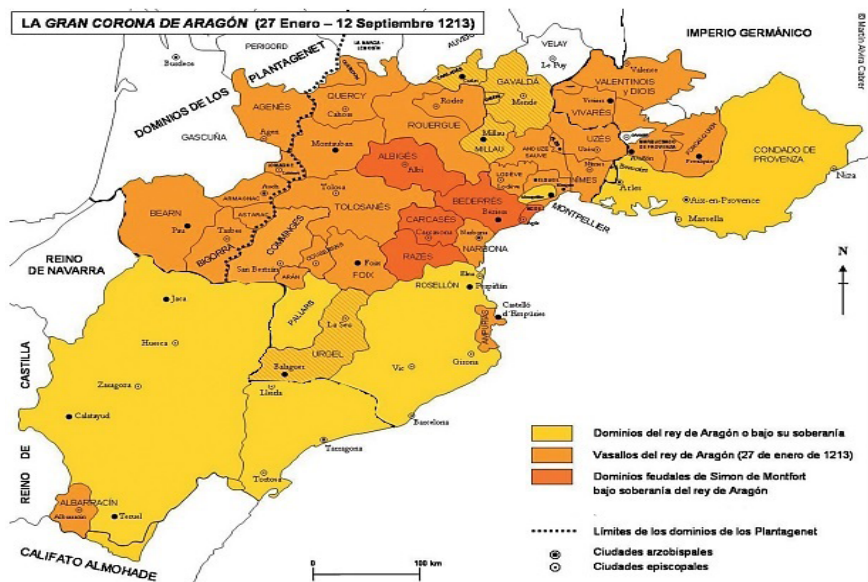
XII e início do século XIII, os quais tiveram um desfecho altamente favorável à coroa francesa sob a liderança de Filipe Augusto, cujas vitórias resultaram em uma drástica redução da influência plantageneta no continente que ficou restrita a uma pequena porção da Aquitânia. (O’ SHEA, 2005).

de estrangeiros que à época eram inimigos de sua Coroa, sendo possível conjecturar que este foi um dos elementos que contribuíram para minar seu relacionamento com a nobreza, em especial aragonesa, durante os primeiros anos do seu reinado, conforme será explicitado no decorrer deste capítulo.

Os acontecimentos que se sucederam nos anos seguintes à realização deste acordo criaram uma situação de ultimato ao rei aragonês no que tange à Cruzada, uma vez que Montfort seguiu com o avanço militar sobre territórios vassallos da Coroa de Aragão no Languedoc, levando, no início de 1213, os principais senhores da nobreza languedociana a colocarem-se sob a égide da Coroa de Aragão. (SMITH, 2014).

Destarte, no decorrer da Cruzada, Montfort passou a controlar localidades que lhe concederam posições estratégicas para o objetivo final de avançar sobre o condado de Toulouse, que estava situado próximo às terras conquistadas, conforme mostra o mapa abaixo (FIGURA 2):

**FIGURA 2 – CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO LANGUEDOC APÓS AS CONQUISTAS DE SIMON DE MONTFORT**



FONTE: ALVIRA CABRER (2011)

Deste modo, em meio ao cenário de constantes ataques e pilhagens promovidas por Montfort, o rei aragonês “[...] tenía una obligación hacia su familia y a sus vassallos” (SMITH, 2014, p. 82), que o levou, pela primeira vez desde o início do conflito, a organizar uma intervenção armada junto à Cruzada, cujo zênite foi atingido na região de Muret em 1213, que se encontrava sob sítio de Montfort e suas tropas.

Reunindo uma coalização de tropas aragonesas e occitanas formada “[...] por la Corona de Aragón, el condado de Tolosa y los principales nobles feudales transpirenaicos, que se encontraban ligados a los dos primeros por razones feudo-vasalláticas” (ESTEBAN RIBAS, 2008, p. 38), o rei Pedro II empreendeu um cerco ao castelo de Muret no dia 10 de setembro de 1213, estratégia militar que consistia “[...] no bloqueio de uma determinada praça, castelo ou localidade por um exército atacante.” (COSTA, 2014, p. 7).

Neste cenário, ambos os lados permaneceram em uma situação de inércia diante de um iminente conflito, visto que, por ordem do legado papal Arnal Amaric que era oficialmente o líder político e espiritual da Cruzada (ESTEBAN RIBAS, 2008), Simon de Montfort foi impedido de tomar qualquer ação até que as tentativas de convencer o rei aragonês de cessar o apoio aos nobres occitanos, especialmente o conde de Touloluse, falhassem.

Pelo lado da coalização aragonesa-occitana, uma estratégia de combate foi traçada pelo conde tolosano Raimundo VI, que basicamente consistia em evitar ao máximo um batalha em campo aberto, tendo em vista a inexperiência das tropas tolosanas, e investir na fortificação do acampamento visando repelir qualquer tentativa de assalto dos cruzados, mantendo as forças de cavalaria em prontidão na reserva das tropas para contra-atacar de uma só vez no momento em que as tropas inimigas se mostrassem desgastadas (ESTEBAN RIBAS, 2008). Contudo, o rei Pedro II delineou um planejamento diferente do que foi aconselhado por seu cunhado, acreditando que acabar com o conflito em uma batalha campal se mostraria mais eficaz.

Neste íterim, após o fracasso das tentativas de pôr um fim ao conflito por vias diplomáticas, Montfort interveio através do rompimento do cerco, considerando que o seu prolongamento poderia causar graves reveses às suas tropas devido à diminuição das reservas de alimento e água, além da proliferação de doenças.

Assim, o avanço definitivo dos cruzados contra as tropas da coalização aragonesa-occitana de Pedro II se deu numa batalha campal no dia 12 de setembro de 1213, a qual culminou na morte do rei aragonês. Uma série de fatores relacionados às decisões adotadas por Pedro II enquanto líder militar podem ser apontados como determinantes para o fracasso da campanha:

En primer lugar, Pedro no esperó la llegada de todas sus tropas, en particular no esperó el contingente de tropas de su primo Nuño Sanxes y de Guillermo de Montcada, que se encontraban en camino. Porque Pedro decidió luchar una batalla campal, contra el consejo de su aliado, el Conde Raimundo VI de Tolosa, Pedro perdió la ventaja numérica que tuvo por la gran cantidad de infantería en su lado y permitió un encuentro que favoreció a la muy disciplinada caballería francesa. (SMITH, 2014, p. 74).

Certo é que a derrota de Pedro II em Muret representou muito mais que um revés militar, tendo consequências ímpares no plano político e econômico da Coroa de Aragão que influenciaram de forma direta a política externa de expansão direcionada por seu herdeiro e futuro rei Jaime, além da própria esfera de relações sociopolíticas estabelecidas entre o núcleo nobiliárquico catalano-aragonês e a monarquia.

## **1.2 A COROAÇÃO**

A morte de Pedro II em combate contra as tropas de Simon de Montfort em Muret representou não somente o bloqueio das pretensões de domínio ultrapirenaico da Coroa de Aragão, mas também acabou por gerar um cenário de instabilidade política junto à sociedade política catalano-aragonesa, destacadamente o estamento nobiliárquico, devido ao fato de que o herdeiro do trono, o infante Jaime, à época da morte de seu pai, ainda encontrava-se sob a tutela do conde Montfort em Carcassonne, principal inimigo da Coroa de Aragão durante o interstício da Cruzada Albigense.

Destarte, a ausência de uma liderança legítima à frente da monarquia acabava por criar um contexto propício a disputas generalizadas pelo poder no seio da nobreza, nutrindo, outrossim, uma crise política em meio a um cenário de debilidade econômica engendrada em decorrência da guerra contra os cruzados. Assim, naquele momento, promover o caminho para a

alçada ao trono do infante Jaime se mostrava de vital importância à Coroa, uma vez que “la monarquía en la persona de Jaime I tendía a asegurar también la posición de la nobleza de aquellos reinos, así como el orden de aquellos pueblos.” (BELENGUER CEBRIÀ, 2008, p. 43).

Entrementes, a intervenção do papa Inocêncio III como resposta à solicitação direcionada por um grupo de nobres catalães e aragoneses se mostrou fundamental no que concerne à sucessão ao trono de Aragão (UTRILLA UTRILLA, 2008). Desta forma, rememorando a aliança outrora firmada com o falecido rei, Pedro II, o pontífice solicitou ao conde Montfort por meio de seu legado, o cardeal Pedro Benevento, que liberasse o infante Jaime de sua custódia e o devolvesse à Coroa de Aragão, sendo que “[...] con la petición había una amenaza: caso de no hacerlo se arriesgaba, si fuera menester, a una excomunión.” (BELENGUER CEBRIÀ, 2008, p. 42).

Após Monfort aquiescer à ordem da Santa Sé, Jaime foi então levado à cidade catalã de Lérida, onde em agosto de 1214 foi realizada uma reunião de Cortes Gerais presidida pelo legado papal Pedro Benevento, na qual o infante foi então alçado ao trono como Jaime I na sequência do juramento de fidelidade prestado por seus vassalos. Nesta mesma ocasião, o já citado representante pontifício estabeleceu paz e trégua em nome do recém-coroadado rei Jaime I por todos os territórios da Catalunha e de Aragão, conforme registrado em ata da referida Corte:

Constituição de Paz e Trégua emitida pelo senhor Pedro, cardeal diácono, por autoridade própria e autoridade em nome do magnífico príncipe Jaime, rei de Aragão e conde de Barcelona, posto em menor por aclamação dos bispos e prelados de Aragão e da Catalunha, dos nobres e de muitos outros. (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document n° 000667, ©2006, não p., tradução livre do autor)<sup>27</sup>.

A análise deste trecho do documento permite perceber a arbitragem eclesiástica no que concerne a assuntos da Coroa de Aragão, claramente como resquício do acordo estabelecido por Pedro II com a Santa Sé, sendo

---

<sup>27</sup> Constitucio pacis et treuge edita a reverendissimo domino Petro, diachono cardinali, auctoritate propria et auctoritate et nomine magnifici principis domini Jacobi, regis Aragonum et comitis Barchinone, in minoribus constituti a clamacione episcoporum et prelatorum aliorum Aragonie et Cathalonie pluriumque magnatum, baronum, nobilium et plurium aliorum. (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document n° 000667, ©2006, não p.)



que ao vincular sua autoridade ao nome do rei e, juntamente com os nobres presentes, estabelecer sua menoridade, o cardeal não só demonstrou a influência da Igreja sobre a Coroa, mas também abriu caminho para presença cada vez mais frequente da Santa Sé ao longo do novo reinado que então se iniciava.

Após o fim das Cortes celebradas em Lérida, o rei foi entregue aos cuidados de Guilherme de Montredón, Mestre da Ordem dos Cavaleiros Templários<sup>28</sup> em Aragão, que ficou incumbido de sua proteção no Castelo de Monzón.

Longe de ter representado um período de clausura, a permanência do rei em Monzón significou um ponto ímpar em seu reinado, uma vez que a tutela da Ordem do Templo proporcionou muito mais que a sua guarda e proteção pessoal. Além de uma formação cultural nas áreas da leitura e escrita, Jaime I também foi impregnado por uma educação religiosa marcada pelo ódio aos infiéis, a conquista de terras frente ao Islã e o desejo de libertar o Santo Sepulcro. (BELENGUER CEBRIÁ, 2008).

Todos esses ideais típicos do ainda vigente contexto de Reconquista<sup>29</sup> na Península Ibérica construíram as bases da justificação ideológica que se constituiu como um dos fatores que culminaram nas conquistas dirigidas posteriormente pelo rei contra territórios sob domínio muçulmano,

---

28 “A Ordem dos Templários, ou simplesmente o Templo, ou ainda, como se designava em seus documentos oficiais, *Frates militiae Templi* ou *Pauperes commilitones Christi Templique Salomonis*, Irmãos Guerreiros do Templo e Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão, confraria monástico / militar criada em meados do século XII, na chamada Terra Santa, para proteger pelas armas os peregrinos que percorriam a rota rumo ao Santo Sepulcro de Jerusalém, foi um subproduto da febre das cruzadas.” (SILVA, 2003, p. 14).

29 “Nome dado ao processo pelo qual, a partir do século XI, as comunidades cristãs da Espanha reconquistaram os territórios perdidos para os muçulmanos nas décadas imediatamente seguintes a 711. As principais datas decisivas são: a recuperação de Toledo em 1085; a formação do reino de Portugal e a conquista de Lisboa (1148); a batalha de Navas de Tolosa (1212) e a subsequente extensão da autoridade cristã a Sevilha e Córdoba. No final do século XIII, somente o reino de Granada ainda estava em mãos muçulmanas, assim permanecendo até 1492.” (LOYN, 1997, p. 731). Para mais informações sobre este processo na Península Ibérica: MOCELIM, Adriana; SILVA, Lucas Augusto Tavares. A Reconquista Cristã: uma missão divina na Península Ibérica (VIII-XV). In: **Revista de História Helikon**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2015, p. 123-137. Disponível em: <[https://www.academia.edu/49229141/A\\_Reconquista\\_Crist%C3%A3\\_uma\\_miss%C3%A3o\\_divina\\_na\\_Pen%C3%ADnsula\\_Ib%C3%A9rica\\_VIII\\_XV](https://www.academia.edu/49229141/A_Reconquista_Crist%C3%A3_uma_miss%C3%A3o_divina_na_Pen%C3%ADnsula_Ib%C3%A9rica_VIII_XV)>.

direcionando sua política externa para o sul da Península e para o Mediterrâneo, relegando assim pouco ou nenhuma atenção ao Languedoc, onde seu pai pereceu na defesa dos cátaros, cujos ideais diferenciavam-se sobremaneira da educação recebida pelos Templários.

As relações entre a monarquia aragonesa e a Ordem do Templo se mostraram cada vez mais colaborativas desde a união dinástica com o condado de Barcelona no século XII, especialmente no que tange às diversas campanhas militares catalano-aragonesas (ARREGUI, 2012). A permanência de Jaime I em Monzón sob a guarda da Ordem demonstra que esta colaboração atingiu o zênite durante o seu reinado, cuja evidência mostra-se na intensa participação dos Templários nos movimentos bélicos dirigidos pelo rei.

### **1.3 NOBREZA X MONARQUIA**

Neste contexto de permanência do rei em Monzón, dois membros da família real se destacaram no cenário político da Coroa de Aragão por sua disputa em torno do poder monárquico: o conde Sancho Raimundo (1161-1226)<sup>30</sup>, tio-avô de Jaime I, que havia sido nomeado regente pela Santa Sé durante o período de menoridade do rei, e o infante-abade Fernando (1190-1249)<sup>31</sup>, irmão de Pedro II. A disputa pelo poder entre esses nobres acabou por insuflar a divisão do núcleo nobiliárquico catalano-aragonês em dois grupos listados por Jaime I no *Livro dos Feitos (LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 12, 2007) e que podem ser observados no quadro a seguir (QUADRO 1):

---

30 “Conde de Provença, Roussillón e Cerdanha, filho mais novo do conde Raimundo Berengário IV e de Petronilha de Aragão, cujo matrimônio selou a união do condado de Barcelona e do Reino de Aragão em 1137 e irmão do rei Alfonso II, o Casto.” (SILVA, 2019, p. 27).

31 “Terceiro filho do rei Alfonso II, o Casto e irmão de Pedro II, o Católico. Foi abade do mosteiro de Montearagón e, após a morte de seu irmão na Batalha de Muret, encabeçou a oposição nobiliárquica contra o recém-empossado procurador geral do reino Sancho Raimundo, seu tio, e, posteriormente, contra seu sobrinho Jaime I visando assumir a regência do reino.” (SILVA, 2019, p. 27).

**QUADRO 1 – FACÇÕES DO ESTAMENTO NOBILIÁRQUICO DA COROA DE ARAGÃO DURANTE A MENORIDADE DE JAIME I**

<b>Apoio a Dom Sancho</b>	<b>Apoio a Dom Fernando</b>
Dom Pedro Ahones	Dom Pedro Fernandez de Azagra
Dom Artorela	Dom Rodrigo Lizana
Dom Jimeno de Urrea	Dom Blasco de Alagón
Dom Arnau Palacin	
Dom Bernardo de Benavente	
Dom Blasco Massa	

**FONTE:** SILVA (2019)

Tais facções nobiliárquicas elencadas no quadro anterior (QUADRO 1), ao buscarem a manutenção e ampliação de seus privilégios enquanto nobres, acabaram gestando o início de um período marcado por incessantes querelas nobiliárquicas na Coroa de Aragão no interstício da regência e os primeiros anos do reinado de Jaime I que evidenciaram o peso político exercido pela nobreza no campo da governação e a importância da articulação das relações estabelecidas no âmbito sociopolítico com a monarquia, cuja dinâmica e estrutura se mostra de suma importância a ser discutida.

### *1.3.1 O sistema de honores ou tenências e a nobreza catalano-aragonesa: interesses e comportamento político*

No que concerne à Coroa de Aragão, o pilar sob o qual se sustentaram as relações estabelecidas entre a monarquia e o estamento nobiliárquico catalano-aragonês foi o sistema de concessão real das chamadas *honores* ou *tenências*, sendo estas “[...] feudos territoriales que se traducen en un conjunto de fortalezas, rentas y tierras adscritas al poder real y concedidas a los nobles como beneficios a cambio de servicios militares [...]” (UTRILLA UTRILLA, 1999, p. 442). Deste modo, as *honores* integraram um arranjo político que previa contraprestações de ambos os lados em uma relação de nuances vassálicas:

Las relaciones entre el rey y sus tenentes estaban perfectamente reguladas. Si el rey no podía revocar la tenencia a no ser por causa justa (entre ellas la infidelidad y la traición), el tenente tenía la obligación de serle fiel, prestarle consejo, servirle militarmente, defender las fortalezas encomendadas y proteger el reino. El senior, por su parte, tenía el derecho de explotar la «honor», percibiendo las rentas de la tierra y los derechos de justicia, aparte de otras muchas. (MINUÉ SÁNCHEZ, 2014, p. 776).

O domínio sobre tais extensões territoriais que integravam a Coroa era exercido pela mais alta estirpe do estamento nobiliárquico, os chamados ricos-homens, que além de terem origem nobre desde o nascimento, detinham, portanto, as *hombres* do rei em forma de vilas e castelos. (UTRILLA UTRILLA, 1999).

Em Aragão, Blancas (1878) identificou a existência de onze casas<sup>32</sup> nobres de ricos-homens, cujos brasões de armas estão ilustrados na FIGURA 3 a seguir, evidenciando a existência de um número reduzido de indivíduos pertencentes à alta nobreza do reino, cuja atuação como tenentes lhes permitia a ocupação de funções como representantes da monarquia dentro dos limites de circunscrição das *hombres*.

**FIGURA 3 – CASAS NOBRES DE RICOS-HOMENS EM ARAGÃO<sup>33</sup>**



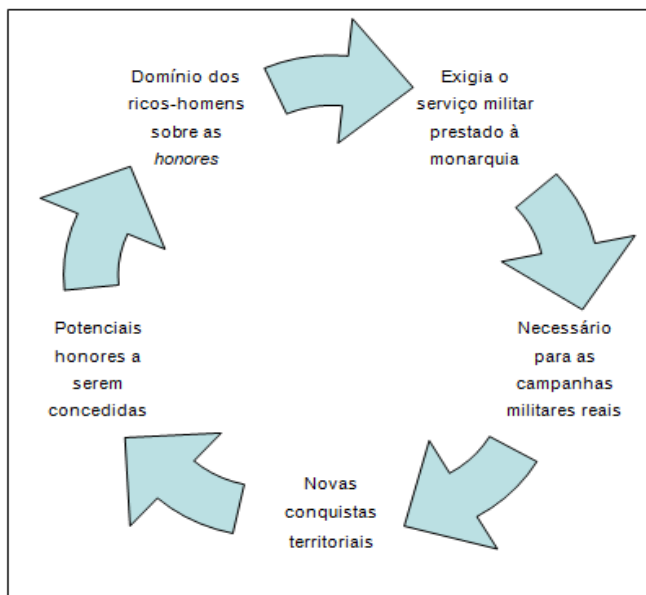
**FONTE:** BLANCAS (1878 apud MENÉNDEZ PIDAL, 2015)

32 Esse número leva em consideração a existência de 3 linhagens da casa Luna.

33 O propósito desta figura é ilustrar o número reduzido de casas nobres que integravam a alta nobreza na Coroa de Aragão, cujos membros compunham a categoria dos ricos-homens já definida anteriormente, os quais ocupavam a função de tenentes junto às *hombres*, exercendo assim influência sobre a esfera da governação. Portanto, não é nossa intenção realizar um mapeamento prosopográfico destas linhagens, uma vez que tal objetivo não está incluído no escopo desta pesquisa.

Em vista do que foi exposto acerca do sistema de concessão das *honorés* na Coroa de Aragão, é possível perceber que o mesmo estava intimamente vinculado a uma conotação beligerante, uma vez que os ricos-homens que atuavam como tenentes deviam não somente defender as terras do rei contra invasões, mas também acompanhá-lo em campanhas militares, evidenciando assim uma certa sintonia com o contexto de Reconquista vigente na Península Ibérica, o qual sustentava a dinâmica de funcionamento do referido sistema, conforme pode ser observado na FIGURA 4 abaixo:

**FIGURA 4 – SISTEMA DE *HONORES* NA COROA DE ARAGÃO**



**FONTE:** O autor (2022)

Deste modo, tal contexto atuava como baluarte do sistema de *honorés*, haja vista que o estado de luta contra os muçulmanos nutria a necessidade da monarquia em reunir apoio militar junto à nobreza, além de também oferecer a possibilidade de novas conquistas territoriais que poderiam vir a ser concedidas aos ricos-homens no âmbito deste sistema.

Conforme apontado por Moxó (1969), a condição desta chamada nobreza velha – cujo desenvolvimento teve lugar no interstício da dinâmica

do movimento de Reconquista no século XII – se mantinha através de três fatores: o patrimônio, a linhagem e a priverança. A detenção do sangue nobre sem dúvida se mostrava como elemento fundamental para a condição de nobreza dos ricos-homens, contudo, tomado de forma isolada, não era suficiente para alcançar a esfera do poder, especialmente político<sup>34</sup>.

Assim, a luta dirigida contra o infiel proporcionou a este alto estrato nobiliárquico não somente a obtenção e ampliação de seu patrimônio territorial, como também, conseqüentemente, o desfrute da priverança junto à monarquia, ou seja, “[...] condição pela qual o nobre experimentava uma relação de proximidade e fidelidade conquistada junto ao rei” (ZLATIC, 2017, p. 77) que proporcionava a possibilidade de ocupação de cargos, em especial, conforme explicitado anteriormente, à frente das *tenências* ou *honores*, propiciando assim uma janela de influência no que concerne à governação. Em suma, tal condição “[...] colocava o trono como centro do universo da Corte, em torno do qual orbitavam os nobres, ávidos pela aproximação ao núcleo de poder e pelas possíveis benesses oferecidas por ele.” (ZLATIC, 2017, p. 78).

No caso específico da Coroa de Aragão, cabe ressaltar que as disparidades e particularidades dos territórios que a integravam também se refletiam nos interesses da nobreza em cada um deles. Deste modo, enquanto em Aragão prevalecia uma estrutura social e econômica de caráter feudal e base agrícola (SARASA SÁNCHEZ, 2001), o que naturalmente compelia a pretensão dos nobres para o interior da Península; na Catalunha tais estruturas sustentavam-se sob um substrato de feições burguesas e interesses mercantis (SARASA SÁNCHEZ, 2001), direcionando assim as aspirações da sociedade política catalã para o Mediterrâneo.

Tal panorama heterogêneo no que tange aos interesses no estamento nobiliárquico catalano-aragonês por conseqüência demandava da monarquia uma intensa atividade de articulação das relações sociopolíticas estabelecidas com a nobreza, em especial os ricos-homens que exerciam um papel

---

<sup>34</sup> Os elementos que caracterizavam a categoria dos ricos-homens na Coroa de Aragão como integrantes da alta estirpe da nobreza alinham-se à esta definição de “nobreza velha” proposta por Moxó, uma vez que pertenciam à antigas casas nobres, almejavam a manutenção e ampliação de seu patrimônio territorial e desfrutavam da priverança junto ao rei na dinâmica do sistema de *honores* já discutido anteriormente.

fundamental na esfera governativa no já explicado sistema de *tenências*.

Estando compreendida a dinâmica de funcionamento das relações sociopolíticas estabelecidas entre monarquia e nobreza na Coroa de Aragão, torna-se necessário ressaltar que estas passaram por transformações no lapso cronológico dos séculos XII e XIII, deslocando-se de uma feição colaborativa para um distanciamento cada vez mais latente entre o rei e os nobres. (UTRILLA UTRILLA, 2009).

Destarte, tal processo de inflexão nas relações régio-nobiliárquicas atingiu o ponto cimeiro no limiar do reinado de Jaime I, criando um cenário de tensões no cerne da nobreza cujas raízes encontram-se no grande endividamento da Coroa ocasionado pela atuação do rei Pedro II durante os movimentos da Cruzada Albigense, contexto bélico que demandou a angariação de apoio militar junto ao estamento nobiliárquico, sendo que, para atingir este fim, a monarquia recorreu à cessão generalizada de terras sob poder do rei em favor dos senhores (LALIENA CORBERA, 1993), o que levou ao fim da concessão de *honores* em 1206.

Destarte, a paralização da dinâmica deste sistema que, conforme apontado anteriormente, estruturou durante séculos a base das relações entre nobreza e monarquia na Coroa de Aragão acabou por fortalecer as querelas nobiliárquicas que inflamaram o período correspondente à regência do conde Sancho e o subsequente reinado individual de Jaime I, visto que a moeda de troca centenária sob a qual se valeu a monarquia para manter a colaboração do estamento nobiliárquico – o qual exercia um inegável peso político no âmbito da governação – mostrava-se exígua.

### 1.3.2 A regência do conde Sancho Raimundo (1214-1218)

Tendo em vista o cenário supraexposto, o período no qual o conde Sancho permaneceu como regente da Coroa (1214-1218) foi marcado pela insurgência de uma parcela do estamento nobiliárquico que almejava a obtenção de benefícios e privilégios fiscais, econômicos, além da concessão de *honores* (UTRILLA UTRILLA, 2009), o que acabou levando à formação de um grupo partidário junto ao infante-abade Fernando em suas pretensões de domínio sobre o trono, constituindo assim, conseqüentemente, uma linha de oposição frente ao regente em exercício.

Tal oposição foi ainda mais insuflada pela atuação do conde Sancho no âmbito de sua política externa direcionada novamente ao Languedoc, seguindo assim a linha de ação de seu falecido sobrinho, o rei Pedro II (BELENGUER CEBRIÀ, 2008), o que acabou por desagradar sobremaneira esta grande parcela da nobreza aragonesa, a qual em apoio ao infante-abade Fernando, “[...] consideraba que la lucha em Provenza era contraria a los verdadeiros interesses de la monarquia, que le hallaban en la Península.” (FERNÁNDEZ, 1970, p. 284).

Somada à insurgência nobiliárquica, o regente também teve de lidar com a reação da Santa Sé frente às suas ações no Languedoc, sendo que através de uma bula editada em janeiro de 1216 (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 001395, ©2006, não p.), o papa Inocêncio III nomeou ao conde sete conselheiros visando limitar o seu poder no âmbito da regência.

Oficialmente neste documento o conselho foi designado ao rei Jaime I, contudo, é destacado pelo papa que a administração da terra foi confiada e cabia ao conde Sancho (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 001395, ©2006, não p.). A partir da análise desta bula, nos deparamos com os seguintes nomes que compunham tal conselho:

**QUADRO 2 – CONSELHO REGENCIAL NOMEADO PELA SANTA SÉ AO CONDE SANCHO**

Nome	Ascendência
Bispo de Tarazona (não nomeado)	Aragonês
Jimeno Cornel	Aragonês
Pedro Ahónes	Aragonês
Guilherme de Cerverá	Catalão
Guilherme de Cardona	Catalão
Guilherme de Montredón – Mestre da Ordem do Templo de Aragão e Catalunha	Catalão
Espàrrec – Arcebispo de Tarragona	Catalão

**FONTE:** O autor (2022)

À presença de nobres e eclesiásticos aragoneses neste conselho, cujo objetivo era claramente comedir as ações do regente, soma-se ainda a já mencionada oposição dirigida pelos partidários do infante-abade



Fernando, dos quais se destacam os nomes de Rodrigo de Lizana e Pedro Fernandez de Azagra, que posteriormente também vão se colocar contra o rei, indicando assim uma prevalência aragonesa no que tange às querelas nobiliárquicas neste contexto.

Mesmo estando pressionado em diversas frentes, o conde Sancho seguiu com os movimentos militares em terras ultrapirenaicas que levava à vitória sobre as hostes dos cruzados em 13 de setembro de 1217 (BELENGUER CEBRIÀ, 2008) culminando com a conquista do condado de Toulouse.

Tal insistência do regente em exercício acabou acarretando uma ameaça de sanções espirituais e temporais pelo papa Honório III, caso a Coroa não interrompesse seu apoio aos rebeldes languedocianos (FERNÁNDEZ, 1970), fato que compeliu o rei Jaime I a destituir seu tio-avô das funções como regente em 1218, após ter sido declarada a sua maioria e passado um ano desde sua saída do Castelo de Monzón.

### *1.3.3 O reinado de Jaime I e os confrontos com a nobreza*

Neste mesmo contexto, ainda com dez anos de idade, o rei iniciou suas funções de governo junto ao trono da Coroa de Aragão contando com a assistência de um novo conselho regencial novamente designado pelo papa, cujos membros –apontados por Bleye (1958) – provinham quase que integralmente da composição do conselho anterior:

**QUADRO 3 – CONSELHO REGENCIAL NOMEADO PELA SANTA SÉ AO REI JAIME I**

Nome	Ascendência
Pedro Ahones	Aragonês
Jimeno Cornel	Aragonês
Guilherme de Cerverá	Catalão
Espàrrec – Arcebispo de Tarragona	Catalão

**FONTE:** O autor (2022)

A partir de tal composição do conselho de regência que então passou a assessorar o rei no âmbito de seu governo, infere-se que a dissidente nobreza aragonesa, que desde o período de regência do conde Sancho buscava limitar os poderes da monarquia não somente dentro de

seu conselho, mas também num grupo organizado em torno do infante Fernando em apoio às suas pretensões ao trono, perpetuou-se quando da alçada de Jaime às funções monárquicas. Deste modo, novamente um “[...] terremoto de banderías nobiliarias durante unos cuantos años, seguidas unas de otras, iba a hacer trizas todo orden em los territorios.” (BELENGUER CEBRIÀ, 2008, p. 65).

Fernández (1970) elenca os seguintes nomes do estamento nobiliárquico catalano-aragonês que neste momento se colocaram contra o rei:

**QUADRO 4 – NOBRES OPOSITORES AO REI JAIME I**

Nome	Ascendência
Pedro Fernández de Azagra	Aragonês
Pedro Ahones	Aragonês
Rodrigo de Lizana	Aragonês
Nuno Sánchez	Catalão
Guilherme de Montcada	Catalão

**FONTE:** O autor (2022)

A análise dos nomes e ascendência dos nobres que integravam tal grupo opositor revela novamente uma prevalência aragonesa no que concerne às querelas nobiliárquicas em curso, contando com indivíduos que outrora se opuseram à regência do conde Sancho, alguns deles pertencentes ao antigo e também ao novo conselho regencial, além de nobres que em algum momento chegaram a ser partidários do rei, como Nuno Sánchez e Guilherme de Montcada.

Estando o rei com apenas dez anos de idade, não parece razoável inferir algo distinto da percepção de que o poder era de fato exercido pela facção nobiliárquica que desde a regência se colocava contra a monarquia, assim, o limiar de exercício das funções de Jaime I enquanto governante da Coroa de Aragão esteve marcado “[...] por el deficiente control, sobre todo en el caso de Aragón, de una nobleza que empezaba por entonces a perder su preeminência.” (GONZALEZ ANTÓN, 1977, p. 143).

Estamos, pois, diante de indivíduos que tendo sua posição enquanto nobres sustentada pelo sangue, patrimônio e privança, vão

lutar obstinadamente para se manterem nesta posição, sendo que, neste contexto, algumas condições acabaram por inflamar a nobreza no sentido de pressionar ainda mais a monarquia almejando a manutenção e ampliação de seus privilégios, incluindo a consolidação de “[...] su controle sobre las *honorés* o sobre otros *castra* reales, tierras y dominios que pretendían transmitir em herencia a sus primogénitos [...]” (UTRILLA UTRILLA, 2009, p. 204), além da busca pela expansão de sua influência e poder político no que concerne à esfera da governação.

Dentre tais condições que delineavam um panorama favorável aos anseios desta nobreza dissidente, destaca-se o fato de que o trono estava ocupado por uma criança sem qualquer experiência no trato com arranjos políticos de governo e que, além disso, durante algum tempo esteve sob influência estrangeira, considerando que o rei passou “[...] uma parte de sua infância na fortaleza francesa de Carcassone no contexto da Cruzada Albigense no Languedoc, afastado do núcleo nobiliárquico da Coroa de Aragão” (SILVA, 2021, p. 57), o que alimentava ainda mais tal cenário de tensão nas relações sociopolíticas estabelecidas entre nobreza e monarquia naquele momento.

Tendo em vista tal panorama de perturbações internas marcado pela oposição e revoltas nobiliárquicas, Jaime I foi aconselhado pelos nobres que integravam o seu conselho regencial a consolidar laços matrimoniais<sup>35</sup> com a infanta Leonor de Castela (1200-1244), filha do rei castelhano Alfonso VIII (1158-1214), visando angariar apoio diante de um cenário instável politicamente, além de garantir a continuidade e permanência de sua linhagem no poder, considerando que “[...] el rey era joven, estaba sujeto a enfermedades o a ciertas medicinas y no había seguridad en su fortaleza física. Cuanto antes tuviera un heredero, mejor sería para los territorios”. (BELENGUER CEBRIÀ, 2008, p. 68).

O compromisso matrimonial foi selado em Ágreda, na fronteira entre os reinos de Aragão e Castela, no dia 13 de fevereiro de 1221, ocasião em que Jaime I concede Carta de Arras à sua futura esposa. Por meio deste documento, o rei concedeu à infanta fortalezas nas localidades de Daroca, Epila, Pina, Barbastro, Tamarito, Santo Stephano, Monte Albo,

---

35 O matrimônio foi anulado em 1229 com a alegação de consanguinidade, fato que será aprofundado no terceiro capítulo deste livro.

Cerveria, Siurana e Pradis, assinalando que os ricos-homens que detinham o domínio sobre *honores* nestas regiões, apesar de terem seus direitos preservados, deveriam manter pela futura rainha a mesma fidelidade que tinham ao rei, estendendo-se ao seu herdeiro após sua morte. (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 001437, ©2006, não p.).

Analisando a localização das arras distribuídas entre Aragão e Catalunha, podemos inferir que a posse destes territórios pela rainha, advinda com o matrimônio, poderia atuar na reafirmação do poder e autoridade régios sobre todas as circunscrições territoriais que compunham a Coroa de Aragão, em que pese o cenário de tensões internas com os ricos-homens que detinham domínio sobre as tenências da Coroa.

Deste modo, o casamento de Jaime I com Leonor de Castela adquiriu uma forte conotação política em um momento de perturbações internas na Coroa de Aragão ao solidificar uma aliança com o Reino de Castela e reafirmar o poder e autoridade real de Jaime I, o qual passou a contar com uma base de apoio junto à rainha para a condução e articulação das relações sociopolíticas com a nobreza dissidente, tendo em vista que

Leonor llegó a tener un buen papel, y no sólo sexual, en determinados momentos políticos de Jaime. Era una mujer mayor que su marido. Podían incluso temerla algunos nobles y no hay que olvidar todas las posesiones que, tras el matrimonio, había acumulado. (BELENGUER CEBRIÀ, 2008, p. 69).

Assim, considerando a tenra idade de Jaime I em um momento de instabilidade política, ter ao seu lado uma rainha experiente no trato com a esfera política poderia auxiliar o rei no controle do núcleo nobiliárquico dissidente, além do que, tal casamento também serviria para garantir a continuidade de sua linhagem no poder através da expectativa de gerar um herdeiro.

Apesar da clara função política de seu matrimônio, o mesmo não produziu resultados imediatos na contenção das querelas nobiliárquicas que assolavam a Coroa naquele momento, cujo zênite foi atingido no aprisionamento do rei e da rainha na cidade de Zaragoza, onde permaneceram enclausurados por cerca de 3 semanas em mãos da liga

nobiliárquica insurgente, ocasião na qual “[...] Guillermo de Moncada, Don Fernando, Nuño Sánchez y sus más íntimos comienzan a repartir las honores de Aragón a su entero capricho.” (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977, p. 149).

### *1.3.4 As primeiras tentativas de incursão contra Valência: um rei sem apoio?*

Após ceder aos anseios da nobreza dissidente por meio de diversas concessões, o rei então passou a planejar operações bélicas direcionadas ao reino muçulmano de Valência, numa clara tentativa de dispersar a intensa oposição nobiliárquica com a qual teve de lidar desde sua saída do Castelo de Monzón, unindo assim a sua sociedade política em prol da luta contra um inimigo em comum.

A escolha especificamente de Valência como alvo de uma campanha militar neste momento pelo rei explica-se pelo de fato de que, conforme apontado anteriormente, a sociedade política aragonesa que encabeçava quase que integralmente a oposição contra a monarquia, nutria interesses de conquista para o interior da Península e há muito considerava a expansão para a região valenciana como um prolongamento natural do Reino de Aragão. (SESMA MUÑOZ, 1980).

Este anseio de expansão ao sul peninsular por parte da nobreza aragonesa também se explica a partir de um viés estratégico, uma vez que a política externa da Coroa voltada ao Languedoc acabou sendo barrada após a derrota de Pedro II na Cruzada Albigense e a posterior insistência do regente conde Sancho sobre esta região provocou a reação da Santa Sé, conforme já discutido. Sendo assim, Valência se mostrava como única de via de expansão territorial viável à Aragão naquele momento.

Em agosto de 1225 foi realizada uma primeira ofensiva a partir de Peníscola, região que se projetava como uma pequena península a partir do Reino de Valência, conforme pode ser observado no mapa abaixo (FIGURA 5):

**FIGURA 5 – LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE PENÍSCOLA**



**FONTE:** Adaptado de Google Maps (2022)

Tal intento de conquista se mostrou um completo fracasso em razão da tênue relação do rei com a sociedade política aragonesa, cujo auxílio militar se mostrava indispensável à campanha e também, principalmente, devido à geografia da região onde estava situado o Castelo de Peníscola, alvo principal da operação.

Conforme ilustrado no mapa anterior (FIGURA 5), a região de Peníscola se constituía como uma pequena península, o que acabava limitando o seu acesso em movimentações militares por terra, além disso, sua fortaleza principal situava-se na parte mais elevada do terreno com flanco guardado pelo mar Mediterrâneo que oferecia uma proteção natural à fortaleza. Sendo assim, “Peñíscola no era un lugar adecuado para iniciar una empresa con un joven rey poco capacitado todavía para cohesionar a todas sus tropas tan divesas, ya fueran eclesiásticas, nobiliarias o ciudadanas.” (BELENGUER, 2008, p. 77).

Passado um ano desta malfadada tentativa de incursão ao Reino de Valência, uma nova investida foi organizada pelo rei, desta vez a partir da região de Teruel, para a qual Jaime solicitou o auxílio militar de seus

vassalos, contudo, tal convocação real foi rechaçada por grande parte do núcleo nobiliárquico da Coroa, em especial a dissidente nobreza aragonesa, cujo principal objetivo em tal boicote ao rei “[...] fuera el evitar, como el año anterior, el fortalecimiento de la posición del rey y su mayor independencia respecto de la camarilla que intentaba controlarle, como sin duda hubiera ocurrido de tener éxito.” (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977, p. 153).

Em decorrência disso, a campanha não pôde ser realizada e como consequência foi estabelecido um acordo de trégua com o rei valenciano Abu Seid o qual pagaria a quinta parte das rendas de Valência e Múrcia em troca da proteção e não agressão por parte de Jaime. (VIANNA, 2009a).

### 1.3.5 *O estopim das revoltas nobiliárquicas e o Tratado de Alcalá*

O estabelecimento deste acordo acabou por uma gerar um mal estar junto a um dos principais nomes da nobreza de Aragão, Pedro de Ahonés, o qual integrou o conselho do conde Sancho durante o período de regência, função esta que foi mantida após o início do governo de Jaime em 1218 onde permaneceu próximo ao rei para posteriormente se aliar à liga nobiliárquica dissidente por não ter conseguido receber maiores *honores* por parte do monarca. (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977).

Ahonés não aceitou a trégua estabelecida entre Jaime I e o rei valenciano e declarou “[...] su intención de acometer de inmediato y por su cuenta una serie de ataques y pillajes em la frontera musulmana” (GONZÁLEZ ANTÓN, 1977, p. 153), o que acabou levando-o a ser acusado de traição, sendo que a resistência à ordem de prisão dada pelo rei teve como consequência a sua morte que se constituiu como estopim de uma série de revoltas levantadas pelos seus partidários, liderados pelo infante-abade Fernando.

Juntamente com o núcleo nobiliárquico majoritariamente aragonês, as cidades de Jaca, Zaragoza e Huesca também se insurgiram contra o rei em uma verdadeira confederação. A participação de tais cidades na revolta explica-se pelo fato de que durante muito tempo se constituíram como verdadeiras *honores*, o que acabou levando ao estabelecimento de relações vassálicas entre os nobres que atuavam como tenentes nessas localidades.

Entre fins de 1226 e os primeiros meses de 1227, Jaime empreendeu uma série de campanhas voltadas a pacificar os focos da rebelião, até que

em fins de março daquele mesmo ano, após diversas tentativas fracassadas de pôr fim às hostilidades por vias diplomáticas, ambos os lados se mostraram dispostos “[...] a firmar no sólo treguas sino una definitiva paz”. (BELENGUER, 2008, p. 84).

Assim, em 1º de abril de 1227 foi estabelecido o chamado Tratado de Alcalá e no teor do seu conteúdo Jaime fez referência à confederação feita pelas três cidades insurgentes (Zaragoza, Huesca e Jaca), assim como os juramentos que fizeram entre si e os nobres da terra que, de acordo com o rei, causaram prejuízo à sua dignidade. Portanto, o monarca ordenou a dissolução completa desta confederação, assim como dos juramentos feitos e determinou que não tivessem efeito no futuro. Além disso, também fixou a entrega dos documentos assinados no âmbito de tal confederação e proibiu a constituição de organizações desta natureza sem o seu consentimento e licença especial. (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 001445, ©2006, não p.).

Nesta primeira parte do conteúdo que consta no Tratado de Alcalá, claramente notamos a postura de Jaime I no que tange à reafirmação do poder e autoridade da monarquia frente à sua sociedade política por meio de ordens e determinações, cabendo destacar o seguinte trecho das palavras do rei nesta parte do documento que antecede a apresentação das concessões feitas por ambos os lados no âmbito do acordo: “[...] ordenamos a vós e ao vosso Conselho que nos prestem homenagem e juramento de fidelidade.” (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 001445, ©2006, não p., tradução livre do autor)<sup>36</sup>. Tal ordem para que os insurgentes lhe prestassem homenagem e juramento de fidelidade não só reafirma a natureza vassálica das relações sociopolíticas estabelecidas entre a monarquia e a sociedade política catalano-aragonesa, mas também a posição do rei no âmbito da esfera do poder.

Na sequência do documento, como já era esperado, seguem as concessões feitas pelos lados beligerantes para que o acordo fosse viabilizado. Por parte do rei e seus partidários, foi firmado o compromisso de libertar os prisioneiros mantidos em decorrência do conflito e não nutrir ressentimento contra qualquer indivíduo envolvido na conspiração, oferecendo-lhes perdão

---

36 “[...] mandantes precipimus vobis et per vos vestris conciliis memoratis ut nobis homagia et iuramenta fidelitatis corporaliter faciatis.” (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 001445, ©2006, não p.).



perpétuo sobre qualquer questão sobre este evento que pudesse ser levantada no futuro, além de confirmar as liberdades e privilégios que cada uma das cidades insurgentes detinha até então. Já por parte dos insurgentes, também foi acordada a devolução dos cativos e o perdão sobre possíveis danos e injustiças causados pelo rei e seus aliados por ocasião do conflito. (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 001445, ©2006, não p.).

A análise deste documento permite o vislumbre do reflexo daquele contexto, ou seja, a necessidade do rei se impor enquanto único soberano da Coroa de Aragão, cujo poder e autoridade reais deveriam ser considerados por sua sociedade política, em especial a nobreza, a qual devia-lhe fidelidade. Por outro lado, também nos revela a necessidade da monarquia em articular as relações sociopolíticas estabelecidas com estes indivíduos que detinham um papel relevante sobre a governação, demandando assim certo manejo no jogo político por parte do rei através de acordos e concessões.

### *1.3.6 Balanço dos primeiros anos de reinado: aprendizado real?*

Com a imposição do Tratado de Alcalá, as perturbações internas que marcaram os primeiros anos de governo de Jaime I enquanto soberano da Coroa de Aragão foram momentaneamente apaziguadas, permitindo assim a retomada da política externa de expansão territorial, paralisada desde a derrota de Pedro II em Muret, abrindo caminho para o período do reinado de Jaime I que denominamos de *Era das Conquistas*, a qual abarca as campanhas militares de Maiorca (1229-1232) e Valência (1232-1245), para as quais o apoio do estamento nobiliárquico da Coroa se mostrava fundamental.

Depreende-se, portanto, que os confrontos delineados entre monarquia e nobreza durante o limiar do reinado de Jaime I em grande medida evidenciam a dinâmica da prática política medieval que assenta seus alicerces sobre as relações estabelecidas entre os agentes políticos imbrincados na teia das relações de poder, nominalmente nobreza e monarquia, o que demandava desta última o manejo e articulação de tais relações no sentido de garantir a sua governabilidade, uma vez que “[...] la totalidad del sistema político medieval – como bien saben los especialistas del período – está atravesada por los tentáculos de la nobleza, en cuanto a presencia, influencia, prácticas y, muy especialmente, cultura e ideario político.” (ESCALONA, 2002, p. 132).

Deste modo, desde cedo Jaime I vivenciou a influência e o peso que o pensamento político nobiliárquico exercia na esfera da governação, “[...] evidenciando uma realidade política na qual os acordos e alianças se mostravam altamente necessários à governabilidade real [...]” (SILVA, 2021, p. 66), ou seja, sua experiência no trato com a nobreza em seus primeiros anos como rei serviu como prólogo do que teria de lidar durante todo o seu reinado: a perene necessidade de atuar no jogo político levando em consideração os distintos interesses<sup>37</sup> e aspirações da sociedade política catalano-aragonesa na figura da nobreza, cuja influência na prática governativa demonstrava a relevância do seu apoio para a concretização das principais linhas de ação a serem desenvolvidas pela monarquia.

Neste sentido, a forma como Jaime I atuou na articulação das redes de relações sociopolíticas entre a monarquia e suas vinculações no espaço político da Península Ibérica Oriental no século XIII, notadamente na Coroa de Aragão, estava em sintonia com a dimensão pactual que marcava a estrutura das relações de poder neste recorte espaço-temporal.

De acordo com a historiadora medievalista Fátima Regina Fernandes Frighetto, as formas de relacionamento sociopolítico estabelecidas pela sociedade política medieval implicava a existência de um pacto que definia a natureza das relações de poder no âmbito político das monarquias (FERNANDES, 2015), sendo que tal dimensão pactual integrava uma cultura política pautada por vinculações vassálicas, matrimoniais, sanguíneas e linhagísticas que visavam a coesão dos membros de um mesmo grupo, a qual “[...] constantemente perturbada por las tensiones y rivalidades particulares, entre personas, linajes y Casas.” (QUINTANILLA RASO, p. 95, 2010).

Destarte, a existência de um pacto que propiciava a coesão da sociedade política medieval se apresenta como fio condutor estratégico por trás da atuação das monarquias no âmbito da articulação das relações sociopolíticas na medida em que a busca pela estabilidade volta-se ao

---

37 Conforme já demonstramos anteriormente, a heterogeneidade dos anseios do núcleo nobiliárquico de Aragão e da Catalunha demandava por parte do rei um certo manejo no jogo político para manter o apoio destas sociedades políticas e assim garantir o bom andamento do seu reinado, uma vez que enquanto a nobreza aragonesa se mostrava muito mais ligada à terra e nutria interesses intrapeninsulares, a nobreza catalã voltava o foco de sua atenção à atividade comercial e mercantil anseando um impulso extrapeninsular ao Mediterrâneo.

campo da negociação, tanto com a sociedade política interna, quanto com as vinculações externas, em detrimento dos conflitos, haja vista que, conforme aponta Quintanilla Raso (2010), dentre a pluralidade de papéis desempenhados pela dimensão pactual, encontram-se os acordos multilaterais relacionados com a ação política geral.

Em suma,

[...] o funcionamento da sociedade política medieval implica na manutenção de um equilíbrio de poder entre o rei e as suas bases de poder, um pacto que não pode ser rompido unilateralmente sob risco de deposição régia ou perseguição justificada. (FERNANDES, 2004, p. 30).

Sendo assim, aplicando tal dimensão pactual à realidade política da Coroa de Aragão durante o reinado de Jaime I ao longo do século XIII, sustentamos que o rei atuava na articulação das relações sociopolíticas com suas vinculações internas e considerando a existência de um pacto que visava a coesão e estabilidade no cerne da sociedade política, utilizando-o como fio condutor estratégico que garantiria sua governabilidade através da construção e manutenção do equilíbrio de poder com os demais agentes políticos inseridos no âmbito de tais relações de poder.

Neste íterim, cabe destacar ainda o pactismo como “[...] um tipo de monarquia medieval e, por antonomásia, da Coroa de Aragão, em que a lei nasce de um pacto entre o rei, que é a autoridade legislativa principal, e a representação estamental das oligarquias do reino”. (FATÁS, 2014, p. 78). Deste modo, de acordo com este modelo monárquico pactista que caracterizou a Coroa de Aragão no contexto medieval ibérico, a atuação do monarca era balizada pelo respeito às leis, costumes e instituições dos territórios que compunham a Coroa, sendo que tal acepção do pactismo permite admiti-lo como um elemento que integrava o universo das relações de poder entre o rei e sua sociedade política e beneficiava a monarquia na medida em que proporcionava a manutenção do equilíbrio de poder com a nobreza catalano-aragonesa.

Todavia, apesar de compreender o peso da alta nobreza para a sua linha governativa e, por consequência, a importância de articular boas relações com tal estamento, Jaime I também empreendeu ações ao longo do seu reinado no sentido de reafirmar e reforçar o lugar ocupado pela monarquia na órbita das relações de poder estabelecidas com a sociedade política de Aragão e da Catalunha, conforme demonstraremos no decorrer deste livro.

## ***A ERA DAS CONQUISTAS: MAIORCA (1229-1232) E VALÊNCIA (1232-1245)***

Ao nos depararmos com a temática da guerra no contexto medieval europeu, não raro permaneceu a tese falaciosa de que o estado de confrontos bélicos se manteve de forma permanente em tal lapso cronológico, quando em realidade, os limites econômicos, políticos e, especialmente, tecnológicos impossibilitavam a execução de operações bélicas prolongadas, permanecendo, portanto, o predomínio da guerra de desgaste, ou seja, com foco na debilitação das bases materiais do inimigo. (GARCIA FITZ, 1998).

Não obstante, convém reiterar que a atividade bélica se constituiu como um dos elementos centrais que alicerçavam a sociedade medieval e, em grande medida, auxiliava na sustentação dos poderes políticos. Tal premissa mostrava-se ainda mais preponderante quando se trata do contexto ibérico tardo-medieval, uma vez que a condição de fronteira com o Islã – estabelecida desde o século VIII – levou as sociedades hispânicas a uma configuração organizada para a guerra. (ALVIRA CABRER, 2000).

Deste modo, integrado em tal realidade, o segundo grande período do reinado de Jaime I voltou-se quase que exclusivamente às operações bélicas dirigidas contra os centros de poder islâmicos, buscando direcionar a atenção e os esforços de sua sociedade política a um projeto de expansão externa contra um inimigo em comum, após um intenso período de enfrentamentos com a nobreza catalano-aragonesa que marcaram os primeiros anos do seu reinado.

Sendo assim, o presente capítulo volta-se à análise da dinâmica das duas principais operações militares desenvolvidas pelo rei Jaime I: Maiorca e Valência, com o objetivo de compreender a forma tomada pelas

relações sociopolíticas do monarca com os núcleos nobiliárquicos catalão e aragonês frente a um contexto bélico, assim como a articulação das relações externas com os reinos inimigos supracitados.

## **2.1 A CONQUISTA DA ILHA DE MAIORCA (1229-1232)**

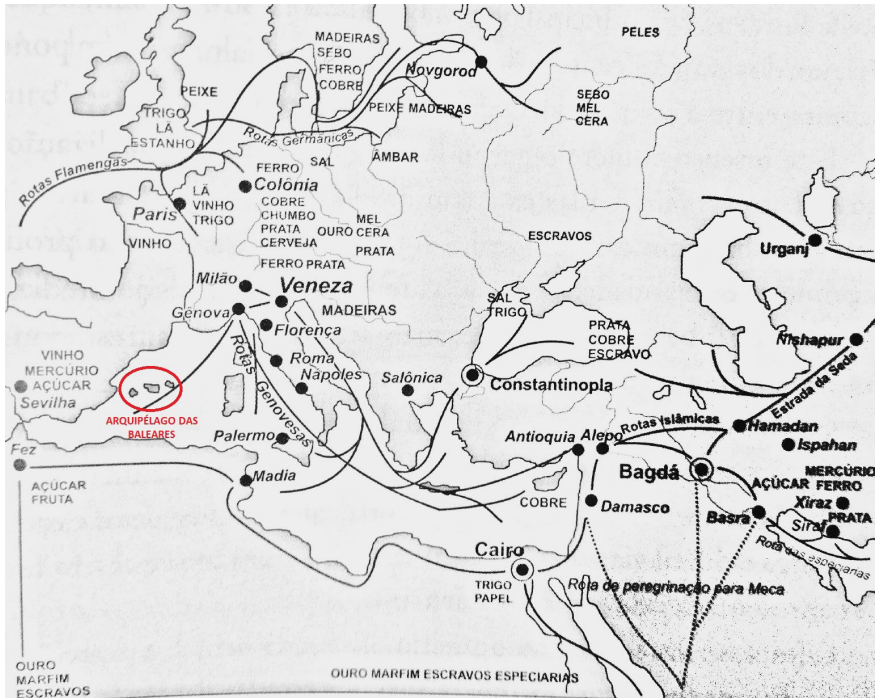
Com a imposição do Tratado de Alcalá, as querelas nobiliárquicas que inflamaram o limiar do reinado de Jaime I foram, momentaneamente, arrefecidas, o que permitiu o direcionamento das atenções da Coroa para o avanço das operações externas de expansão territorial, as quais permaneciam paralisadas desde a derrota de seu pai no Languedoc em 1213.

Inaugurando uma nova fase do reinado de Jaime I, uma onda de operações bélicas foi encabeçada pelo rei inicialmente orientadas ao leste, para a ilha de Maiorca, a qual integrava o arquipélago das Baleares juntamente com Ibiza, Minorca e Formentera, cuja proximidade com rotas comerciais<sup>38</sup> importantes à época, conforme mostra o mapa a seguir (FIGURA 6), conferia-lhe uma posição estratégica no Mediterrâneo e permitiria um eficaz impulso ao processo de expansão marítima da Coroa de Aragão. (ARÁNDEZ, 1972).

---

38 Neste contexto do século XIII, “[...] as atividades comerciais se concentraram basicamente em dois eixos na Europa: o mediterrânico (em torno do Mar Mediterrâneo) e o nórdico (envolvendo os Mares do Norte e Báltico). [...] O Mar Mediterrâneo voltou a ser o eixo econômico da Europa, com grande destaque para as cidades italianas de Veneza e Gênova.” (CALAINHO, 2014, p. 79).

**FIGURA 6 – ROTAS COMERCIAIS NO MEDIEVO (SÉC.XIII)**



**FONTE:** Adaptado de MCEVEDY (1990)

Além deste fator de cunho estratégico, tendo conta o abandono da Coroa em relação às pretensões ultrapirenaicas e a posição privilegiada do arquipélago das Baleares no Mediterrâneo, outros motivadores podem ser apontados como responsáveis pela reorientação da política externa de expansão em direção à Maiorca, conforme será demonstrado.

De acordo com a narrativa do próprio rei Jaime I em sua crônica régia, *O Livro dos Feitos*, as primeiras discussões acerca de uma possível conquista da ilha de Maiorca foram aventadas a partir do relato de um navegante e mercador da cidade de Barcelona que descreveu os aspectos geográficos da ilha aos nobres catalães, os quais, por sua vez, levaram tal exposição ao rei. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 47, 2007).

É possível conjecturar que o relato deste navegante instigou o permanente anseio nobiliárquico de expansão dos seus domínios territoriais, além de ter suscitado a possibilidade de projeção comercial

barcelonesa pelo Mediterrâneo, onde o desenvolvimento de relações com a Itália encontrava barreiras em constantes ações de pirataria. (FERNÁNDEZ, 1970).

De acordo esta mesma fonte documental, ouvidas as palavras do comerciante barcelonês, o núcleo nobiliárquico catalão concitou o rei a iniciar uma operação bélica voltada à ilha de Maiorca com o objetivo de conquistá-la, trazendo um claro tom providencialista: “[...] será coisa maravilhosa as gentes ouvirem sobre esta conquista que tomou uma terra e um reino dentro do mar, onde Deus o quis formar”. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 47, 2007, p. 128-129, tradução nossa)<sup>39</sup>.

Nesta passagem fica claro o ideal religioso do ainda vigente contexto de Reconquista utilizado como justificativa inicial à campanha, considerando que a ilha se encontrava sob jugo muçulmano desde o século XI. Cabe destacar que tal justificativa providencialista conferida à conquista que ora se realizaria confere à este movimento militar o escopo de uma “missão divina”, sendo que este espírito cruzadístico esteve constantemente presente em outras campanhas dirigidas pelos reinos cristãos ibéricos contra os muçulmanos (MOCELIM; SILVA, 2015) durante as movimentações militares da Reconquista.

Até aqui, foi possível identificarmos dois motivadores que levaram à decisão real de seguir com o projeto de expansão territorial para a ilha de Maiorca: um deles de cunho estratégico e o outro, religioso. Contudo, convém destacar talvez o de maior relevância para o rei neste contexto, a questão política.

Conforme foi demonstrado no capítulo anterior, a concordância entre a política régia e os anseios daqueles que atuavam ativamente no exercício do poder, ou seja, a alta estirpe da nobreza na figura dos ricos-homens, mostrava-se fundamental para a manutenção da governabilidade real, uma vez que “o poder régio apoia-se no nível da sua sociedade política, em vínculos pessoais [...]”. (FERNANDES, 2005, p. 156).

Sendo assim, seria altamente benéfico à dinâmica das relações régio-nobiliárquicas a satisfação dos anseios da nobreza por parte da

---

39 “[...] será cosa maravilhosa a les gentes que oiram aquesta conquesta que pregants la terra e regne dins en la mar, on Déus lo volc formar.” (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 47, 2007, p. 128-129).

monarquia através de uma campanha militar, uma vez que “[...] vehiculaba la cimentación entre los grupos dirigentes, apiñados en torno a su líder”. (UTRILLA UTRILLA, 2012, p. 161).

Destarte, a campanha permitiria certa aproximação entre o rei e o núcleo de sua sociedade política, com o qual se manteve afastado durante o período de sua infância passado na fortaleza de Carcassonne, durante o interstício da Cruzada Albigense no Languedoc, além de também servir para a reafirmação do poder régio ao constituir-se como o seu primeiro grande feito bélico, uma vez que

El joven monarca necesitaba de acciones políticas que reafirmaran su poder, y acciones militares que colmasen el espíritu belicoso de sus nobles y su sed de riquezas. La conquista de Mallorca era así concebida como una empresa militar colectiva que beneficiase a todos, con la Corona como motor y cabeza suprema. (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 14).

Cabe ressaltar que a decisão do rei em concretizar uma campanha militar com fins de conquistar a ilha de Maiorca solidificava um aceno aos desejos da nobreza catalã, cujos interesses, conforme discutimos no capítulo anterior, voltavam-se em grande medida ao Mediterrâneo, o que levou a uma participação majoritária de nobres da Catalunha em tal operação.

No que concerne aos nobres aragoneses, suas atenções ainda se mostravam voltadas ao Reino de Valência, cuja chancela de conquista também foi concedida pelo rei, sendo que o seu desenvolvimento será abordado em tempo oportuno no decorrer desta pesquisa.

Estando compreendidos os motivadores apresentados anteriormente que suscitaram uma campanha militar voltada à conquista da ilha de Maiorca, torna-se de suma importância a análise do momento no qual os detalhes da conquista foram discutidos e a campanha oficialmente conclamada, ou seja, a reunião das Cortes Gerais de Barcelona, convocada por Jaime I em dezembro de 1228 no uso de suas atribuições reais.

O íterim desta reunião foi detalhadamente exposto pelo rei em sua crônica régia, o *Livro dos Feitos*, sendo que a análise da narrativa deste momento se mostra de suma importância na medida em que expressa a dinâmica das relações sociopolíticas entre o rei e o estamento nobiliárquico, o clero e os representantes da cidade de Barcelona, permitindo assim



situar o tom que tais relações iriam adquirir no interstício da subsequente campanha militar contra Maiorca.

Logo nas palavras de abertura da reunião das Cortes proferidas pelo rei, de acordo com a narrativa do *Livro dos Feitos*, alguns pontos merecem ser destacados por sua relevância no que tange às relações de poder entre Jaime I e sua sociedade política:

[...] Por certo vós bem sabeis que nós somos vosso senhor natural, sem irmãos e irmãs, pois nosso pai não teve ninguém além de nossa mãe, e que viemos entre vós um jovem de seis anos e meio, e que encontramos Aragão e Catalunha perturbados, pois uns estavam contra os outros e não acordavam em nada, pois o que uns queriam os outros não queriam; e havia má fama pelo mundo por essas coisas que passaram. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 48, 2007, p. 130, tradução livre do autor)<sup>40</sup>.

A análise deste trecho da narrativa permite entrever que o rei fez questão de relembrar aos presentes, incluindo os nobres, a legitimidade do seu direito ao trono como único herdeiro legítimo primogênito de Pedro II, o que denota de forma implícita a fidelidade que seus vassallos lhe deviam e, por consequência, o auxílio militar, além de que ao recordar das querelas nobiliárquicas ocorridas durante os primeiros anos do seu reinado, há uma certa indicação de que a campanha que então se desenhava serviria também para um propósito de união em torno de um objetivo comum.

No intercurso da reunião, como era de costume, os representantes da nobreza, do clero e da cidade pronunciaram seus posicionamentos em acordo à proposta de conquista da ilha de Maiorca (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 49-54, 2007), demonstrando, talvez como uma das primeiras ocasiões em seu reinado, o alinhamento entre a política régia e os interesses nobiliárquicos, em especial, os da nobreza catalã que agora vislumbrava “[...] una compensación oportuna en el botín y en las apropiaciones de bienes – muebles o inmuebles – que se pudieran obtener” (BELENGUER, 2008, p. 93), ou seja, uma possibilidade concreta de

<sup>40</sup> Mas ben sabem per cert que vos sabets que nós som vostre senyor natural, e som sols menys de frare e de sor, que nostre pare no hac en nostra mare, e vinguem entre vós jove, de jovent sis anys e mig, e trobam Aragó e Catalunya torbats, que los uns venien contra los altres e no s’acordaven em neguna re, que ço que los uns volien no ho volien los altres; e haviets mala fama per lo món per les coses que eren passades. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 48, 2007, p. 130).

ampliação do seu patrimônio territorial, sendo este um dos três elementos que, conforme exposto no capítulo anterior, sustentavam a sua própria condição de nobreza.

Dentre os principais expoentes da nobreza catalã, cuja presença em tal reunião pode ser atestada a partir dos registros em ata da referida Corte (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document nº 000664, ©2006, não p.), cabe destacar os seguintes nomes:

**QUADRO 5 – PRINCIPAIS EXPOENTES DA NOBREZA CATALÃ PRESENTES NA REUNIÃO DAS CORTES GERAIS DE BARCELONA EM 1228**

Nome	Título
Guilherme de Montcada	Visconde de Bearn
Ramón de Montcada	Senhor de Tortosa
Nuno Sánchez	Conde da Cerdaña e de Rossellón
Hugo IV	Conde de Ampúrias
Dom Guilherme de Cervelió	Não encontrado
Dom Guilherme de Claramunt	Não encontrado
Dom Ramon Alamano	Não encontrado

**FONTE:** O autor (2023)

Conforme demonstrado no capítulo precedente, a linhagem dos Montcada foi uma das únicas casas nobres da Catalunha que engendrou oposição ao rei durante os primeiros anos do seu reinado, juntamente com Nuno Sánchez, seu primo<sup>41</sup>, mas que agora apresentavam seu apoio à monarquia em um momento no qual os interesses de ambos se mostravam alinhados.

### *2.1.1 A travessia e a Batalha de Santa Ponsa*

Com a concordância de todos os representantes presentes e a indicação dos contingentes militares que cada um disporia à campanha, o início das operações se deu no ano seguinte, em 5 de setembro de 1229, com a frota de invasão partindo de três localizações na costa catalã: Cambrils, Tarragona e Salou.

<sup>41</sup>Nuno Sánchez era filho do tio-avô e ex-regente de Jaime I, o conde Sancho Raimundo.

De acordo com a narrativa real no *Livro dos Feitos*, a esquadra compunha-se por 150 embarcações (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 55, 2007), já sobre os efetivos militares terrestres torna-se difícil estabelecer números almejando certa exatidão, visto que quando se trata do retrato de operações bélicas medievais em fontes documentais deste lapso cronológico, especialmente em crônicas régias como o *Livro dos Feitos*, a proporção das tropas poderia ser super ou subestimada, dependendo da intencionalidade da narrativa.

Contudo, de acordo com a historiografia especializada na conquista de Maiorca, encontramos o número total aproximado de 16.000 homens distribuídos entre cavalaria e infantaria. (ESTEBAN RIBAS, 2011).

A travessia para a ilha teve duração de cerca de 4 dias, sendo que o planejamento estratégico inicial era de aportar na região nortenha de Pollensa, contudo, “[...] as más condições climáticas forçaram uma alteração na rota de invasão da ilha, levando a frota a estabelecer como ponto de ancoragem uma costa próxima ao monte Pantaleu” (SILVA, 2019, p. 38), localização situada na porção ocidental de Maiorca que serviu de ancoradouro provisório às forças de invasão.

O aporte definitivo da frota se deu na baía de Santa Ponsa no dia 11 de setembro de 1228, após ter sido enviado um efetivo de reconhecimento ao longo da costa da ilha, ficando a organização e defesa do desembarque sob responsabilidade dos Montcada.

Toda esta movimentação das tropas invasoras, cujos traços da mobilidade militar podem ser observados no mapa seguinte (FIGURA 7), não logrou êxito em promover um desembarque furtivo.

Assim “[...] desde la capital se ha movilizado un ejército para que se oponga al desembarco de los catalano-aragoneses.” (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 25). Foi então que ocorreu o primeiro grande choque entre as forças de invasão e os contingentes muçulmanos da ilha.

**FIGURA 7 – MOBILIDADE MILITAR DURANTE OS MOVIMENTOS INICIAIS DA CONQUISTA DE MAIORCA**



**FONTE:** Adaptado de Google Maps (2023)

Pelo lado invasor, as tropas foram lideradas pelos Montcadas, além de um pequeno contingente da hoste conduzida pelo próprio rei, fato que, conforme demonstraremos, se constituiu como um evento de relevância singular no âmbito das relações sociopolíticas entre Jaime I e a nobreza catalã no interstício da campanha.

Mesmo em inferioridade numérica, as forças catalano-aragonesas impuseram derrota aos inimigos, dos quais boa parte abandonou o pleito (SILVA, 2019). Após o transcurso da batalha, um episódio narrado pelo rei em sua crônica merece atenção de nossa análise, o qual esteve diretamente vinculado ao referido ato de Jaime I acometer pessoalmente em assalto às forças inimigas durante a Batalha de Santa Ponsa.

Assim, de acordo com o relato no *Livro dos Feitos*, o rei foi repreendido por Ramon de Montcada em decorrência da atitude tomada durante o confronto, fato que deve ser destacado devido ao seu significado no que diz respeito à esfera das relações de poder entre monarquia e nobreza, foco de nossa análise na presente pesquisa:

E quando voltamos à hoste, perto do pôr do sol, Dom Guilherme de Montcada e Dom Ramon de Montcada, e os cavaleiros que estavam com eles, saíram para nos receber. Nós desmontamos e fomos até eles; e Guilherme de Montcada sorriu, e ficamos alegres, pois tínhamos medo de que nos dissessem coisas ruins; e pensamos que não seriam tão ruins conosco. E Ramón de Montcada disse-nos:

— O que haveis feito? Quer matar a nós e vós? Pois, se por má ventura vós vos perdestes, como quase se perdeu agora, a hoste e todos estariam perdidos, e este tão bom feito não será feito por nenhum homem do mundo. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 61, 2007, p. 148, tradução nossa).<sup>42</sup>

É perceptível que a repreensão dirigida por um nobre de primeira ordem como Ramon de Montcada deriva de uma preocupação com a integridade física do rei e as consequências que um possível evento fatal poderia trazer para o decurso da campanha, como por exemplo, a desestabilização das tropas e fortalecimento da moral dos inimigos.

Além disso, cabe destacar que apesar de oferecer benefícios, um intento militar como aquele se mostrava altamente custoso em termos econômicos, o que sem dúvida também se constituiu como um fator que motivou a preocupação da nobreza catalã no que diz respeito às atitudes tomadas por um rei inexperiente no campo de batalha.

Neste âmbito, tal episódio suscita reflexões em dois lados: primeiro, os nobres compreendiam a importância da figura real e das ações do rei para o andamento da campanha, o que denota um certo grau de reconhecimento do poder emanado pela monarquia e o papel deste para uma operação bélica de tais proporções como a conquista de Maiorca.

De outro lado, o rei percebia que a campanha representava uma oportunidade de afirmar-se na esfera de exercício do poder perante a sua sociedade política, especificamente a nobreza catalã no caso da conquista de Maiorca, sendo que sua atitude demonstra uma “[...] ansia de notoriedad

<sup>42</sup> E, quan nós entram per la host, podia ésser prop del sol post, e En Guillem de Montcada e En Ramon de Montcada, ab cavallers qui eren a bells, eixiren-nos recollir. E nós descavalgam e anam envers ells a peu; e En Guillem de Montcada somris-se, e nós fom alegres, que haviem paor que no ens dixés mal; e pensam-nos que no seria tan mal con nós cuidàvem. E En Ramon de Montcada dix-nos:

— Què havets feit? Volets ociure a nós e a vós? Que, si per mala ventura vós vos perdiets, e sots ara anat a reec de perdre, la host e tot l’als perdut, e aquest tan bon feit no es farà puis per null hom del món. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 61, 2007, p. 148).

y reconocimiento del monarca, que ha puesto en juego su vida por el deseo de labrarse fama en el campo de batalla, a imitación de su difunto padre.” (ESTEBAN RIBAS, 2011, p. 28).

Este evento demonstra claramente que as ações tomadas no transcurso de uma campanha militar neste contexto detinham grande potencial de gerar ecos sem dúvida relevantes na esfera política e, juntamente com outros fatos que ainda serão apresentados e discutidos, justifica nossa escolha em direcionar um capítulo às conquistas militares de Jaime I, dada sua influência no âmbito das relações de poder com a sociedade política catalano-aragonesa.

### *2.1.2 A Batalha de Portopí*

Na sequência da campanha, as tropas muçulmanas que abandonaram a batalha na baía de Santa Ponsa se juntaram a outro destacamento militar na Serra de Portopí, local onde ocorreu o segundo e maior choque entre os beligerantes, cujas consequências influenciaram todo o decorrer da conquista.

O plano de batalha contra as tropas muçulmanas estacionadas em Portopí, cujo objetivo era bloquear o avanço dos invasores até a capital, Palma de Maiorca, foi traçado na manhã do dia 12 de setembro, tendo novamente os Montcadas como líderes da investida.

Considerando as condições geográficas da Serra de Portopí que, segundo Esteban Ribas (2011), conta com vales e colinas de difícil acesso e fácil defesa, além de ser um terreno desconhecido aos invasores, o confronto se manteve equilibrado durante algum tempo, sendo que “[...] os avanços bem-sucedidos das hostes invasoras se deram em locais onde o terreno se mostrava mais propício aos ataques.” (SILVA, 2019, p. 42).

A superioridade numérica das tropas catalano-aragonesas somada à precariedade dos armamentos muçulmanos (ESTEBAN RIBAS, 2011) fez com que a balança da vitória pendesse novamente para o lado cristão, porém ao custo de inúmeras baixas, incluindo a morte dos nobres catalães Guilherme e Ramón de Montcada, sendo este episódio o cerne de mais um impasse no tabuleiro político das relações sociopolíticas entre Jaime I e a nobreza catalã no decorrer da campanha, conforme será explicitado.

O cerco à capital da ilha teve início na manhã seguinte à vitória em Portopí e se estendeu pelos próximos quatro meses com a utilização de máquinas de guerra visando transpor as muralhas.

Neste íterim, diversas tentativas de findar o conflito através da diplomacia foram tomadas, todas, porém, falharam, sendo que a última delas merece atenção de nossa análise, a qual diz respeito a uma proposta de rendição do rei de Maiorca, Abu Yahya, oferecida a Jaime I com a intermediação de seu primo, o conde Dom Nuno Sanchez: “[...] Ihe darei cinco besantes por cada homem, mulher e criança, e desempararei a vila, e com as naus que ele nos der, passaremos à Berbéria, e aqueles que desejam permanecer, permaneçam”. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 78, 2007, p. 171, tradução nossa)<sup>43</sup>.

Tal derradeira proposta de rendição vinda do rei de Maiorca naturalmente deve ter sido influenciada pela conjuntura vigente da campanha: as batalhas contra os invasores foram sumariamente perdidas e a capital encontrava-se sob cerco, estratégia militar que estabelece um relógio com contagem regressiva aos sitiados, uma vez que os alimentos e água que abasteciam a cidade eram finitos.

Derivado desta situação, um episódio deveras relevante ao foco de nossa análise ocorreu quando o nobre Dom Nuno repassou a proposta de rendição ao rei Jaime, o qual logo convocou um conselho com os nobres da hoste para deliberar sobre a questão. (SILVA, 2019).

Tendo em conta o lado estratégico, o aceite da rendição oferecia grandes vantagens ao lado catalano-aragonês, uma vez que, conforme já explicitado, guerras são altamente dispendiosas e, nesta situação específica, a prolongação do cerco por um tempo indeterminado aumentaria ainda mais os gastos com a campanha.

Neste momento, a narrativa do *Livro dos Feitos* nos traz o discurso supostamente proferido por três nobres catalães de primeira ordem sobre a proposta: Dom Ramon Alamano, Dom Guerau de Cervelló e Dom Guilherme de Claramunt:

---

43 “[...] li daré cinc besants de cada testa d’home e de fembra e d’infants, e desemparar-li hem la vila, ab que ell nos do d’aquests llenys que ha, ab què ens en passem em Barbaria, e aquells que volran romanir que romanguen.” (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 78, 2007, p. 171).

Sobre isso falou Ramon Alamano:

— Vós, senhor, passais aqui, e nós convosco, para servir a Deus; e haveis perdido aqui, que morreram em vosso serviço tais vassallos que nenhum rei teve melhores; e Deus vos deu tempo para que possa vingar-vos; e, vingando a eles, terá toda a terra. Porque o rei de Maiorca tem grande senso e conhece a terra de Maiorca que, se passar à Berbéria com o conhecimento que tem, trará tantos sarracenos para esta terra que, assim como vós haveis ganhado com a ajuda de Deus e de nós, vós não podereis impedir. Assim, pelo tempo que tens, vingai-vos, e terá a terra, e então não terá que temer a Berbéria.

E Guerau de Cervelló e Guilherme de Claramunt disseram todos em uma só voz:

— Senhor, por Deus, nós rezamos que recorde de Guilherme de Montcada, que tanto vos amava e servia, e de Ramon e dos outros ricos-homens que morreram com eles no campo. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 78, 2007, p. 172, tradução nossa).<sup>44</sup>

A análise deste excerto demonstra, claramente, a evocação por parte da sociedade política catalã do princípio da vingança pela morte dos Montcada, no âmbito da decisão de prosseguir ou não com a campanha.

Quando se trata do tema da vingança ao longo da História, é viável pensarmos que este preceito sempre esteve presente no cerne da sociedade, inclusive de forma positivada em alguns casos, se adequando à diacronia histórica vigente.

Assim, no que tange às ações de vingança, podemos compreender que “[...] suponían la acción reparadora ante el daño o la ofensa, que invocaba la acción de la justicia, reforzando la cohesión interna del grupo, asegurando la reordenación jerárquica em las relaciones de poder”. (ASENJO GONZÁLEZ, 2015, p. 2).

---

<sup>44</sup> E sobre açò parlà Ramon Alaman e dix:

— Vós, senyor, passàs aquí, e nós ab vós, per servir a Déu; e havets perdut aquí, que moriren en vostre serví, tal vassalls, que negu, rei no els havia mellors; e Déus ha-us donats temps que els podets venjar; e, venjant a ells, haurets tota la terra. Car lo rei de Mallorques ha tan gran sen e sap la terra de Mallorques, que, si passava em Berbaria, ab açò que ell sabria dir e ab lo saber que ell ha, aduria tantes gents de sarrains en aquesta terra, que, així con vós l’havets guanyada ab l’ajuda de Déu e de nó, e vós que no hi porets aturar, tota via que la’ns poria tolre. E, pus voltre temps havets, venjat-vos d’ells, e haurets la terra, e puis no us cal tembre de Barbaria.

E En Guerau de Cervelló e Em Guillem de Clarmunt dixeren tots a una veu:

— Sényer, per Déu vos pregam que us membre d’En Guillem de Montcada, que tant vos amava e us servia, e d’En Ramon e dels altres rics homens qui són morts ab ells en lo camp. (*LLIBRE DEL FEITS DEL REI EN JAUME*, cap. 78, 2007, p. 172).



No que se refere ao contexto medieval, os malfeitos ou delitos cometidos contra uma pessoa ou propriedade sobrepunha o espectro individual e se estendiam a todo o grupo vinculado. Assim, considerando uma sociedade organizada a partir de vínculos vassálicos de fidelidade, as ações reivindicativas de vingança alcançavam uma miríade de indivíduos.

Deste modo, a pressão exercida pelos nobres catalães reivindicando a vingança pela morte dos Montcadas, se constituiu como mais um episódio da campanha contra a ilha de Maiorca em que o cordame de poder sob o qual se equilibravam nobreza e monarquia balançou.

Sendo assim, pela parte de Jaime I, tendo em vista o contexto recente de instabilidade política com o estamento nobiliárquico da Coroa, ignorar tal desejo de vingança novamente criaria uma situação de embate com a nobreza e influenciaria negativamente o processo em curso de fortalecimento do poder real.

Em suma, por mais uma vez, a influência do poder político exercido pelo estamento nobiliárquico se fez presente e gerou ecos na decisão do rei, o qual determinou a continuidade da conquista. Além disso, novamente os integrantes da sociedade política catalã demonstraram que estavam observando as ações da monarquia durante a campanha, ao mesmo tempo em que reafirmavam sua posição enquanto agentes na dinâmica de exercício do poder na Coroa de Aragão.

Após a decisão de dar seguimento à campanha, o assalto final e tomada da capital se concretizou no dia 31 de dezembro de 1229, seguida da divisão dos espólios derivados da conquista entre o estamento nobiliárquico partícipe, conforme acordado durante as Cortes Gerais de Barcelona no ano anterior. (SILVA, 2019).

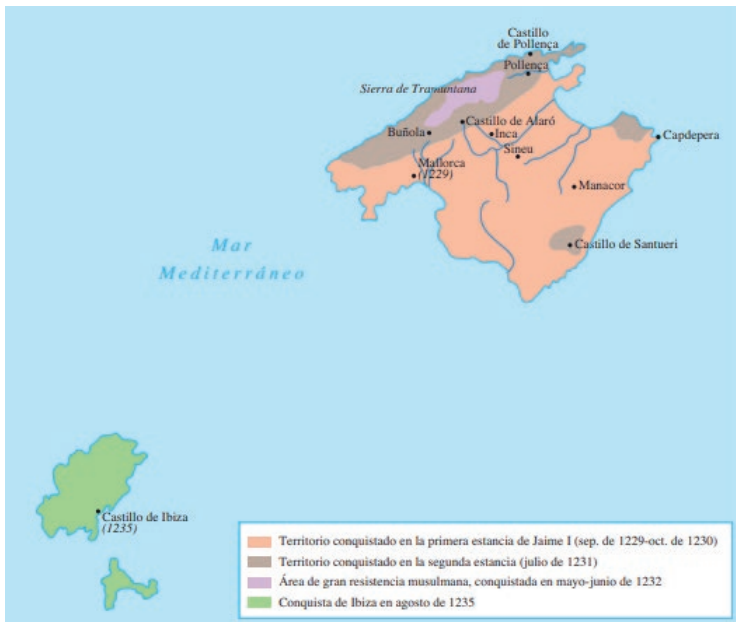
Com a tomada da capital, as tropas muçulmanas que debandaram da cidade passaram organizar focos de resistência ao longo da extensão da ilha, especialmente a partir dos castelos de Santueri, Pollensa e Alaró, o que culminou na formação de incursões catalano-aragonesas pelos próximos dois anos visando reprimir os insurgentes, conforme ilustram os mapas subsequentes (FIGURA 8 e FIGURA 9), assim, somente em 1232 a ilha foi totalmente integrada aos domínios territoriais da Coroa de Aragão.

**FIGURA 8 – PONTOS DE RESISTÊNCIA**



**FONTE:** SILVA (2019)

**FIGURA 9 – CONQUISTA DE MAIORCA: CRONOLOGIA**



**FONTE:** MONSALVO ÁNTÓN (2010).

O repartimento<sup>45</sup> das terras recém-conquistadas congrega nuances que merecem atenção de nossa análise, pois também se constituiu como um ponto relevante que gravitou a teia de relações sociopolíticas entre o rei e a nobreza catalã. As terras insulares de Maiorca foram divididas em duas grandes porções: a *medetas regis* e a *medetas magnatum*.

As terras que integravam a *medetas regis*, por antonomásia, passaram às mãos do rei, das quais um documento da chancelaria régia revela a doação do Castelo de Almudaína e do porto de Almunacir à ordem do templo (ARXIU VIRTUAL JAIME I, document n° 000151, ©2006, não p.). Mais uma vez aqui percebemos a proximidade do rei com os templários, responsáveis por sua educação no Castelo de Monzón e que agora eram recompensados por seu apoio e participação na campanha.

Já das terras da *medetas magnatum*, “[...] se hicieron cuatro partes, que se otorgaron a los tres principales magnates que protagonizaron la conquista y al obispo de Barcelona”. (MONSALVO ANTÓN, 2010, p. 187). Sendo assim, foram contemplados com esta porção a alta estirpe da nobreza catalã sob a figura dos condes de Rossellón<sup>46</sup> e Ampúrias<sup>47</sup>, além do visconde de Bearn<sup>48</sup>, para que as distribuíssem entre seus vassallos. O mapa a seguir (FIGURA 10) apresenta tal distribuição das terras conquistadas:

---

45 [...] los repartimientos proceden a la distribución ordenada de terras de casas e heredades de las poblaciones y tierras reconquistadas entre todos aquellos que habían tomado parte en la conquista, de acuerdo con sua condición social, grado de merecimientos, etc., recibiendo de esta manera los nobles, según los lugares, grandes lotes o heredamientos donde asentaban a sus colonos. (CABANES PECOURT, 1977, p. 3).

46 Dom Nuno Sánchez.

47 Hugo IV.

48 No decurso da conquista de Maiorca, este título nobiliárquico pertenceu à Guilherme de Montcada, morto durante a Batalha de Portopí. Sendo assim, considerando que o mapa da FIGURA 10 de Monsalvo Antón não cita nominalmente o então visconde de Bearn no momento da partilha, conjecturamos que tanto o título quanto as posses do falecido nobre catalão, incluindo as novas terras derivadas da campanha, foram herdadas por seu filho, Gastão VII.



político do rei na órbita das relações de poder com o estamento nobiliárquico catalão, cujo equilíbrio se mostrava fundamental para a garantia de sua governabilidade.

Destarte, tal conquista militar de nuances cruzadísticas demonstrou, desde seu início, um alinhamento aos interesses da sociedade política catalã, cuja nobreza vislumbrava uma oportunidade de obter benefícios, especialmente através da expansão dos seus domínios territoriais, sendo este um elemento intrínseco à própria condição nobre, conforme demonstrado no capítulo anterior.

Por sua vez, o rei percebeu a oportunidade de afirmação política do lugar ocupado pela monarquia na tênue linha de exercício do poder na Coroa de Aragão, uma vez que suas ações políticas, militares e diplomáticas enquanto líder da campanha estavam sendo acompanhadas de perto pelo estamento nobiliárquico catalão em um contexto subsequente ao cenário de intensas perturbações internas que despontaram durante os primeiros anos do seu reinado.

## ***2.2 A CONQUISTA DE VALÊNCIA (1232-1245)***

Com a finalização da conquista de Maiorca no ano de 1232, um antigo projeto militar que respondia às ambições da nobreza de Aragão novamente passou a ocupar o protagonismo da política externa da Coroa: a conquista do Reino de Valência, cujos precedentes mais recentes haviam sido as duas incursões fracassadas nos anos de 1225 e 1226 que levaram ao acordo de trégua com o governante muçulmano Abu Seid.

Cabe recordar que tal acordo não foi respeitado pelo nobre Pedro Ahonés, o que levou à sua punição por parte do rei, instigando assim a sublevação dos seus partidários junto à nobreza de Aragão, cuja pacificação temporária somente foi alcançada através do Tratado de Alcalá, em 1227, conforme apresentado no capítulo anterior.

Portanto, em decorrência de tal situação, Jaime permitiu aos nobres aragoneses a continuação particular da conquista (SESMA MUÑOZ, 1980), claramente numa tentativa de impedir novas insurreições nobiliárquicas em Aragão.

Assim, enquanto a campanha contra a ilha de Maiorca estava em

curso sendo liderada pelo rei e respondendo aos anseios da nobreza catalã, o estamento nobiliárquico aragonês seguiu com as atenções voltadas ao Reino de Valência organizando incursões especialmente nas áreas fronteiriças.

### *2.2.1 Primeira Fase: o particularismo aragonês na tomada de Morella (1232)*

Tais investidas privativas dirigidas pela nobreza de Aragão culminaram na tomada da fortaleza de Morella em 1232, ao norte de Valência, pelo nobre Blasco de Alagón, um rico-homem que pertencia a uma das mais influentes linhagens do estamento nobiliárquico aragonês<sup>49</sup>. A atitude seguida pelo rei ao tomar conhecimento de tal fato merece ser destacada tendo em vista seu significado para as sempre tempestuosas relações de poder com a sociedade política aragonesa.

De acordo com Swift (2012), em decorrência dos acontecimentos, Blasco de Alagón foi detido e levado diante do rei que insistiu na entrega da cidade recém-conquistada. Tal episódio pode ser corroborado com a existência de um ato da Chancelaria Régia de Jaime I datado de 22 de fevereiro de 1232, no qual o rei doa ao nobre supracitado os castelos de Sastago e Maria como recompensa por ter conquistado a fortaleza de Morella e devolvido à Coroa. (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document n° 000105, ©2006, não p.).

Este documento contrasta com outro datado de 1226, logo após as duas malfadadas tentativas de conquista do Reino de Valência, através do qual o rei doa ao mesmo Blasco de Alagón todas as vilas e castelos que pudesse conquistar frente aos muçulmanos. (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document n° 000102, ©2006, não p.).

Aqui nos deparamos com uma contradição nas atitudes do rei: por um lado, havia concedido autorização para que os nobres aragoneses continuassem os assaltos contra o Reino de Valência, inclusive direcionando uma carta de concessão nominal a Blasco de Alagón, porém, ao tomar ciência da tomada de Morella por este mesmo nobre em 1232, exigiu a devolução do castelo à Coroa oferecendo uma compensação em troca.

A análise deste episódio nos revela que a tomada de uma importante posição ao norte de Valência por um nobre aragonês de primeira ordem

---

49 Ver Figura 3 que apresenta as onze principais linhagens nobres do Reino de Aragão.

causou apreensão ao rei, uma vez que tal incursão poderia se constituir como um reinício das operações de conquista do reino muçulmano sem a presença da monarquia, considerando que tal localidade detinha uma importância estratégica ao situar-se em uma região de fronteira entre a Catalunha e os reinos de Aragão e Valência, conforme ilustra o mapa a seguir (FIGURA 11).

**FIGURA 11 – POSIÇÃO ESTRATÉGICA DE MORELLA**



**FONTE:** Adaptado de MONSALVO ÁNTÓN (2010).

Recordemos que o rei havia acabado de findar sua primeira campanha militar que teve, conforme discutimos anteriormente, forte influência no sentido de reafirmar o papel ocupado pela monarquia na esfera de exercício do poder. Agora, ao exigir a entrega de um território conquistado por um grande expoente da nobreza de Aragão, Jaime demonstrou sua posição enquanto rei perante a nobreza aragonesa, com a qual teve diversos problemas no início do seu reinado.

Sendo assim, após sair fortalecido da campanha maiorquina, Jaime deteve o ímpeto necessário para voltar atrás de sua palavra ao “[...] comprender su error anterior” (SESMA MUÑOZ, 1980, p. 142) e exigir a devolução da referida fortaleza por Blasco de Alagón em troca de uma

compensação e permitindo que este nobre a administrasse em seu nome, conforme aponta um documento datado de 1235 em sua Chancelaria (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document nº 000114, ©2006, não p.), demonstrando que aquele era um momento em que o rei estava ciente de sua posição no âmbito das relações de poder com a nobreza

Em outro extremo, tal ação não teria sido possível e, talvez, nem imaginável no início do seu conturbado reinado, período no qual o exercício do poder régio encontrava-se minado pelo conselho regencial e pelas inúmeras sublevações nobiliárquicas majoritariamente engendradas por nobres aragoneses.

### *2.2.2 Segunda Fase: a intervenção real (1233-1235)*

A partir do episódio supracitado, as operações militares direcionadas ao Reino de Valência passaram a contar com a presença ativa do rei, começando com o cerco à Burriana em 1233, cuja cidade “[...] se halla junto a un vasto naranjal, es de acceso sencillo y su guarnición estaba integrada tan solo por cien hombres de infantería y siete a caballo”. (SWIFT, 2012, p. 73). Apesar de contar com uma guarnição reduzida frente aos invasores, a defesa de Burriana manteve a posição durante alguns meses, terminando com a rendição e abandono da cidade pelos muçulmanos.

Neste mesmo ano, com a tomada de Burriana, algumas localidades próximas tenderam a oferecer capitulação às tropas de Jaime I frente à impossibilidade de manter a defesa, foi o caso de Peníscola, onde as tropas invasoras adentraram sem enfrentar oposição alguma, compensando o fracasso ocorrido há oito anos (SWIFT, 2012). Assim, chegando em 1235, boa parte do norte valenciano já estava sob domínio da Coroa de Aragão.

Tais investidas direcionadas à Burriana e Peníscola pelo rei a partir de 1233 demonstram uma nítida intenção por parte da monarquia aragonesa em converter a campanha contra o Reino de Valência de uma conquista particular para uma empresa da Coroa. (SESMA MUÑOZ, 1980).

Podemos conjecturar assim que tal atitude do rei pode estar relacionada a uma tentativa de conter o avanço de um potencial fortalecimento do poder da dissidente nobreza aragonesa, viabilizado a partir da possível conquista de novas terras frente aos muçulmanos. Esta



hipótese pode ser corroborada ao analisarmos a decisão do rei ao fim da conquista de Valência em criar um novo reino adscrito à Coroa, e não em anexar os territórios conquistados à Aragão, como era o desejo daquele estamento nobiliárquico, conforme será discutido posteriormente.

### 2.2.3 Terceira Fase: a conquista como um feito da Coroa (1236-1238)

Em outubro de 1236 foram convocadas as Cortes Gerais de Monzón que, segundo registro da respectiva ata presente na Chancelaria Régia de Jaime I (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document n° 000972, ©2006, não p.), contou com a presença tanto de nobres aragoneses quanto de catalães, cujos principais expoentes foram:

**QUADRO 6** – PRINCIPAIS EXPOENTES DA NOBREZA ARAGONESA E CATALÃ PRESENTES NA REUNIÃO DAS CORTES GERAIS DE MONZÓN EM 1236

Nome	Ascendência
Pedro Cornel	Aragonês
Jimeno de Urrea	Aragonês
Artal de Luna	Aragonês
Rodrigo Lizana	Aragonês
Blasco de Alagón	Aragonês
Guilherme de Cardona	Catalão
Guilherme de Cervera	Catalão
Nuno Sánchez	Catalão

**FONTE:** O autor (2023)

Analisando a presença destes nobres aragoneses e catalães, além de outros, na reunião das Cortes Gerais de Monzón, constatamos uma prevalência de proeminentes ricos-homens de Aragão pertencentes a antigas linhagens<sup>50</sup>, contudo, fica claro o objetivo do rei em retirar o particularismo aragonês da campanha ao convocar e incluir também nobres catalães, buscando convertê-la assim em uma operação da Coroa.

Neste íterim, a conquista de territórios ao norte e o avanço gradual em direção ao sul pelas tropas invasoras tinha o claro objetivo de

<sup>50</sup> Urrea, Luna, Cornel, Alagón e Lizana.

estabelecer um cerco à capital e, para este fim, a região de El Puig, situada a cerca de doze milhas de Valência e próxima ao mar (SWIFT, 2012), conforme ilustra o mapa a seguir (FIGURA 12), se constituía como um ponto estratégico que foi fortificado pela hoste cristã.

**FIGURA 12 – EL PUIG E A CIDADE DE VALÊNCIA**



**FONTE:** Adaptado de Google Maps (2023).

Na sequência da campanha, em 1237 o então rei de Valência, Zayan, enviou tropas visando atacar tal guarnição cristã estacionada em El Puig, cuja defesa ficou a cargo do nobre aragonês Guilherme de Entenza, o qual teve êxito em repelir o ataque que terminou na retirada dos inimigos. Estes foram perseguidos “[...] hasta una distancia de media legua de Valencia y muchos de ellos murieron, aunque los vencedores registraron pocas bajas.” (SWIFT, 2012, p. 80).

O avanço e cerco sobre a capital ocorreu no ano seguinte e se estendeu por 5 meses até que em 28 de setembro houve a rendição da

cidade pelo rei valenciano, cujos termos de capitulação foram aceitos por Jaime I, o qual por sua parte concedeu permissão de saída segura da cidade aos muçulmanos que assim desejassem juntamente com seus bens, além de garantir a segurança daqueles que escolhessem permanecer, enquanto o rei de Valência se comprometeu a entregar todas as vilas e castelos que mantinha, permanecendo apenas com Denia e Cuilera (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document n° 000652, ©2006, não p.).

Neste momento, diferentemente do que ocorreu em Maiorca, a proposta de rendição de Valência foi aceita pelo rei, o que demonstra que este se constituía como um contexto político diverso do anterior, pois agora não havia uma pressão nobiliárquica motivada pelo princípio da vingança sobre a decisão do rei, como houve em Maiorca, o que mais uma vez deixa clara a influência do estamento nobiliárquico no âmbito do exercício do poder. Assim, neste contexto, a possibilidade de encerrar o conflito por meio de um acordo se mostrava benéfica, mais uma vez considerando o caráter dispendioso de uma campanha militar.

#### *2.2.4 Finalização da campanha e o pós-conquista*

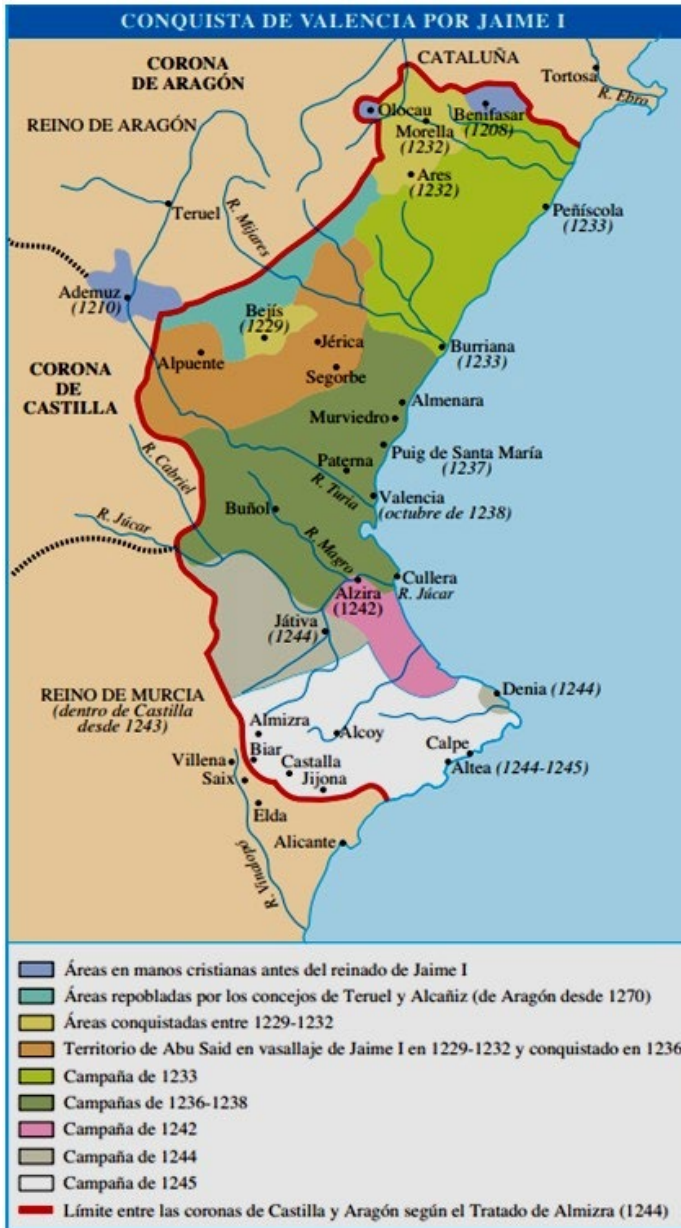
Durante os próximos anos ocorreu a tomada dos últimos territórios remanescentes do Reino de Valência, até a conquista da região de Biar em 1245 que assinalava o limite da expansão, segundo os termos do Tratado de Almisra<sup>51</sup> firmado entre Jaime I e o herdeiro da Coroa de Castela, Alfonso X<sup>52</sup>, no ano anterior (SESMA MUÑOZ, 1980). Assim findava a segunda grande conquista militar de Jaime I frente aos muçulmanos, cujas principais etapas podem ser observadas no mapa a seguir (FIGURA 13):

---

51 Tratado através do qual “[...] Aragón y Castilla pactaron el límite sur de sus respectivos dominios. [...] quedaron para el rey de Aragón las tierras al norte de la línea Biar-Busot-Villajoyosa.” (FATÁS, 2014, p. 91).

52 Filho de Fernando III de Leão e Castela e Beatriz da Suábia, Alfonso X de Leão e Castela, conhecido como “o sábio”, se casou com a filha de Jaime I, a infanta Violante, em 1249 e, três anos depois, em 1252, foi aclamado rei após a morte de seu pai. (SILVEIRA, 2020).

FIGURA 13 – ETAPAS DA CONQUISTA DE VALÊNCIA (1232-1245)



FONTE: MONSALVO ÁNTÓN (2010).

Com a conquista do Reino de Valência, chegou ao fim o período do reinado de Jaime I que denominamos anteriormente como *Era das Conquistas*, marcado pela incorporação de importantes praças territoriais que assinalaram uma sensível expansão dos domínios territoriais da Coroa de Aragão em frentes intra e extrapeninsulares, conforme pode ser observado no mapa abaixo (FIGURA 14):

**FIGURA 14 – CONFIGURAÇÃO TERRITÓRIAL DA COROA DE ARAGÃO PÓS-ERA DAS CONQUISTAS**



**FONTE:** Adaptado de MONSALVO ÁNTÓN (2010).

A partir deste ponto, analisaremos a logística de distribuição dos espólios oriundos da campanha valenciana e a decisão seguida pelo rei no que tange às novas terras conquistadas, cuja influência nas relações

sociopolíticas com a nobreza aragonesa se fez presente nos próximos anos que se seguiram do seu reinado.

De acordo com os registros da Chancelaria Régia de Jaime I (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document nº 000550, ©2006, não p.), o acordo ou promessa de repartimento das terras conquistadas entre aqueles que auxiliassem na conquista foi formalizado em 28 de outubro de 1236, logo após, portanto, à reunião das Cortes Gerais de Monzón, sendo que a divisão dos bens concernentes à capital ocorreu ao longo dos anos de 1237 e 1244 (CABANES PECOURT, 1977) ainda no decurso da campanha.

Cabanes Pecourt (1977, p. 16), ao analisar o quantitativo dos bens imóveis da cidade de Valência distribuídos entre o estamento nobiliárquico da Coroa de Aragão, conclui que os imóveis entregues a nobres aragoneses “[...] son abundantes y el número entregado por persona es alto – alguno recibe hasta dieciséis –”.

A partir do levantamento elencado pela autora (CABANES PECOURT, 1977, p. 21), compilamos e organizamos no quadro abaixo (QUADRO 7) o conjunto de cifras atinentes à entrega dos pecúlios de Valência entre nobres aragoneses e catalães:

**QUADRO 7 – QUANTITATIVO DE BENS IMÓVEIS DA CIDADE DE VALÊNCIA DISTRIBUÍDOS ENTRE AS NOBREZAS ARAGONESA E CATALÃ**

<b>Ascendência nobiliárquica</b>	<b>Proprietários</b>	<b>Imóveis</b>
Aragão	38	180
Catalunha	10	20

**FONTE:** O autor (2023)

Ao analisar tais dados acerca da distribuição de bens imóveis da capital valenciana, não nos causa surpresa a prevalência da nobreza aragonesa no que tange ao recebimento, uma vez que, conforme foi demonstrado, a conquista do Reino de Valência se constituiu, em grande medida, como uma campanha iniciada e dirigida pelo estamento nobiliárquico de Aragão e somente ao longo do seu desenvolvimento, por iniciativa do rei, foi convertida em uma operação da Coroa com a participação também de catalães.

Da mesma forma, ao voltarmos as atenções para fora da circunscrição murada da cidade de Valência com foco no repovoamento do restante do território, Cabanes Pecourt (2017, p. 29) também destaca que “[...] queda

suficientemente comprobado que los aragoneses fueron el contingente humano foráneo más importante que intervino en la repoblación valenciana en el siglo de la conquista jaimina y en el siguiente”.

Em contrapartida, mesmo tendo em conta a predominância de compensações à nobreza aragonesa no que tange à distribuição dos bens imóveis da cidade de Valência em comparação à nobreza catalã, assim como à primazia no assentamento de aragoneses no território valenciano, uma decisão tomada por Jaime I no que atine às terras conquistadas causou um grande impasse com este núcleo nobiliárquico, cujos ricos-homens acreditavam que o novo território seria anexado ao Reino de Aragão como uma extensão deste.

Destarte, ao contrário deste que sempre fora o principal desejo e objetivo dos nobres aragoneses, Jaime I seguiu com a criação do Reino de Valência integrado à Coroa, juntamente com Aragão, Catalunha e Maiorca, mas com estrutura política, jurídica e administrativa próprias, o que provocou a insatisfação da nobreza de Aragão e o seu “[...] retraimento en las relaciones con el monarca”. (SESMA MUÑOZ, 1980, p. 144).

Novamente percebemos uma estratégia real inserida no jogo político da Coroa com vistas a frear o fortalecimento do poder da nobreza aragonesa, pois apesar do monarca ter recompensado de forma abundante tal estamento nobiliárquico por sua participação na campanha – fato corroborado pela logística de distribuição dos bens imóveis da cidade de Valência, cuja maior parcela foi destinada aos nobres aragoneses em comparação aos catalães – em outra frente não concretizou o antigo anseio daquela sociedade política em anexar as terras valencianas ao Reino de Aragão, o que poderia ocasionar o fortalecimento do potencial político desta nobreza que desde o início do reinado de Jaime I permaneceu em uma posição dissidente em relação à monarquia.

Em suma, a decisão seguida pelo rei de criar um novo reino e não integrá-lo ao território de Aragão após a conclusão da campanha de Valência acabou por reativar a antiga chama de oposição nobiliárquica que inflamou os primeiros anos do seu reinado e gestou novamente um cenário de instabilidade política que seria potencializado pela forma como o rei distribuiu os territórios da Coroa entre seus herdeiros em uma série de testamentos editados nas próximas décadas que se seguiram à conquista de Valência, mantendo assim uma intensa tensão política nas relações entre o monarca e a nobreza até os últimos dias do seu reinado, conforme será discutido no capítulo seguinte.

## **OS ÚLTIMOS ANOS DO REINADO DE JAIME I (1245-1276): O FIM SE ASSEMELHA AO INÍCIO?**

Até este ponto de desenvolvimento da pesquisa, foram abordados os primeiros anos do reinado de Jaime I e o período que optamos por denominar de *Era das Conquistas*, com foco em elucidar a dinâmica das relações sociopolíticas do rei com a sociedade política catalano-aragonesa, notadamente a alta nobreza.

Portanto, em vias de se chegar à conclusão deste livro, neste terceiro e último capítulo, pretendemos abordar o período do reinado de Jaime I posterior à *Era das Conquistas*, no qual o rei voltou suas atenções ao processo de divisão dos domínios territoriais da Coroa entre seus filhos em uma série de códigos testamentários que influenciaram a conjuntura política da Coroa e as relações sociopolíticas com a nobreza catalano-aragonesa, desta vez contando com o envolvimento de seus herdeiros, o que acabou culminando no fortalecimento do cenário de tensões na política interna da Coroa – reativado após o fim da campanha contra Valência – que perdurou até os últimos anos de sua vida e reinado.

Para tanto, serão discutidos o panorama das relações matrimoniais de Jaime I e a descendência derivada, as primeiras propostas de divisão territorial da Coroa entre os herdeiros do rei e os conflitos causados com a alta nobreza, assim como a atuação de Jaime I frente à instabilidade política que marcou o cenário das sucessivas propostas de partilha apresentadas em seus testamentos e as consequências destas para os últimos anos do seu reinado.



### **3.1 AS RELAÇÕES MATRIMONIAIS DE JAIME I**

Ao longo do primeiro capítulo deste livro discorreremos, ainda que de forma panorâmica, sobre o matrimônio exordial de Jaime I de Aragão estabelecido ainda durante os primeiros anos do seu reinado, temática esta que, a partir deste ponto, precisa ser rememorada e aprofundada em prol dos objetivos estabelecidos anteriormente para o presente capítulo.

Destarte, o primeiro matrimônio de Jaime I teve lugar aos seus treze anos de idade com a princesa castelhana Leonor, filha do rei Alfonso VIII, no ano de 1221, em um cenário político de constantes perturbações internas dirigidas, em grande medida, pelo núcleo nobiliárquico aragonês.

Tal contexto tornou imperativa a necessidade de busca por aliados e a garantia de continuidade da linhagem real através da concepção de um herdeiro, o que evidencia o caráter político da via matrimonial como resposta a tais demandas, sendo que a escolha de Castela para o estabelecimento deste vínculo explica-se a partir de um viés estratégico.

Ora, o posicionamento inflexível da Santa Sé em relação ao Languedoc que levou à ameaça de excomunhão de Jaime I por parte do papa Honório III devido às ações militares dirigidas à Occitânia pelo seu tio-avô, o conde Sancho, enquanto ocupava a função de regente, levaram ao abandono das pretensões de expansão além-pirineus e forçaram a Coroa a redirecionar suas ações de política externa a outros horizontes, incluindo também os arranjos matrimoniais.

Sendo assim, quando a necessidade de um matrimônio se manifestou, Castela aparecia como a escolha estratégica lógica, uma vez que além de compartilhar fronteiras com territórios pertencentes à Coroa de Aragão, se constituía como um reino cristão que protagonizou diversos confrontos contra os muçulmanos na Península Ibérica no então vigente contexto de Reconquista, o que evidencia um ideal religioso compartilhado entre as duas Coroas e apoiado pela Santa Sé.

Em suma, no ano de 1223, o objetivo de assegurar a continuidade da linhagem real fora alcançado com o nascimento do primogênito de Jaime I, o infante Alfonso, fruto do referido matrimônio, o qual foi confirmado como herdeiro do rei e recebeu juramento de fidelidade por parte da sociedade política da Coroa em uma assembleia realizada em Daroca no

ano de 1228, conforme consta em um documento do Arquivo Municipal de Lérida publicado no ano de 1908 por Rafael Gras.

Nesta mesma ocasião, o rei também expôs de forma sutil o seu entendimento acerca das fronteiras do Reino de Aragão no momento em que elenca a presença do núcleo nobiliárquico aragonês na referida assembleia: “[...] os ricos-homens de Aragão e todos os conselhos das cidades e vilas do Segre ao Ariza” (GRASS, 1908, p. 5, tradução livre do autor)<sup>53</sup>. Esta declaração tácita por parte do rei acerca da extensão do Reino de Aragão como todos os territórios circunscritos entre os rios Segre e Ariza posteriormente estaria no centro de novas turbulências políticas com a nobreza no período que sucedeu a *Era das Conquistas*, conforme será demonstrado no decorrer deste capítulo.

Conforme já exposto nesta pesquisa, o matrimônio do rei com a então rainha Leonor de Castela foi anulado. Conjecturamos que o pedido de divórcio foi dirigido pelo próprio Jaime I à Santa Sé, com base na existência de um documento datado de 20 de março de 1229, no qual o rei se submete a qualquer decisão que poderia ser tomada pelo legado do papa no que diz respeito ao divórcio com Leonor de Castela (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. I, doc. 116, p. 220). A motivação que concorreu para a realização de tal pedido permanece inconclusiva, contudo, Rodrigo Estevan (2009) destaca as más relações entre o casal durante os oito anos de duração do casamento, o que acreditamos que pode ter se constituído como um fator.

Contudo, consideramos que o elemento que representou o maior peso para o pedido de anulação do matrimônio com a rainha Leonor foi o contexto político de Castela naquele momento sob o reinado de Fernando III (1217-1252, rei de Castela desde 1217 e de Leão desde 1230)<sup>54</sup>, cuja

---

53 “[...] les et Richio homines Aragonum et omnia concilia civitatum et villarum a Sichoro usque Faritiam”. (GRASS, 1908, p.5).

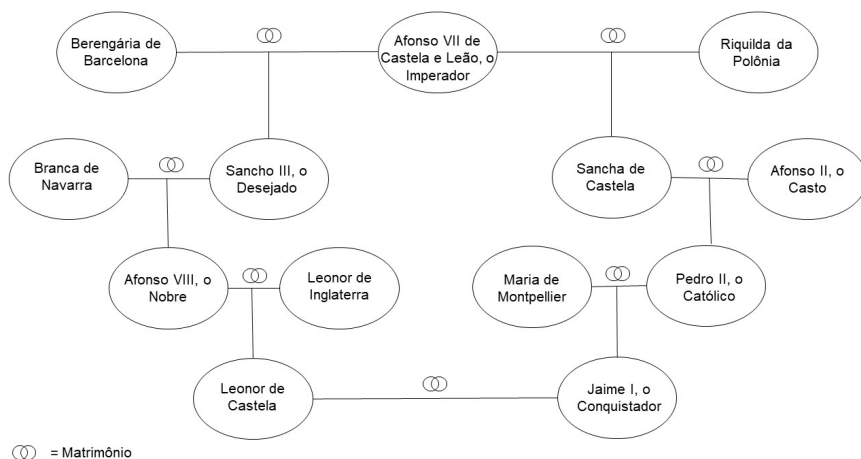
54 Fernando III de Castilla y León (1217-1252) protagonizó uno de los procesos de mayor expansión territorial del reino de Castilla sobre los dominios musulmanes de la península ibérica a lo largo de la primera del siglo XIII y puso em marcha un proceso de afirmación de la autoridad regia frente a los distintos actores sociales, lo que permitió a la Corona ganar un papel protagónico en el contexto de la época. [...] Fue hijo del rey leonés Alfonso IX (1171-230) y de la reina Berenguela de Castilla (1180-1246), descendientes, a su vez, de prestigiosos linajes regios, tanto peninsulares como extranjeros.(RÍOS SALOMA, 2020, p. 393).

política provocou a desconfiança e hostilidade por parte dos demais reinos ibéricos em decorrência do desequilíbrio de forças ocasionado pela proeminência econômica, demográfica e militar que evidenciava uma hegemonia da Coroa de Castela (REIS, 2007) sobre o espaço político ibérico, advinda a partir das sucessivas incorporações territoriais derivadas de campanhas militares dirigidas contra domínios muçulmanos e da união ao Reino de Leão em 1230.

Assim, tal estado de apreensão frente ao fortalecimento do poderio de Castela pode ter compelido Jaime I a solicitar o pedido de anulação do matrimônio com Leonor, cujo parentesco como tia de Fernando III poderia se constituir como a via de uma potencial influência de Castela sobre a Coroa de Aragão.

A sentença de nulidade do matrimônio foi anunciada no dia 29 de abril de 1229, tendo como justificativa oficial a consanguinidade dos noivos, uma vez que ambos eram bisnetos de Afonso VII de Castela, conforme pode ser observado na genealogia<sup>55</sup> abaixo (FIGURA 15):

**FIGURA 15 – PARENTESCO ENTRE JAIME I E LEONOR DE CASTELA**



**FONTE:** o autor (2023).

<sup>55</sup> O objetivo desta genealogia é demonstrar o parentesco existente entre Jaime I e Leonor de Castela em um formato mais simplificado, portanto, algumas linhagens foram suprimidas de modo a facilitar a compreensão.

Percebe-se, portanto, que Jaime I e Leonor de Castela compartilhavam parentesco de 3º grau, sendo que desde 1065, em uma decretal do papa Alexandre II, foi estabelecida a interdição de matrimônio até o sétimo grau, com contagem das gerações até o ancestral em comum dos implicados (BASCHET, 2006).

O anúncio da sentença foi seguido da partida tanto da princesa castelhana quanto de seu único filho concebido com Jaime I, o infante Alfonso, para a corte de Castela, passando este a conviver diretamente com seu primo, o rei Fernando III, para o qual “[...] contar con la presencia em su corte de su primo Alfonso era disponer de uma interessante baza política potencialmente ameaçadora para Aragón”. (AYALA MARTÍNEZ, 2004-2005, p. 104).

No que diz respeito às ações de Jaime frente a este cenário, no seu primeiro testamento outorgado em 1232, durante o reinício das campanhas militares contra o Reino de Valência, o rei confirmou seu único filho como herdeiro e sucessor ao trono da Coroa de Aragão, ignorando a anulação do seu matrimônio com Leonor:

Em primeira autoridade régia, nomeio como herdeiro legítimo meu filho, Afonso, o qual tive da outrora ilustre rainha de Aragão, Leonor [...] a quem em face da igreja celebrei matrimônio. Ele será, portanto, meu herdeiro no reino de Aragão e reino de Maiorca e no condado de Barcelona e Urgel e em Montpellier e todos os senhorios e outras terras e bens que mantenho. E ordeno que os ricos-homens e condes e viscondes e vassallos, nobres, barões, milites, clérigos, cidadãos e aos povos de Aragão e da Catalunha e toda Montpellier, que após a minha morte obedeçam a meu filho, seu rei, como senhor natural. (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. I, doc. 168, p. 297-298, tradução livre do autor)<sup>56</sup>.

A análise do conteúdo deste primeiro testamento de Jaime I nos revela que o rei não fez menção alguma ao fato do seu matrimônio com

<sup>56</sup> In primis auctoritate regia legitimo et heredem legitimum mihi instituo filium meum Ildefonsum, quem suscepi ex Alienor olim illustre regina Aragorum [...] eum qua in facie ecclesie matrimonium celebravi. Heredem itaque ipsum instituo in regno meo Aragonum et regno Maioricarum et in comitatibus Barchione et Urgelli et in Montepesulano et seniorivo ipsius et in omnibus aliis terris et bonis meis habitis et habendis. Et mando richis hominibus meis et comitibus, vicecomitibus et vasvassoribus, nobiles, baronibus, militibus, clericis, civibus et populis Aragonie et Catalonie universis Montispesulani, ut post mortem meam dicto filio meo regi suo devote obediant, tanquam domino naturali. (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. I, doc. 168, p. 297-298).

a rainha Leonor ter sido anulado em 1229, o que pelo menos em tese, retiraria do infante Alfonso seus direitos como primogênito. Ao contrário, o rei expressa de forma muito clara e direta o seu desejo de que seu único filho o sucedesse no domínio sobre os territórios que até aquele momento estavam circunscritos à Coroa de Aragão.

Podemos encontrar uma provável resposta a este fato de certa forma atípico ao analisarmos o cenário sociopolítico vigente nesta etapa do reinado de Jaime I. O rei havia recém-concluído sua primeira grande campanha militar dirigida às Baleares e estava prestes a iniciar novos aportes bélicos sobre o Reino de Valência, ações estas que ofereciam claro risco à sua integridade física, se tomarmos de exemplo a forma como se deu a morte de seu pai, Pedro II, durante a Cruzada Albigense no Languedoc.

Somado a isso, o fato do rei estar por volta dos 24 anos de idade naquele momento e não ter se casado novamente após a anulação do seu primeiro matrimônio, contando com um único filho varão derivado desta relação, nos permite compreender que as pautas de segurança da linhagem e estabilidade da Coroa podem ter compelido Jaime a confirmar seu primogênito Alfonso como legítimo herdeiro e sucessor naquele momento de outorga do seu primeiro testamento, mesmo o infante estando em Castela próximo de seu primo, o rei Fernando III, em um cenário de tensão entre as duas coroas.

Partindo desta premissa, é possível destacar ainda um certo temor por parte de Jaime I que a aproximação de seu único filho varão com a Coroa de Castela pudesse levar Fernando III a utilizar o infante Alfonso como chave para estender a hegemonia castelhana sobre Aragão, a qual se mostrou ainda mais fortalecida com a união ao Reino de Leão em 1230<sup>57</sup>.

Sendo assim, ao confirmar seu primogênito como sucessor, o rei aragonês criava um mecanismo de segurança que garantiria a permanência de sua linhagem na sucessão ao trono, afastando assim uma potencial tentativa de usurpação por parte de Fernando III através de Alfonso em uma eventual disputa pela Coroa de Aragão.

Isso também explica, em parte, a ausência de oposição da sociedade política catalano-aragonesa a esta decisão, juntamente ao fato de que “[...] el

---

57 A unificação dos reinos de Castela e Leão sob a égide de Fernando III em 1230 fomentou a “[...] la conformación de un gran potencial demográfico y económico con el cual impulsar la expansión de la frontera del reino castellano-leonés hacia el sur.” (RÍOS SALOMA, 2020, p. 396).

testamento de 1232 se ajustó perfectamente al derecho sucesorio aragonés<sup>58</sup> y, mientras no mediase um nuevo matrimonio del rey, no parecía existir peligro de turbulencias políticas por esta causa ni de que se dividiese el patrimonio territorial de Jaime I”. (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 73).

Contudo, o ano de 1235 representou o início de sensíveis mudanças que posteriormente iriam se manifestar no que diz respeito à herança do Conquistador, partindo da celebração do seu segundo matrimônio com a princesa Violante da Hungria (1214-1251, rainha da Coroa de Aragão desde 1235), filha do rei da Hungria, André II, e de Yolanda de Courtney, sendo, portanto, neta do imperador latino de Constantinopla, Pedro II de Courtney<sup>59</sup>.

A busca de uma nova esposa para Jaime I foi encabeçada pelo papa Gregório IX “[...] intentando que se solucionase con un matrimonio con una princesa lejana, que no rompiese el equilibrio del entendimiento franco-pontificio, ni entrase en colisión directa con los intereses neurálgicos de la monarquía francesa en Occitania.” (SALVADOR CLARAMUNT, 2002, p. 202).

Além da princesa húngara, o papa também apresentou como candidata a filha do duque da Áustria, contudo Jaime optou pela primeira, aquiescendo seu desejo de que sua esposa fosse filha de um rei (SALVADOR CLARAMUNT, 2002), sendo que tal opção merece uma atenção mais detida.

Seu primeiro matrimônio, celebrado em um contexto de intensa oposição interna engendrada por parte da nobreza que acabou, de certa forma, minando seu poder, se deu com a filha de um rei. No contexto

---

58 De acordo com o Direito Sucessório Aragonês, no que diz respeito à transmissão de bens imóveis, “[...] los monarcas podían disponer libremente de los territorios adquiridos mediante conquista u otros medios – llamados *acaptos* – pero no así de los que había recibido de sus antecesores – denominados *abolorios* – que indefectiblemente tenían que transmitir al primogénito o a su pariente más cercano, en caso de no tener descendencia directa y legítima [...]”. (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 70). Como à época Jaime I só possuía um filho varão, o infante Alfonso, todas as terras pertencentes à Coroa de Aragão seriam herdadas por ele, de acordo com o testamento de 1232, inclusive aquelas derivadas de campanhas militares, como Maiorca.

59 Pedro II de Courtney foi consagrado pelo papa Honório III imperador do Império Latino de Constantinopla em 1216, sendo este criado após o saque da cidade pelos cruzados durante a chamada Quarta Cruzada, convocada e apoiada por Inocêncio III, “[...] apesar de suas apreensões quanto ao desvio contra Estados cristãos [...]”. (LOYN, 1994, p. 494).

de seu segundo casamento, já tendo concluído seu primeiro grande feito bélico, a conquista das Baleares, e estando em curso a campanha de Valência, as quais proporcionaram o aumento de seu potencial político e a reafirmação do lugar ocupado pela monarquia no âmbito das relações sociopolíticas com a nobreza, parece plausível a opção por uma princesa, filha de rei, pertencente à linhagem imperial latina de Constantinopla, em que pese ainda o contexto de tensão nas relações com Castela.

Nesta linha, a escolha de Violante por Jaime I estava inserida numa tentativa de cooptar apoio em espaços políticos extrapeninsulares, voltando-se a um direcionamento oriental da latinidade para níveis de poder mais amplos e alternativos aos ibéricos – considerando que Violante provinha de uma linhagem imperial – como uma estratégia para fortalecer a Coroa de Aragão frente ao poderio de Castela.

Assim sendo, a cerimônia de casamento foi celebrada na cidade de Barcelona em setembro de 1235 e em dezembro do mesmo ano o rei outorgou uma doação *propter nupcias* destinando à sua futura prole com a rainha as ilhas Baleares, juntamente com os condados de Montpellier, Rossellón e Amillau, além das incorporações territoriais da campanha militar em curso contra o Reino de Valência:

Damos e destinamos aos filhos do nosso matrimônio [...] que irão nascer, o reino de Maiorca com as ilhas de Minorca e Ibiza e tudo o que já adquirimos e estamos por adquirir dos muçulmanos no reino de Valência e de qualquer outro lugar [...]; também damos à mesma descendência Montpellier, o condado de Rossellón e o condado de Amillau. (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. I, doc. 224, p. 370, tradução livre do autor)<sup>60</sup>.

Este documento, que não chega se constituir como um testamento, mas sim uma carta de arras, não fez nenhuma menção aos territórios de Aragão e da Catalunha, evidenciando assim seu alinhamento às disposições testamentárias de 1232 e, em parte<sup>61</sup>, ao direito sucessório aragonês, uma

---

60 [...] damus et assignamos proli ex nostro matrimonio [...] nasciture regnum Maioricarum cum insulis Minoricarum et Evice et quidquid iam acquisivimus diebus nostris et acquisituri sumus a sarracenis in regno Valencie et alias undecunque [...]; damus eciam insuper eidem proli Montepesulanum, comitatum Rosilionis et comitatum de Amilavo. (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. I, doc. 224, p. 370).

61 Sustentamos que este documento *propter nupcias* se ajustou em parte ao Direito

vez que “[...] las tierras patrimoniales – Aragón y Cataluña – continúan asignadas al heredero primogénito y el rey sólo dispone libremente entre su futura prole de los <<acaptos>> o nuevas incorporaciones producto de la empresa ya concluida de Mallorca y de las campañas todavía sin culminar de Valencia.” (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 74).

Mesmo contrariando em pequena medida o direito sucessório aragonês, tal carta de intenções não provocou uma reação imediata entre a sociedade política catalano-aragonesa, uma vez que tratava de algo futuro e de filhos que ainda não haviam nascido.

### **3.2 A SUCESSÃO DE TESTAMENTOS E O FORTALECIMENTO DA INSTABILIDADE POLÍTICA INTERNA**

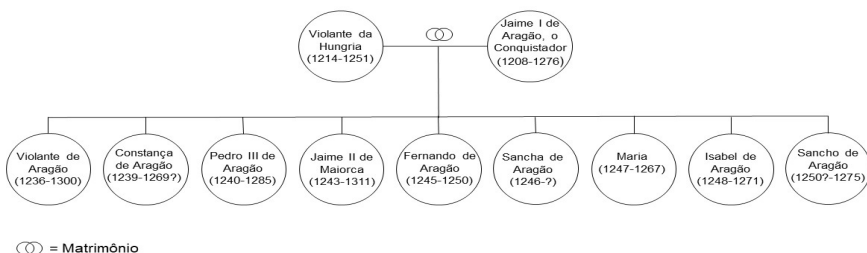
A numerosa descendência que resultou do matrimônio com Violante da Hungria, conforme ilustra a genealogia<sup>62</sup> abaixo (FIGURA 16), foi acompanhada por sucessivas distribuições territoriais entre os herdeiros do rei, evidenciando uma clara postura patrimonialista de Jaime que via os territórios da Coroa como seus, estando livre para reparti-los da maneira como desejasse. Tal posicionamento assumido pelo rei alimentou ainda mais a já instável rede de relações de poder com a nobreza, em especial de Aragão, incluindo a presença de novos agentes neste universo sociopolítico, os infantes.

---

Successório Aragonês pois o rei também dispôs à futura linhagem com Violante o condado de Montpellier, o qual integrava os bens patrimoniais da Coroa juntamente com Aragão e a Catalunha, uma vez que Jaime I o recebeu como herança de sua mãe, Maria de Montpellier. Portanto, tal território deveria continuar assinalado ao herdeiro primogênito, no caso, o infante Alfonso.

62 Elaborada a partir das informações genealógicas contidas em: RODRIGO ESTEVAN, María Luz. Los Testamentos de Jaime I: repartos territoriales y turbulencias políticas. In: **Cuadernos del Centro de Estudios de Monzón y Cinca Medio**, Monzón, n. 35, p. 61-90, 2009. Disponível em: <[https://www.academia.edu/3040304/Los\\_testamentos\\_de\\_Jaime\\_I\\_de\\_Arag%C3%B3n\\_Repartos\\_territoriales\\_y\\_turbulencias\\_pol%C3%ADticas\\_2009\\_](https://www.academia.edu/3040304/Los_testamentos_de_Jaime_I_de_Arag%C3%B3n_Repartos_territoriales_y_turbulencias_pol%C3%ADticas_2009_)>. Acesso em: 10 jul. 2023.



**FIGURA 16 – DESCENDÊNCIA DE JAIME I E VIOLANTE DA HUNGRIA**

**FONTE:** o autor (2023).

Após o nascimento, em 1240, do primeiro varão, o infante Pedro, derivado do matrimônio com a rainha Violante, Jaime I outorgou um segundo testamento, datado de 1242, que alinhava-se ao disposto na carta *propter núpcias* de 1235 ao assinalar ao novo infante todas as posses na Occitânia que recebeu por herança materna, os condados ultrapirineus, as ilhas Baleares e o Reino de Valência, permanecendo Aragão e a Catalunha para o primogênito Alfonso (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. II, doc. 340, p. 117). Tais disposições constam resumidas no quadro abaixo (QUADRO 8):

**QUADRO 8 – DIVISÃO DO SEGUNDO TESTAMENTO DE JAIME I (1242)**

1242	
<b>Alfonso (1223-1260)</b>	Aragão (do Segre ao Ariza) Catalunha
<b>Pedro (1240-1285)</b>	Valência Maiorca Condados e terras occitanas, incluindo Montpellier

**FONTE:** o autor (2023).

Novamente devido ao conteúdo deste testamento permanecer alinhado majoritariamente ao direito sucessório aragonês, exceto pelos territórios de Montpellier, não surgiu oposição de maior relevância quanto às suas disposições. De fato, o fortalecimento das perturbações internas começam irromper a partir das sucessivas modificações do referido testamento dirigidas por Jaime I em uma série de documentos ao longo de 1243, “[...] que, para algunos autores, constituyen actuaciones que

responden al empeño de la reina Violante para <<colocar bien>> a sus hijos e hijas [...]”. (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 75).

Contudo, para além de uma possível atuação da rainha nas alterações feitas junto ao testamento de 1242, destacamos novamente a instabilidade da política externa com Castela e a proximidade de Alfonso com o rei Fernando III, o que explica o motivo de Jaime I ter retirado terras do infante ao longo das sucessivas alterações testamentárias em detrimento dos novos herdeiros derivados do segundo matrimônio, visto que neste momento, diferentemente do cenário de 1232 quando da outorga do primeiro testamento, o rei dispunha de outras opções para a sucessão.

Sendo assim, conjecturamos que a retirada de direitos do infante Alfonso que se seguiu, conforme demonstraremos, alinhou-se ao entendimento por parte de Jaime I de que favorecer Alfonso seria, conseqüentemente, favorecer Castela.

Dentre os documentos que alteraram o testamento de 1242, três deles, datados em 21 de janeiro de 1243, merecem atenção de nossa análise devido ao impacto que causaram nas relações do rei com a sociedade política catalano-aragonesa e, posteriormente, com seus herdeiros.

No primeiro deles, Jaime estabeleceu que a fronteira oriental do Reino de Aragão fosse fixada no rio Cinca (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. II, doc. 364, p. 150-151), contrariando o entendimento disposto por ele mesmo na assembleia de Daroca em 1228, quando Alfonso foi jurado como seu herdeiro e sucessor, ocasião na qual externou tacitamente seu entendimento de que o Reino de Aragão se estenderia até o rio Segre.

Os motivos que concorreram para tal mudança de posicionamento do rei em relação aos limites fronteiriços de Aragão e Catalunha não são externados na documentação analisada, contudo, parece crível entendermos que se trata de mais uma ação de Jaime I voltada a reiterar a posição da monarquia na rede das relações de poder com a nobreza, especialmente aragonesa e, ao mesmo tempo, assinalar a contenção deste núcleo nobiliárquico dissidente delimitando os distintos espaços políticos da Coroa.

O segundo documento alterou o testamento de 1242 ao retirar do primogênito Alfonso o condado de Barcelona e toda a Catalunha até o rio Cinca, os quais passaram ao infante Pedro. (HUICI MIRANDA;

CABANES PECOURT, 1976, vol. II, doc. 365, p. 151).

Por fim, Jaime reafirma a alteração de seu entendimento exposto na assembleia de Daroca de 1228, declarando que quando da nomeação de Alfonso como herdeiro em Daroca não teve a intenção de dar-lhe Lérida nem o território entre os rios Segre e Cinca. (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. II, doc. 366, p.152).

Todas estas modificações no testamento de 1242 alimentaram ainda mais a instabilidade do cenário político interno da Coroa de Aragão, em especial no que diz respeito às relações com a dissidente nobreza aragonesa e também com o infante Alfonso, cujos direitos como primogênito e herdeiro foram prejudicados.

A perda para a Catalunha de uma faixa de território entre os rios Segre e Cinca que até então pertenciam à Aragão, o que por consequência incluía a cidade de Lérida que sempre esteve ligada historicamente a este reino, acabou provocando a reação da nobreza aragonesa que permanecia descontente com a monarquia desde a decisão de Jaime I em não anexar Valência à Aragão.

Além disso, os leridanos também reagiram e “[...] se negaron a prestar juramento al nuevo heredero [...]” (SESMA MUÑOZ, 1980, p. 148), considerando que a alteração de fronteira fez com que Lérida passasse aos limites da Catalunha, a qual havia sido destinada a outro herdeiro, o infante Pedro.

Assim, tal movimento reativo frente à alteração da fronteira oriental do Reino de Aragão acabou levando os territórios afetados, em especial aqueles circunscritos entre os rios Segre e Cinca, incluindo Lérida, a desconsiderar o novo marco fronteiriço e manter suas relações com Aragão ou Catalunha consoante aos seus distintos interesses, ficando evidente, portanto, que os vínculos de fidelidade que orbitavam o universo das relações sociopolíticas envolvendo as elites políticas medievais ibéricas eram pautados por relações pessoais com regras próprias que superavam os marcos físicos dos reinos. (FERNANDES, 2005).

O mapa a seguir (FIGURA 17) ilustra toda esta dinâmica de alterações fronteiriças que acabaram potencializando a constante insatisfação nobiliárquica na Coroa de Aragão neste contexto:

**FIGURA 17 – MUDANÇA NO ENTENDIMENTO DA FRONTEIRA ENTRE ARAGÃO E CATALUNHA**



FONTE: Adaptado de MONSALVO ANTÓN (2010).

Todo este cenário explica o apoio da irresignada sociedade política aragonesa ao infante Alfonso, que assistia os seus direitos enquanto primogênito serem minados com o nascimento de seus irmãos. Nesta linha, Rodrigo Estevan (2009) apresenta a existência de um testamento perdido outorgado por Jaime I em 1248, cujo conteúdo apenas é acessível graças à sua reprodução na crônica de Jerônimo Zurita<sup>63</sup>.

Tal disposição testamentária sucedeu o nascimento de outros dois filhos varões do rei, os infantes Jaime (1243-1311) e Fernando (1245-1250), ocorridos após a outorga do segundo testamento de 1242 e suas alterações de 1243, o que mais uma vez evidencia a constante postura patrimonialista

<sup>63</sup> Historiador espanhol do século XVI que dedicou boa parte de sua carreira na composição da obra “*Anales de la Corona de Aragón*” voltada à História da Coroa de Aragão a partir de uma abordagem cronológica em vários volumes.

de Jaime I em relação aos territórios da Coroa de Aragão.

Assim, Rodrigo Estevan (2009), ao analisar o conteúdo deste código testamental de 1248 a partir da crônica de Jerônimo Zurita, apresenta a seguinte distribuição dos domínios da Coroa de Aragão entre os filhos existentes de Jaime I:

**QUADRO 9 – DIVISÃO DO TESTAMENTO PERDIDO DE JAIME I (1248)**

	<b>ALFONSO (1223-1260)</b>	<b>PEDRO (1240-1285)</b>	<b>JAIME (1243-1311)</b>	<b>FERNANDO (1245-1250)</b>
<b>1248</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aragón desde Ariza al Cinca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cataluña desde el Cinca al Mediterráneo</li> <li>• Ribagorza</li> <li>• Mallorca</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Valencia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conflent, Cerdania, Rosellón, Montpellier...</li> </ul>

**FONTE:** RODRIGO ESTEVAN (2009).

O conteúdo deste testamento também dispõe, de acordo com Rodrigo Estevan (2009, p. 78) que “[...] el infante don Sancho<sup>64</sup> «fuese de iglesia» y dos futuribles: si nace otro varón su destino sería la orden templaria y si la reina alumbrá una nueva niña, ésta entraría en religión en el monasterio de Sigena”. Percebe-se, portanto, que a partir deste momento Jaime I não nutria intenção de incluir outros filhos no reparte, muito possivelmente, conjecturamos, devido à turbulência política que marcou os sucessivos repartes de sua herança.

A partir de tais disposições apresentadas neste testamento, percebe-se claramente que cada vez mais os domínios territoriais da Coroa de Aragão iam sendo recortados e divididos entre diferentes herdeiros, o que sem dúvida reforçou a atmosfera de tensão política reavivada após a conquista de Valência e potencializada com as alterações do testamento de 1242, conforme sustentamos anteriormente.

Após a morte do infante Fernando em 1250, uma nova disposição testamentária é editada em 1251, cujo conteúdo, assim como o anterior, temos conhecimento a partir da crônica de Zurita e cujo rearranjo de territórios resultou, de acordo com Rodrigo Estevan (2009), na seguinte distribuição:

<sup>64</sup> O infante Sancho nasceu em 1250.

**QUADRO 10 – DIVISÃO DO TESTAMENTO DE 1251**

	<b>ALFONSO (1223-1260)</b>	<b>PEDRO (1240-1285)</b>	<b>JAIME (1243-1311)</b>
<b>1251</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aragón desde Ariza al Cinca</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Cataluña (Barcelona, Tortosa, Lérida, Urgel, Pallars, Arán)</li><li>• Ribagorza</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Valencia</li><li>• Mallorca</li><li>• Montpellier</li></ul>

**FONTE:** RODRIGO ESTEVAN (2009).

Em 1253 encontramos um documento (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. III, doc. 626, p.113-114) no qual o rei retifica algumas disposições dos testamentos anteriores “[...] en un intento por pacificar sus dominios y sosegar los ánimos exaltados de su primogénito [...]” (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 81), retirando o Reino de Valência do infante Jaime e adicionando-o à herança territorial do infante Alfonso. Tal documento não faz menção à Catalunha, aos territórios ultrapirenaicos nem às Baleares, levando-nos a entender que o seu objetivo fora efetivamente ampliar a herança recebida por Alfonso.

Pela primeira vez, percebe-se uma postura mais pacifista do rei no sentido de arrefecer as turbulências políticas que orbitaram os sucessivos repartes territoriais realizados em seus testamentos precedentes. Merece destacarmos que tal atitude mais amistosa em favorecimento do primogênito Alfonso possivelmente foi influenciada por dois motivos.

Primeiro, pela morte da rainha Violante em 1251, o que também explica sua atuação e influência nos repartes anteriores realizados por Jaime I que sucessivamente retiraram territórios da herança de Alfonso e os destinaram aos filhos derivados do segundo matrimônio do rei.

Segundo, pela alteração do estado de tensão com Castela que vinha ocorrendo desde a década de 1240, quando foi acordado o matrimônio da infanta Violante, filha de Jaime I, com o herdeiro e filho de Fernando III, o futuro Alfonso X, cuja ascensão ao trono castelhano em 1252 inaugurou uma nova fase nas relações entre Castela e Aragão marcada pela cooperação em substituição à outrora rivalidade. Tal aproximação entre as duas coroas foi oficializada em 1255 com o estabelecimento do Tratado de Soria que “[...] significou, na realidade, um acordo de paz e ajuda mútua entre Alfonso X e Jaime I”. (REIS, 2007, p. 89-90).

Os dois motivadores supracitados abriram espaço para uma nova conjuntura que se refletiu em ações alinhadas a um propósito reconciliador partindo de Jaime I para com o seu primogênito Alfonso a partir do testamento de 1253 através da restituição à herança do infante de alguns territórios anteriormente entregues aos seus irmãos.

Contudo, mesmo esta postura mais dialogante do rei em relação à Alfonso não se mostrou suficiente para barrar as tensões políticas que perduravam por mais de uma década (RODRIGO ESTEVAN, 2009), uma vez que “[...] desde comienzos de los años cuarenta hasta su muerte, el infante Alfonso tuvo que ver cómo su patrimonio se disgregaba constantemente con el nacimiento de cada hermanastro” (RODRIGUEZ LAJUSTICIA, 2019, p. 30) ao passo em que recebia o apoio da insatisfeita nobreza aragonesa, sendo este essencial para a construção de uma sólida oposição às ações da monarquia naquele momento.

O apoio ao direito de primogenitura do infante por parte da nobreza de Aragão fica nitidamente inteligível se levarmos em conta a insatisfação desta sociedade política com as decisões tomadas por Jaime I que barraram a possibilidade de aumento territorial de Aragão após a conquista de Valência, e que posteriormente, resultaram na perda de territórios a partir da mudança de entendimento do rei com relação aos limites do reino.

Nem mesmo a morte do infante Alfonso em 1260 foi suficiente para arrefecer as tensões na atmosfera política da Coroa de Aragão nas últimas décadas do reinado de Jaime I, que passou a ser marcada apenas pela mudança dos protagonistas. A partir de então, “[...] comienzan las tensiones entre Pedro, que accede a la primogenitura, y su hermano Jaime.” (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 83).

### ***3.3 OS ÚLTIMOS TESTAMENTOS E O FIM DO REINADO DE JAIME I, O CONQUISTADOR***

Após a morte de Alfonso, um novo testamento foi outorgado por Jaime I em 1262, cujo conteúdo revela uma clara intenção do rei em dirimir a discórdia entre os herdeiros remanescentes, os infantes Pedro e Jaime:

[...] desejando evitar qualquer escândalo ou discórdia entre os caríssimos infantes Pedro e Jaime, nossos filhos e herdeiros [...] tratamos a paz e harmonia perpétua entre os nossos filhos acima mencionados com o consentimento expresso dos mesmos a tal composição; (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. IV, doc. 1282, p. 348, tradução livre do autor)<sup>65</sup>.

Nesta mesma linha de evitar confrontos entre os irmãos, Jaime ainda acrescentou ao testamento uma espécie de “pacto de não-agressão” entre os herdeiros, determinando que caso um deles morresse sem deixar descendência masculina legítima, suas posses passariam ao seu irmão, contudo, o rei determina algumas disposições punitivas caso houvesse incitação de guerra por um dos irmãos em relação ao outro. (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. IV, doc. 1282, p. 350-351).

Assim, especificamente sobre as terras ultrapirenaicas, ficou estabelecido que caso estas, seja por matrimônio ou outra forma, caíssem em mãos estrangeiras que não herdeiros do infante Jaime, seriam mantidas em doação feudo-vassálica para o infante Pedro e seus herdeiros. Mas caso Pedro incite guerra contra o irmão, ele perde esse direito. E caso Jaime levante armas contra o irmão e contrarie a ordem do testamento, o infante Pedro não perderia o direito sobre as terras mencionadas. (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. IV, doc. 1282, p. 350-351).

Deste modo, a análise do conteúdo deste testamento de 1262 revela que o rei compreendia as consequências causadas pelas sucessivas divisões e repartes territoriais que promoveu em seus diversos testamentos até aquele momento, que se refletiram em um cenário político de disputas entre seus herdeiros e em uma nova onda de oposição por parte da sociedade política da Coroa, em especial a nobreza de Aragão, insatisfeita com os prejuízos territoriais sofridos em decorrência das ações da monarquia.

As disposições de reparte previstas em tal testamento assinalaram a seguinte divisão territorial entre os herdeiros:

---

65 [...] volentes evitare quod de cetero ullum scandalum ullaque discordia possint oriri inter caríssimos infantem Petrum et infantem Iacobum, filios nostros et heredes bonorum nostrorum [...] tractavimus pacem, dileccionem et concordiam perpetuam inter predictos filios nostros de expresso assensu eorumdem, que quidem compositio talis est; (HUICI MIRANDA; CABANES PECOURT, 1976, vol. IV, doc. 1282, p. 348).



**QUADRO 11 – DIVISÃO DO TESTAMENTO DE 1262**

	<b>PEDRO (1240-1285)</b>	<b>JAIME (1243-1311)</b>
<b>1262</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aragón</li> <li>• Cataluña desde el Cinca al Mediterráneo</li> <li>• Valencia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mallorca</li> <li>• Montpellier</li> <li>• Rosellón, Colliure, Conflent, Cerdaña, Vallespir...</li> </ul>

**FONTE:** RODRIGO ESTEVAN (2009).

No que tange à tal distribuição, percebe-se um claro desequilíbrio no reparte “[...] correspondiendo casi un 90% de las posesiones al primogénito Pedro frente al 10% que se otorgaba a Jaime en territorios dispersos pero, eso sí, de gran valor estratégico y económico”. (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 85).

Nesta linha do potencial estratégico dos territórios a serem herdados pelo infante Jaime, cabe ressaltar que, conforme já demonstrado no decorrer deste livro, os interesses da sociedade política catalã voltavam-se à esfera comercial e mercantil com direcionamento ao Mediterrâneo para o qual o arquipélago balear se constituía como um elemento fundamental, sendo assim, parece razoável aferir que a entrega dos territórios da Catalunha e das Baleares a herdeiros distintos pôde causar entre o núcleo sociopolítico catalão um certo receio de separação, o que sem dúvida também gerou um clima de tensão política neste condado em relação às decisões testamentais do rei.

Destarte, mesmo com as iniciativas reais voltadas a abrandar as tensões políticas provocadas por seus sucessivos testamentos, neste momento o que se percebe em termos de cenário político é a disputa entre irmãos – em especial por parte de Pedro – insatisfeitos com o que lhes foi entregue como herança, além da atribulação nas relações de poder entre o rei e as sociedades políticas aragonesa e catalã. A primeira mostrou-se consternada com os prejuízos territoriais causados pela ação da monarquia desde a conquista de Valência e as alterações da fronteira do reino; e a segunda via seus interesses comerciais já expostos serem ameaçados com o risco de separação advindo a partir dos sucessivos repartes territoriais dirigidos pelo rei em seus testamentos.

Em 1272, Jaime I outorga o que ficou conhecido como seu último testamento, cujo conteúdo confirma as disposições estabelecidas em 1262, porém incluindo cláusulas voltadas à indivisibilidade das terras da Coroa de Aragão que foram entregues em herança aos infantes Pedro e Jaime, conforme pode ser observado no trecho abaixo:

[...] ordenamos e estabelecemos firmemente que o reino de Aragão e Valência e o condado de Barcelona, e todas as terras que entregamos ao nosso filho Pedro [...] e também tudo o que pertence a esses reinos e terras em todos os lugares devem sempre pertencer de qualquer modo a um único e mesmo senhor, o rei de Aragão.

E o mesmo nosso filho Pedro ou seus sucessores não poderão dividir os reinos e o condado entre seus filhos ou filhas ou aliená-los a outras pessoas, mas sempre os ditos reinos e condado e as terras permanecerão e pertencerão sempre ao rei e senhor de Aragão em sua totalidade [...].

Da mesma forma, ordenamos firmemente que o reino de Maiorca e a ilha de Minorca e Ibiza e a vila de Montpellier com seu território e domínio, e o condado de Rossellón, Cerdafña, Conflent e Colliure, e todas as coisas que demos ao infante Jaime, e tudo o que pertence a esses lugares, de qualquer maneira, devem pertencer a um mesmo senhor, o rei de Maiorca; e da mesma forma, o nosso filho Jaime ou seus sucessores não poderão dividi-los entre seus filhos e filhas ou aliená-los a outras pessoas [...] sempre permanecerão e serão do rei e senhor de Maiorca em sua integridade, como foi dito. (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document n° 001337, ©2006, não p.)<sup>66</sup>

O disposto neste testamento indica uma admissão tácita por parte do rei do seu erro ao adotar uma postura patrimonialista no que diz respeito aos seus herdeiros, o que acabou provocando a divisão dos territórios da Coroa e causando tensão entre os infantes e a sociedade política catalano-aragonesa.

Ao determinar que após sua morte as terras que integravam a Coroa permanecessem sob o domínio de um único senhor, impedindo assim que

---

66 [...] mandamus ac firmiter perpetuo statuimus quod regna Aragonum et Valentie et comitatus Barchinone, et omnes terre que et quas predicto infanti Petro filio nostro dimittimus [...] et omnia etiam ad ipsa regna et terras ubique pertinentia et debentia pertinere quocumque modo sint semper unius et eiusdem domini, et domini scilicet regis Aragonum. Et idem filius noster infans Petrus vel sui successores non possint ipsa regna comitatus et terras dividere inter suos filios vel filias aut in alias personas alienare, sed semper ipsa regna comitatus et terre remaneant et sint regis et domini Aragonum integritate [...]. Mandantes similiter ac firmiter perpetuo statuentes, quod regnum Maiorice et insule Minorice et Evisse et villa Montispesullani, cum territorio et dominio eiusdem, et comitatus Rossilionis, Ceritanie, et Confluentis predicti, et Caucumliberum, et alia que ipsi infanti Jacobo supra dimittimus, et omnia pertinentia et pertinere debentia ad eadem ubique quocumque modo sint semper domini et domini eiusdem, scilicet regis Maiorice; et idem infans Jacobus filius noster vel eius successores non possint ipsa dividere inter suos filios aut filias aut in alias personas alienare, sed ipsum regnum et comitatus, et Monspesullanus, et alia que ipsi Infanti Jacobo dimisimus superius, semper remaneant et sint regis et domini Maiorice integritate, ut est dictum. (ARXIU VIRTUAL JAUME I, document n° 001337, ©2006, não p.)

seus filhos seguissem a mesma linha patrimonialista que executou, o rei almejou corrigir seu desacerto com a pretensão de restaurar uma unidade que talvez jamais voltaria a existir, uma vez que suas ações de reparte territorial contribuíram para potencializar um processo de particularização dos interesses de uma sociedade política heterogênea que já estava em curso desde o fim da *Era das Conquistas*, cujo resultado se materializou na criação de dois reinos distintos, Maiorca e Valência, que apesar de integrados aos demais domínios da Coroa, deslindaram a distinção dos anseios das nobrezas aragonesa e catalã.

Desta forma, ao longo dos mais de trinta anos que se seguiram após a *Era das Conquistas*, o que notamos é que as ações do rei ao assumir uma política sucessória de caráter patrimonialista através da outorga de inúmeros testamentos “[...] contribuyeron a aumentar el descontento político tanto de aragoneses como de catalanes [...]” (RODRIGO ESTEVAN, 2009, p. 87) que entendiam as constantes disposições e alterações testamentais dirigidas por Jaime I como uma ameaça aos seus distintos interesses já bem delineados ao longo desta pesquisa.

Portanto, não parece exagero ressaltar que os últimos anos de vida e reinado de Jaime I, encerrados com sua morte em 1276 aos 65 anos de idade, se assemelharam ao início no que diz respeito à existência constante de conflitos sociopolíticos com a sociedade política catalano-aragonesa. Contudo, a postura assumida pelo rei neste momento difere daquela do princípio de seu reinado, cujas ações voltavam-se muito mais ao aceno aos interesses desta sociedade política uma vez que o rei tomou consciência do papel da alta nobreza na esfera da governação.

Assim, a experiência adquirida ao longo do seu governo no trato político com a alta nobreza, em especial aragonesa, permitiram que cada vez mais o rei reafirmasse o papel da monarquia frente ao universo das relações de poder com a sua sociedade política, especialmente nas decisões tomadas após as conquistas militares e durante a outorga de seus testamentos. Tal conduta adotada pelo rei externava o limiar de um intento, ainda muito primário, de fortalecimento da monarquia frente à nobreza, o qual, contudo, não se viu amadurecido, quiçá concluído, no decurso do seu reinado, uma vez que a generalização dos conflitos sociopolíticos com o núcleo nobiliárquico da Coroa transpassou o seu governo e perdurou como herança política ao reinado de seus herdeiros.

# CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

O advento da Nova História Política enquanto linha historiográfica durante as últimas décadas do século XX promoveu uma notável ampliação e ressignificação dos trabalhos de pesquisa voltados à temática política, incluindo as nuances que envolvem a esfera do poder ao longo da diacronia histórica.

Diferenciando-se das tradicionais narrativas centradas em eventos políticos e figuras de destaque, a Nova História Política voltou sua atenção em compreender as dinâmicas do poder em suas múltiplas dimensões, considerando não apenas as instituições políticas, mas também as relações de poder em níveis micro e macro.

Partindo desta perspectiva, o estudo direcionado à lógica de estruturação da prática do poder no espaço político tardo medieval ibérico, aponta o reflexo de uma realidade pautada por uma ampla e intrincada teia de relações sociopolíticas estabelecidas entre uma composição heterogênea de agentes envolvidos com o exercício do poder.

O poder político é uma força complexa que permeia os meandros das organizações humanas, sendo uma manifestação da capacidade de moldar decisões e comportamentos individuais e coletivos. Além disso, também está intimamente ligado ao controle de determinados recursos, principalmente econômicos e militares, por parte dos agentes que o exercem, permitindo-lhes influenciar o curso da governação de acordo com seus interesses.

Sob tal ótica, compreendendo o cenário político da Coroa de Aragão no lapso cronológico do século XIII, especificamente o reinado de Jaime I, o Conquistador, torna-se nítida a concepção de que as relações de poder estabelecidas com a sociedade política catalano-aragonesa, em especial o estamento nobiliárquico, emergiram como um elemento fundamental que, por diversas vezes, ditou o tom assumido pela atuação do rei frente aos principais eventos que marcaram o seu reinado.

Após passar parte de sua infância em território occitano e testemunhar a derrota de seu pai sob os eventos da Cruzada Albigense, Jaime I herdou o trono da Coroa de Aragão com apenas seis anos de idade e assistiu, sob a tutela da Ordem do Templo, o limiar da instabilidade nas relações de poder com a alta nobreza de Aragão durante a regência do seu tio-avô, o conde Sancho Raimundo.

Tão logo iniciou seu reinado pleno em 1218, presenciou a conversão de tais perturbações internas em revoltas nobiliárquicas devido, em grande medida, ao enfraquecimento do sistema de tenências que durante muito tempo forneceu o alicerce às relações sociopolíticas entre nobreza e monarquia, uma vez que até então era por meio deste sistema que o rei angariava o apoio da alta nobreza em prol das principais linhas de ação que almejava seguir durante o seu reinado

Considerando que os três elementos que caracterizavam a condição do nobre neste contexto eram o sangue, o patrimônio e a privança, a nobreza via na expansão de seus domínios territoriais por meio do sistema de tenências uma linha tradicional de afirmação e fortalecimento de seu poder e prestígio.

Assim, confrontado com a estagnação e incapacidade de expandir seus domínios em decorrência do fim do referido sistema, o estamento nobiliárquico catalano-aragonês constatou sua própria condição de nobreza e influência política serem ameaçadas.

Diante disso, a crescente oposição nobiliárquica que se manifestou durante o curso inicial do reinado de Jaime I e passou a ser direcionada à monarquia, voltava-se, primordialmente, ao objetivo de preservar o lugar ocupado pela nobreza no que diz respeito ao exercício do poder na Coroa de Aragão.

Deste modo, no início do seu reinado, Jaime I lidou diretamente e compreendeu o peso exercido pelo núcleo nobiliárquico catalano-aragonês, com destaque para a alta nobreza, no que diz respeito à governação, uma vez que muitos destes nobres exerciam funções administrativas como tenentes em diferentes circunscrições territoriais da Coroa. Logo, o rei compreendeu o fato de que não poderia ignorar os diferentes anseios e aspirações de uma sociedade política heterogênea que exercia influência premente na esfera governativa, levando-o, naquele momento, a atuar

muito mais no sentido de ceder à tais anseios visando o bom andamento do seu reinado.

Essa dinâmica torna-se particularmente evidente ao analisarmos as duas grandes campanhas militares lideradas pelo rei durante o período do seu reinado que denominamos como a *Era das Conquistas*. Tais ações, inseridas na política expansionista de Jaime I, revelam a atuação do monarca na articulação das relações de poder com a sociedade política catalano-aragonesa em favor do propósito de ampliação dos domínios territoriais da Coroa de Aragão.

A primeira delas, direcionada à ilha de Maiorca, refletia os interesses estratégicos e econômicos da nobreza catalã, que buscava expandir sua influência marítima e comercial na região. Por outro lado, a campanha em direção a Valência estava intrinsecamente ligada aos anseios da nobreza aragonesa, que almejava anexar os territórios valencianos ao Reino de Aragão.

Tais incursões bélicas não foram meramente ações isoladas, mas sim manifestações concretas do complexo jogo de poder que envolvia nobreza e monarquia na Coroa de Aragão, evidenciando como os interesses nobiliárquicos não apenas moldavam a política externa do reinado de Jaime I, mas também influenciavam diretamente as estratégias e decisões do monarca.

No interstício destes movimentos de cunho militar, Jaime I tinha consciência de que suas ações estavam sendo observadas pelo inquieto núcleo nobiliárquico da Coroa. Dessa forma, ao mesmo tempo em que buscava encontrar o tom de equilíbrio nas relações de poder com este estamento por meio de sua atuação enquanto líder das campanhas, demonstrando assim o caráter guerreiro inerente à figura real, também não deixou de reafirmar o lugar ocupado pela monarquia na esfera de tais relações, seja em decisões estratégicas durante as batalhas, seja na articulação de acordos com os governantes dos reinos inimigos e na divisão dos espólios após as campanhas.

Por fim, ao adentrar às últimas décadas do seu reinado, é perceptível que o potencial político adquirido por Jaime I no decurso dos períodos precedentes permitiu-lhe adotar uma postura e atuação muito mais voltadas a consolidar o espaço da monarquia na órbita das relações de poder com a sua sociedade política, buscando, inclusive, conter o fortalecimento do poder desses nobres em alguns momentos.

Ao analisarmos o desenvolvimento dos eventos supramencionados que transcorreram durante o reinado de Jaime I, evidencia-se que a esfera política da Coroa de Aragão ao longo do século XIII gravitou em torno de três eixos fundamentais de atuação da monarquia, os quais, por sua vez, estavam ligados às complexas relações sociopolíticas estabelecidas entre o monarca e o estamento nobiliárquico catalano-aragonês, através de uma influência mútua que refletia a correlação existente entre os campos da política interna e externa neste enquadramento contextual.

Estes eixos de atuação da monarquia mostram-se como panoramas essenciais para compreendermos tanto o desenvolvimento político interno da Coroa de Aragão, quanto suas relações com outros reinos e entidades políticas da Península Ibérica e do Mediterrâneo.

**FIGURA 18** – EIXOS DE ATUAÇÃO DA COROA DE ARAGÃO NO SÉCULO XIII



**FONTE:** Adaptado de Google Maps (2024)

Inicialmente, a atuação da Coroa de Aragão sobre o Eixo Setentrional, especialmente destacada pela política externa implementada por Pedro II

no Languedoc, desencadeou uma série de consequências que reverberaram na hostilidade que marcou as relações sociopolíticas entre Jaime I e as sociedades políticas aragonesa e catalã nos primeiros anos de seu reinado.

Essa hostilidade foi exacerbada pelos custos significativos associados à condução de uma campanha militar nos moldes da Cruzada Albigense, os quais recaíram sobre os recursos da Coroa de Aragão. Além disso, a política de Pedro II em conceder tenências de forma generalizada à alta nobreza, com o intuito de conquistar apoio para suas ações militares no Languedoc, se constituiu como a causa que levou ao fim deste sistema e, conseqüentemente, conforme discutido anteriormente, contribuiu para a posterior deterioração das relações entre o seu herdeiro e o estamento nobiliárquico catalano-aragonês.

Ainda nesta linha, cabe lembrar que o próprio Jaime I teve seu nascimento situado no condado occitano de Montpellier e vivenciou o limiar de sua infância sob a vigilância do principal inimigo aragonês naquele contexto, o conde Simon de Montfort, na fortaleza francesa de Carcassonne, permanecendo, assim, em um espaço político estrangeiro até o momento em que foi retirado desta custódia por intervenção pontificia.

Desta forma, tal interação da Coroa de Aragão com o Eixo Setentrional influenciou sobremaneira o tom assumido pelas relações sociopolíticas entre Jaime I e os núcleos nobiliárquicos catalano-aragonês, na medida em que as ações de Pedro II impediram os anseios de ampliação dos domínios territoriais da nobreza durante a primeira etapa do reinado de seu filho, o qual trazia lastros de influência estrangeira que certamente potencializaram a oposição nobiliárquica que lhe foi dirigida.

O segundo eixo de atuação da Coroa de Aragão no contexto tratado diz respeito ao direcionamento da política externa para o Levante Oriental, marcado inicialmente pela execução da campanha militar contra o arquipélago das Baleares, com destaque para a ilha de Maiorca, que respondeu aos interesses de feições comerciais e mercantis da nobreza catalã barcelonesa, sendo que Jaime I, ao atender a tais aspirações, buscava granjear apoio desta sociedade política aos ditames pretendidos para o seu reinado.

Neste âmbito, cabe ressaltar o papel central e multifacetado desempenhado pelo Mar Mediterrâneo, em sua geografia singular e estratégica, para este contexto, atuando, em termos políticos, como



um epicentro de interações em forma de acordos, matrimônios e, em alguns casos, conflitos entre impérios e reinos ao promover a ligação entre o Ocidente e o Oriente, sendo também uma via de intercâmbio de conhecimentos, ideias e culturas. No aspecto econômico, as disputas por controle e influência sobre as suas rotas marítimas foram frequentes, refletindo uma dinâmica de poder que influenciou sobremaneira as relações externas do período.

Portanto, ao direcionar a sua política externa para o Mediterrâneo, Jaime I não somente alinhou-se aos objetivos da sociedade política catalã, que historicamente mantinha laços comerciais e culturais com o este espaço, como também inseriu a Coroa de Aragão em um contexto político, econômico e cultural abrangente que pendulava entre as realidades ocidental e oriental.

Inserido ainda neste eixo, é de suma importância destacar o matrimônio estratégico de Jaime I com a princesa Violante da Hungria, cuja linhagem materna remontava à estirpe imperial de Constantinopla. Esse vínculo matrimonial transcendeu os limites de uma simples união entre duas pessoas, constituindo-se como uma peça-chave na estratégia política da Coroa de Aragão.

Ao se unir à princesa Violante, Jaime I buscava não apenas fortalecer os laços com um poder imperial além das fronteiras ibéricas, mas também estabelecer uma base de apoio em potencial que pudesse ser instrumentalizada em suas principais linhas de ação políticas e militares. Além disso, essa aliança matrimonial detinha o potencial de fortalecer a posição da dinastia de Jaime I diante das complexas relações de poder com a sociedade política catalano-aragonesa.

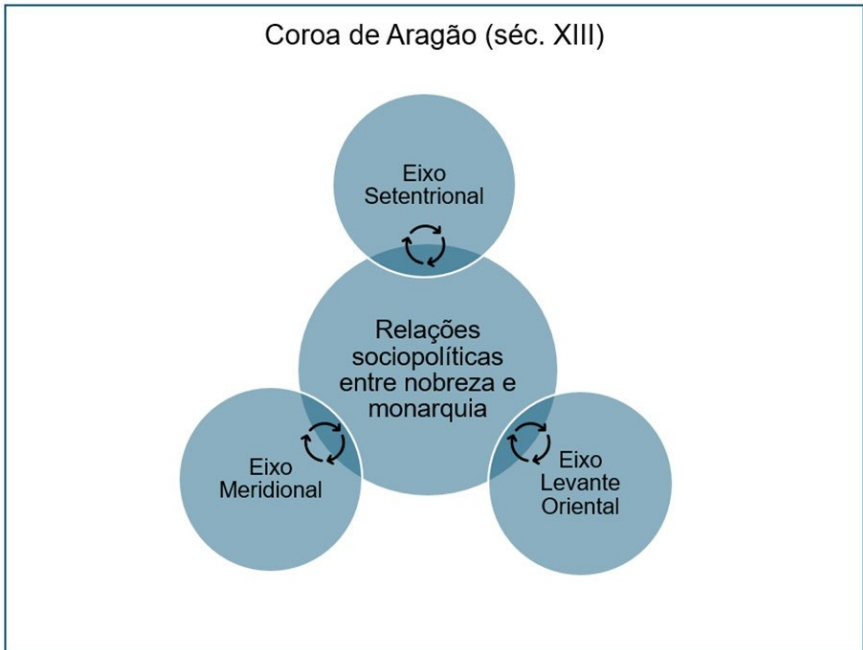
Por fim, o Eixo Meridional emergiu como um elemento fundamental da política expansionista da Coroa de Aragão, concentrando-se na conquista do Reino de Valência. Tal intento seguiu os mesmos propósitos que anteriormente culminaram na incorporação de Maiorca, porém, desta vez, alinhados aos interesses da nobreza aragonesa que, ao longo do reinado de Jaime I, manifestou repetidamente uma postura hostil em relação às ações do monarca.

Ademais, cumpre destacar que a conquista de um reino sob domínio muçulmano também desempenharia a função de fortalecer a posição

geopolítica da Coroa de Aragão frente aos demais reinos cristãos ibéricos do seu entorno e, por conseguinte, à Cristandade, considerando o contexto de Reconquista ainda em curso.

Em síntese, é perceptível que os três eixos de atuação da Coroa de Aragão durante o século XIII, especialmente na diacronia referente ao reinado de Jaime I, foram significativamente moldados pelas complexas relações sociopolíticas entre monarquia e nobreza ao mesmo tempo em que também as influenciaram.

**FIGURA 19** – CORRELAÇÃO ENTRE OS EIXOS DE ATUAÇÃO DA COROA DE ARAGÃO NO SÉCULO XIII E AS RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS ENTRE NOBREZA E MONARQUIA



**FONTE:** O autor (2024).

Assim, as estratégias e direcionamentos assumidos pela Coroa de Aragão sob o reinado de Jaime I foram fortemente influenciados pela interação dinâmica entre o poder régio e os interesses e aspirações da nobreza. As decisões políticas, as campanhas militares, as alianças

matrimoniais e as políticas econômicas adotadas pela monarquia eram frequentemente guiadas por considerações sobre as relações com a nobreza e a necessidade de garantir seu apoio ou neutralizá-la como uma força de oposição nos momentos necessários.

Destarte, remetendo à problemática proposta que balizou o desenvolvimento da corrente pesquisa, a forma de atuação de Jaime I frente à teia de relações sociopolíticas e de poder estabelecidas em suas vinculações internas com a sociedade política catalã e aragonesa no que atine aos principais eventos políticos que marcaram o seu reinado, estava balizada pela percepção de que o exercício do poder neste contexto se inseria em um panorama compartilhado a partir de uma dimensão pactual, ou seja, o rei não governava de forma exclusiva e unilateral, uma vez que os agentes da sua sociedade política, notadamente a alta nobreza, exerciam um peso político fundamental no campo da governação ao mesmo tempo em que mantinham vinculações de natureza vassálica com a monarquia.

Tal dinâmica de exercício do poder se configurava como o fio condutor que orientava a atuação da monarquia na realização das principais linhas de ação almejadas para o reinado. Nesse sentido, tornava-se crucial estabelecer alianças e acordos com a sociedade política circundante, a fim de garantir o apoio necessário para implementar as políticas desejadas.

Portanto, a habilidade da monarquia em forjar e manter alianças eficazes com a sociedade política do seu entorno representava não apenas uma questão de sobrevivência política, mas também uma condição essencial para o desenvolvimento do reinado.

Isso não significa, contudo, que a partir do momento em que Jaime I compreendeu tal dinâmica, a instabilidade política nas relações com a alta nobreza cessou. Pelo contrário, a existência de perturbações internas se tornou uma marca do seu reinado, especialmente nos momentos em que o rei se mostrou mais confiante para reiterar sua posição como monarca e frear o avanço do poder do núcleo nobiliárquico dissidente da Coroa, evidenciando um intento ainda muito incipiente de fortalecimento da monarquia que não se desenvolveu de forma efetiva no interstício do seu reinado.

Sendo assim, a balança das relações sociopolíticas estabelecidas entre a monarquia e a sua sociedade política, especialmente a alta nobreza,

durante o reinado de Jaime I, mantinha o equilíbrio sustentado a partir da vinculação pactual entre tais agentes imbrincados no exercício do poder de forma compartilhada. Contudo, é perceptível que nos momentos nos quais um dos lados buscou reafirmar sua própria posição frente ao outro em tais relações de poder, a balança entrou em desequilíbrio e abriu caminho para os conflitos e a instabilidade política.

Apesar desta constatação, não faz parte da nossa intenção transmitir a ideia de que o reinado de Jaime I se configurou como um fracasso do ponto de vista político. Pelo contrário, nossa posição cronologicamente distanciada do contexto em questão permite identificar os êxitos do rei em relação à esfera política.

Ora, desde a primeira etapa de seu reinado, Jaime I apreendeu a dinâmica de exercício do poder na Coroa de Aragão, marcada pela influência dos agentes que orbitavam as relações sociopolíticas estabelecidas com a monarquia, ou seja, o estamento nobiliárquico catalano-aragonês, no que concerne ao campo da governação.

Foi precisamente a compreensão da lógica de funcionamento do jogo político por parte do rei que forneceu as bases de sua atuação para o desenvolvimento de uma das principais linhas de ação do seu reinado: as conquistas militares, que não só fomentaram a ampliação substancial dos domínios territoriais da Coroa de Aragão, como também atuaram no fortalecimento do potencial político de Jaime I.

Cabe acrescentar ainda que, durante as últimas décadas do reinado de Jaime I, sua postura patrimonialista em relação à distribuição dos territórios da Coroa entre seus herdeiros respondeu à instabilidade política interna e à influência predominante do estamento nobiliárquico sobre o exercício do poder político, forjando-se, assim, como uma estratégia voltada a defender e garantir a sucessão de sua dinastia ao trono.

Deste modo, ao adotar essa postura patrimonialista, Jaime I reconheceu a realidade política de seu tempo e agiu de acordo com as circunstâncias para fortalecer a posição de sua dinastia diante das pressões internas. Tal abordagem por parte do rei não apenas refletia uma preocupação com a sucessão dinástica, mas também uma tentativa de fortalecer a própria posição da monarquia no que concerne às relações de poder com a alta nobreza.

Por certo, no decorrer do seu reinado, algumas ações de Jaime I o colocaram em conflito com o estamento nobiliárquico catalano-aragonês, conforme demonstramos nesta pesquisa. Contudo, ao desvendarmos a dinâmica de exercício do poder sobre uma base compartilhada nas relações sociopolíticas entre nobreza e monarquia na Coroa de Aragão, desvela-se uma realidade que nos instiga a refletir se a instabilidade política não seria uma marca inerente a tais relações de poder.

Nesta linha de interpretação, é fundamental reconhecer a complexidade intrínseca das relações de poder que caracterizavam o contexto político do reinado de Jaime I, tendo em vista que os núcleos nobiliárquicos aragonês e catalão nutriam aspirações diametralmente distintas – muitas vezes com dissensões internas entre seus próprios membros – que refletiam as especificidades dos territórios de Aragão e da Catalunha, cabendo ainda incluir os interesses próprios da monarquia neste cenário político.

Logo, a articulação das relações de sociopolíticas dirigida por Jaime I na busca em conciliar uma teia de anseios heterogêneos, sem comprometer sua própria posição de poder, se mostrava complexa, tornando assim a construção de uma estabilidade política total um horizonte não tão longe de uma utopia.

Em conclusão, tendo em vista os resultados supradelineados, revela-se a possibilidade de estabelecermos uma conexão entre a temática abordada por esta pesquisa e a realidade política ora em curso, uma vez que a compreensão acerca da forma como o poder era exercido no recorte cronológico referente à tardo-medievalidade ibérica na Coroa de Aragão suscita, com todas as ressalvas que a diacronia histórica impõe, uma instigante reflexão e debate sobre a atuação dos governantes na coetaneidade, cujas ações são, não raro, balizadas a partir dos interesses da sociedade política circum-adjacente dada sua influência no que atine ao exercício do poder na órbita governativa.

# **F**ONTES DOCUMENTAIS

---

**ARXIU VIRTUAL JAIME I. El papa Innocent III nomena set consellers al rei Jaume I, i dicta diverses normes relatives a altres qüestions de bon govern - Document n° 001395.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=001395>>. Acceso em: 25 fev. 2022.

\_\_\_\_. **Jaume I atorga carta d'arres amb motiu del seu casament amb l'infanta Leonor de Castella - Document n° 001437.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=001437>>. Acceso em: 15 abr. 2022.

\_\_\_\_. **Jaume I atorga el seu darrer testament - Document n° 001337.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=001337>>. Acceso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I dona a Blasco de Alagón els castells i viles de Sástago i Maria, en Aragó, com a recompensa per haver conquerit el castell de Morella i haver-lo retornat a la corona - Document n° 000105.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000105>>. Acceso em: 18 fev. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I dona a Blasco de Alagón tots els castells i viles que puga conquerir en terra de musulmans- Document n° 000102.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000102>>. Acceso em: 10 jan. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I dona a l'orde del Temple el castell o almodaina dels jueus de la ciutat de Mallorca i el port d'Almonacir, al sud de la ciutat- Document n° 000151.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000151>>. Acceso em: 10 jan. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I estableix unes noves constitucions de Pau i Treua, vàlides des del Cinca fins a Salses- Document n° 000664.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000664>>. Acceso em: 10 jan. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I i Blasco de Alagón pacten les condicions amb què el segon administrarà el castell de Morella durant la seua vida- Document n°**

**000114.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: < <https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000114>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I i el rei Zayan signen la carta de capitulació de la ciutat de València- Document n° 000652.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: < <https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000652>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I presideix corts a la vila de Monzón, per a aragonesos i catalans, on es decideix la conquesta del regne de València, l'establiment de paus i treues a Aragó i Catalunya, i l'estabilitat de la moneda jaquesa- Document n° 000972.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: < <https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000972>>. Acesso em: 16 fev. 2023.

\_\_\_\_. **Jaume I prohibeix la confederació feta pels consells municipals de Zaragoza, Huesca i Jaca, ordenant-los que li donen els documents signats entre ells, a canvi de la qual cosa els confirmarà els seus costums i privilegis - Document n° 001445.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=001445>>. Acesso em: 18 abr. 2022.

\_\_\_\_. **Jaume I promet dotar la catedral de València i repartir terres entre els qui l'ajuden a la conquesta del regne- Document n° 000550.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: < <https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000550>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

\_\_\_\_. **Pere de Benavento, cardenal i legat pontifici, estableix unes constitucions de Pau i Treua en nom de Jaume I, menor d'edat, per a Aragó i Catalunya - Document n° 000667.** Castelló, 2006 ©. Disponible em: <<https://www.jaumeprimer.uji.es/cgi-bin/arxiu.php?noriginal=000667>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

GRAS, Rafael. De historia aragonesa. Un documento curioso. In: **Butlletí del Centre Excursionista de Lleyda**, Lérida, n. 1, p. 2-10, jan. 1908. Disponible em: <<https://repositori.fpiei.cat/ca/dem/catalog/views/53890?query=>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

CABANES PECOURT, Maria de los Desamparados; HUICI MIRANDA, Ambrosio. **Documentos de Jaime I de Aragón. I. 1216-1236.** València: Anubar, doc. 116, 1976. Disponible em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm49.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. I. 1216-1236.** València: Anubar, doc. 168, 1976. Disponible em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm49>>.

htm>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. I. 1216-1236.** Valência: Anubar, doc. 224, 1976. Disponível em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm49.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. II. 1237-1250.** Valência: Anubar, doc. 340, 1976. Disponível em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm50.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. II. 1237-1250.** Valência: Anubar, doc. 364, 1976. Disponível em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm50.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. II. 1237-1250.** Valência: Anubar, doc. 365, 1976. Disponível em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm50.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. II. 1237-1250.** Valência: Anubar, doc. 366, 1976. Disponível em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm50.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. III. 1251-1257.** Zaragoza: Anubar, doc. 626, 1978. Disponível em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm51.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

\_\_\_\_. **Documentos de Jaime I de Aragón. IV. 1258-1262.** Zaragoza: Anubar, doc. 1282, 1982. Disponível em: <<http://www.anubar.com/coltm/libtm51.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SOLDEVILA, Ferran. **Les quatre grans cròniques. I. Llibre dels feits del Rei en Jaume.** Barcelona: Institut d'Estudis Catalans. Revisió filològica de Jordi Bruguera, revisió històrica de M. Teresa Ferrer i Mallo1, 2007.



# REFERÊNCIAS

---

ALVIRA CABRER, Martín. Después de Las Navas de Tolosa y antes de Bouvines. La batalla de Muret (1213) y sus consecuencias. 1212-1214: In: El trienio que hizo a Europa, 2010, Estella. **Actas de la XXXVII Semana de Estudios Medievales de Estella**. Estella: Gobierno de Navarra, 2011, p. 85-112. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6327989>>. Acesso em 15 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. **Guerra e ideología en la España medieval: Cultura y actitudes históricas ante el giro de principios del siglos XIII -Batallas de Las Navas de Tolosa (1212) y Muret (1213)**. 2000. 1483 p. Tese (Doutorado em História) - Universidad Complutense de Madrid, Madrid. Disponível em: <<http://webs.ucm.es/BUCM/tesis//19972000/H/0/H0036901.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2022.

\_\_\_\_\_. La Cruzada contra los Albigenses: historia, historiografía y memoria. Clío & Crímen: **Revista del Centro de Historia del Crimen de Durango**, Espanha, n.6, p.110-141, 2009. Disponível em: <<https://goo.gl/UgqGpT>>. Acesso em 15 fev. 2022.

ARÁNDEZ, Álvaro Santamaria. Determinantes de la conquista de Baleares. **Mayurca: Revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts**, Mallorca, n. 8, p. 65-133, 1972. Disponível em: <<https://tinyurl.com/3eekyfc3>>. Acesso em 16. jan. 2023.

ARREGUI, Manuel Ortuño. Los Templarios em la Corona de Aragón. **Revista de Claseshistoria**, Espanha, n. 5, p. 1-18, 2012. Disponível em: <<https://tinyurl.com/2wzrhc6>>. Acesso em 18 fev. 2022.

ASENJO GONZÁLEZ, Maria. La venganza en el ámbito de las ciudades castellanas y su transformación en la Baja Edad Media. In: GAUVARD, Claude; ZORZI, Andrea (coords.). **La vengeance em Europe: XII-XVIII siècle**. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2015, p. 227-247. Disponível em: <<https://tinyurl.com/msm959j5>>. Acesso em 19 fev. 2023.

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Relaciones de Alfonso X con Aragón y Navarra. In: **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**, Espanha, n. 4, p. 101-146, 2004-2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/>

articulo?codigo=1389293>. Acesso em 27 set. 2023.

BARROS, José D' Assunção. História Política: dos objetos tradicionais ao estudo dos micropoderes, do discurso e do imaginário. **Escritas: Revista do Curso de História de Araguaiana**, v.1, 2008. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y6rj96z7>>. Acesso em 15 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **Os conceitos. Seus usos nas Ciências Humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

BASCHET, Jérôme. **A civilização feudal: do ano mil à colonização da América**. Tradução Marcelo Rede. São Paulo: Globo, 2006

BELENGUER CEBRIÀ, Ernest. **Jaime I y su reinado**. Lleida: Milenio, 2008.

BLANCAS, Jerónimo. **Comentarios de las cosas de Aragón**. Traducción castellana: P. M. Hernández. Zaragoza, 1878.

BLEYE, Pedro Aguado. **Manual de História de Espanha**. Madrid: Espasa-Calpe, 1958.

CABANES PECOURT, Maria de los Desamparados. **El “Repartiment” de la ciudad de Valencia**. Valência: Anubar, 1977.

CALAINHO, Daniela Buono. **História Medieval do Ocidente**. Petrópolis: Vozes, 2014.

CARNEIRO, Leandro Piquet; KUCHNIR, Karina. As Dimensões Subjetivas da Política. In: **Estudos Históricos**, n° 24, 1999. p. 227-250. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2100>>. Acesso em 15 jan. 2024.

COSTA, Bárbara Patrícia Leite. **Engenhos, armas e técnicas de cerco na Idade Média portuguesa (séculos XII-XIV)**. 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <<https://tinyurl.com/25fsveyu>>. Acesso em: 10 fev. 2022.

ESCALONA, Julio. Los nobles contra su rey: argumentos y motivaciones de la insubordinación nobiliaria de 1272-1273. In: **Cahiers de linguistique et de civilisation hispaniques médiévales**, Paris, n. 25, p. 131-162. 2002. Disponível em: <[https://www.persee.fr/doc/cehm\\_0396-9045\\_2002\\_num\\_25\\_1\\_1234](https://www.persee.fr/doc/cehm_0396-9045_2002_num_25_1_1234)>. Acesso em: 4 abr. 2022.

ESTEBAN RIBAS, Alberto Raúl. El libre del feits: Los hechos militares. **Revista de Historia Militar**, Espanha, n.109, p.11-47, 2011. Disponível em: <<http://twixar.me/gYcm>>. Acesso em 21 jan. 2023.

\_\_\_\_. La espada y la cruz: la batalla de Muret. **Revista de Historia Militar**, Espanha, n.104, p.11-72, 2008. Disponível em: <<https://goo.gl/5gUu4X>>. Acesso em 15 fev. 2022.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Orgs.). **Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 98.

FATÁS, Guillermo. **Prontuario aragonés del Reino e la Corona de Aragón**. Espanha: Cortes de Aragón Parlamento, 2014. Disponível em: <[http://www.cortesaragon.es/fileadmin/\\_DMZMedia/informatica/descargas/prontuarioAragones.pdf](http://www.cortesaragon.es/fileadmin/_DMZMedia/informatica/descargas/prontuarioAragones.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FERNANDES, Fátima Regina. As elites políticas e a conceito de fronteira na Península Ibérica Medieval. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. XXX, p. 7-32, 2004. Disponível em: <<https://tinyurl.com/6k8txe9j>>. Acesso em 25 ago. 2023.

\_\_\_\_. A nobreza, o rei e a fronteira no medievo peninsular. **En la España Medieval**, Espanha, v. 28, p. 155-176, 2005. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1226593>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

\_\_\_\_. **De traidores a degredados na Idade Média: do pacto e seus rompimentos**. 118 p. Tese (Titular em História Medieval) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://twixar.me/bYcm>>. Acesso em 25 ago. 2023.

FERNÁNDEZ, Luis Suaréz. **Historia de España: edad media**. Madrid: Gredos, 1970.

GARCIA FITZ, F. **Ejércitos y actividades guerreras en la Edad Media europea**. Madrid: Arco libros, 1998.

GIMENEZ, José Carlos. **O papel político da Rainha Isabel de Portugal na Península Ibérica**. 2005. 201p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://twixar.me/R4cm>>. Acesso em 10 fev. 2022.

GONZÁLEZ ANTÓN, L. **La revuelta de la nobleza aragonesa contra Jaime I en 1224-1227**. Homenaje a Don José María Lacarra en su jubilación del profesorado. Zaragoza, 1977. Disponível em: <<https://goo.gl/XUSHLf>>. Acesso em 10 mar. 2022.

GUIMARÃES, Marcella Lopes. O discurso cronístico e a narrativa

histórica. In: MARCHINI NETO, Dirceu e NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (Orgs.). **A Idade Média: entre a história e a historiografia**. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2012, p.57-58.

GOOGLE INC. Google Maps. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em 15 mar. 2022.

LADERO QUESADA, M. A. Historia Institucional y política de la Peninsula Iberica en la Edad Media. **En la España Medieval**, Madrid, 23, 200, p. 462. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/ELEM/article/view/ELEM0000110441A>>. Acesso em 15 jan. 2024.

LALIENA CORBERA, Carlos. La formación de las estructuras señoriales en Aragón (ca. 1083-ca. 1206). In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban; SERRANO MARTÍN, Eliseo; (Coords.). **Señorío y feudalismo en la Península Ibérica (ss. XII-XIX)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, v. 1, 1993, p. 553-586. Disponível em: <<http://twixar.me/B4Cm>>. Acesso em 10 mar. 2022.

LEVI, Lucio. Legitimidade. Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale et. al. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 675-679.

LIMA, Marcelo Pereira. Inocência III. In: SOUZA, Guilherme Queiroz; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (orgs.). **Dicionário: cem fragmentos biográficos**. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 331-336. Disponível em: <<http://twixar.me/54Cm>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

LOYN, Henry R. (Org.). **Dicionário da Idade Média**. Tradução Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

MCEVEDY, Colin. **Atlas de História Medieval**. São Paulo: Verbo, 1990.

MEDEIROS, Eduardo Luiz. **De Filipe II a Filipe Augusto, uma análise da estruturação do poder régio nos territórios da monarquia francesa entre os anos de 1180 e 1223**. 2015. 183 p. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://twixar.me/84Cm>>. Acesso em: 12 fev. 2022.

MENÉNDEZ PIDAL, Faustino. **La nobleza en España: ideas, estructuras, historia**. Madrid: Real Academia de La Historia, 2015.

MINUÉ SÁNCHEZ, Andrés J. Nicolás. Los tenentes. Génesis de la nobleza de Aragón. **Hidalguía: la revista de genealogia, nobleza y armas**,

Madrid, n. 367, p. 775-786, 2014. Disponível em: <<http://twixar.me/j4Cm>>. Acesso em: 10 mar. 2022.

MOCELIM, Adriana; SILVA, Lucas Augusto Tavares. A Reconquista Cristã: uma missão divina na Península Ibérica (VIII-XV). In: **Revista de História Helikon**, Curitiba, v. 2, n. 4, 2015, p. 123-137. Disponível em: <<http://twixar.me/p4Cm>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

MONSALVO ANTÓN, José Maria. **Atlas histórico de la España medieval**. Madrid: Síntesis, 2010.

MOXÓ, Salvador. De la nobleza vieja a la nobleza nueva. **Cuadernos de Historia**, Madrid, n. 3, p. 1-210, anual. 1969.

NOGUEIRA, Octaciano. **Vocabulário de Política**. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015, p. 234.

O'SHEA S. **A heresia perfeita: A vida e a morte revolucionária dos cátaros na Idade Média**. Rio de Janeiro: Record, 2005

QUINTANILLA RASO, M.C. Para nos guardar e ayudar el uno al outro: pactos de ayuda mutua entre los grandes em el ámbito territorial (el noroeste castellanoleones, segunda mitad siglo XV). In: **Edad Media Revista de Historia**, Valladolid, nº 11, 2010, p. 91-121. Disponível em: <<http://twixar.me/X4Cm>>. Acesso em: 25 ago. 2023.

REIS, Jaime Estevão dos. **Território, legislação e monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252 – 1284)**. 2007. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007. Disponível em: <<http://twixar.me/9YCm>>. Acesso em: 25 set. 2023.

RÍOS SALOMA, Martín F. Fernando III El Santo, Rey de Castilla y León. In: SOUZA, Guilherme Queiroz; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (orgs.). **Dicionário: cem fragmentos biográficos**. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 393-397. Disponível em: <<http://twixar.me/54Cm>>. Acesso em: 16 set. 2023.

RODRIGO ESTEVAN, María L. Los testamentos de Jaime I: repartos territoriales y turbulencias políticas. **Cuadernos**, Monzón, n. 35, p. 61-90, 2009. Disponível em: <<http://twixar.me/JYCm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RODRÍGUEZ LAJUSTICIA, Francisco Saulo. **La relación de Jaime I de Aragón con sus hijos en los registros de cancillería (1257-1276)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2019. Disponível em: <<http://>

twixar.me/z4Cm>. Acesso em: 27 ago. 2023.

RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

SABATÉ I CURULL, Flocel. A Coroa de Aragão: identidade e especificidade política e social. In: **Signum: Revista da ABREM**, Brasil, n. 2, v. 14, p. 54-72, 2013. Disponível em: <<https://repositori.udl.cat/server/api/core/bitstreams/8ff2d330-6f3e-401a-ae47-56f7abdbf448/content>>. Acesso em: 18 mar. 2024.

\_\_\_\_\_. Catalunya Medieval. In: BALCELLS, Albert (org.). **Història de Catalunya**. L'Esfera dels Llibres, 2006.

SALVADOR CLARAMUNT, Rodríguez. La política matrimonial de la Casa condal de Barcelona y Aragón desde 1213 hasta Fernando el Católico. In: **Acta historica et archaeologica mediaevalia**, Barcelona, n. 23, p. 195-235, 2002. Disponível em: <<http://twixar.me/wYcm>>. Acesso em: 27 ago. 2023.

SARASA SÁNCHEZ, Esteban. La construcción de una memoria de identidad. El género historiográfico en la Edad Media: de lo europeo a lo hispano. In: IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la; MARTÍN RODRÍGUEZ, José Luis (coords.). **Actas: Los espacios de poder en la España Medieval: XII Semana de Estudios Medievales**, Espanha: Instituto de Estudios Riojanos, 2002, p. 409-424. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=293648>>. Acesso em 14 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. **La Corona de Aragón en la Edad Media**. Zaragoza: Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, 2001.

\_\_\_\_\_. **Las Cortes de Aragón en la Edad Media**. Zaragoza: guara editorial, 1979.

SESMA MUÑOZ, José Ángel. Aragón Medieval. In: CANNELAS LÓPEZ, Ángel. **Aragón en su Historia**. Espanha: Caja de Ahorros de la Inmaculada de Aragón, 1980, p. 108-188.

SILVA, Ademir Luiz da. **Os Cavaleiros da Cruz Vermelha: A Ordem dos Templários na Reconquista e Expansão Urbana Portuguesa (séculos XII e XIII)**. 2003. 164 p. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Goiânia, 2003. Disponível em: <<http://twixar.me/S4Cm>>. Acesso em: 16 fev. 2022.

SILVA, Lucas Augusto Tavares. **A conquista da ilha de Maiorca e o**

**fortalecimento do poder e autoridade real de Jaime I de Aragão, o Conquistador (1229-1232).** 2019. 80 p. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/61202>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. As Cortes Gerais de Barcelona (1228) e o modelo corporativo na Coroa de Aragão durante o reinado de Jaime I, o Conquistador (1214-1276). In: **Revista Vozes, Pretérito e Devir**, Teresina, v. XIII, n. 1, p. 49-69, 2021. Disponível em: <<http://revistavozes.uespi.br/ojs/index.php/revistavozes/article/view/397>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

SILVEIRA, Aline Dias. Afonso X de Leão e Castela. In: SOUZA, Guilherme Queiroz; NASCIMENTO, Renata Cristina de Sousa (orgs.). **Dicionário: cem fragmentos biográficos**. Goiânia: Tempestiva, 2020, p. 409-414. Disponível em: <[https://drive.google.com/file/d/1oYxUDE780sHhm3SwL5nO\\_2AI87rK3hI0/view](https://drive.google.com/file/d/1oYxUDE780sHhm3SwL5nO_2AI87rK3hI0/view)>. Acesso em: 25 fev. 2023.

SMITH, Damian J. Los Orígenes y el significado de la Batalla de Muret. **Revista Chilena de Estudios Medievales**, Santiago, n. 5, p. 73-90, 2014. Disponível em: <<http://revistas.ugm.cl/index.php/rcem/article/view/27>>. Acesso em 10 fev. 2022.

SOLDEVILA, Ferran. **Els grans reis del segle XIII. Jaume I i Pere el Gran**. Barcelona: Vicens-Vives, 1965.

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Tradução Carmen C. Varriale et. al. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 933-943.

SWIFT, Francis Darwin. **Vida y Época de Jaime I el Conquistador**. Tradución: Virginia Tabuena Cortés. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2012. Disponível em: <[https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/09/\\_ebook.pdf](https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/09/_ebook.pdf)>. Acesso em 25 fev. 2023.

UTRILLA UTRILLA, Juan F.. Aragón, de reino a corona: hacia la construcción de un estado y sociedad feudales. Una síntesis interpretativa. In: **Jornadas de Canto Gregoriano, XV y XVI**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, p. 149-170, 2012. Disponível em: <<https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/32/44/09utrilla.pdf>>. Acesso em 21 jan. 2023.

\_\_\_\_\_. De la aristocracia a la nobleza hacia la formación de los linajes nobiliarios aragoneses, (1076-1276). In: **La nobleza peninsular en la Edad Media**. Universidad de Zaragoza: Fundación Sánchez-Albornoz, 1999, p.

431-478.

\_\_\_\_. Jaime I (1213-1276) y Aragón aspectos más sobresalientes de un reinado. In: DOMÈNECH, Germà Colón. ROMERO, Tomàs Martínez. **El rei Jaume I: fets, actes i paraules**. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2008, p. 53-73.

\_\_\_\_. La nobleza aragonesa y el Estado en el siglo XIII: Composición, jerarquización y comportamientos políticos. In: SARASA SÁNCHEZ, Esteban (Coord.). **La sociedad en Aragón y Cataluña en el reinado de Jaime I (1213-1276)**. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009, p.199-218. Disponível em: <<http://twixar.me/4YCM>>. Acesso em 10 mar. 2022.

VIANNA, Luciano José. **Pelos Céus e pela Terra: a conquista de Maiorca como legitimidade do rei Jaime I, o Conquistador (1208-1276)**. 144 p. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009. Disponível em: <<http://www.historia.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGHIS/detalhes-da-tese?id=3474>>. Acesso em 15 mar. 2022.

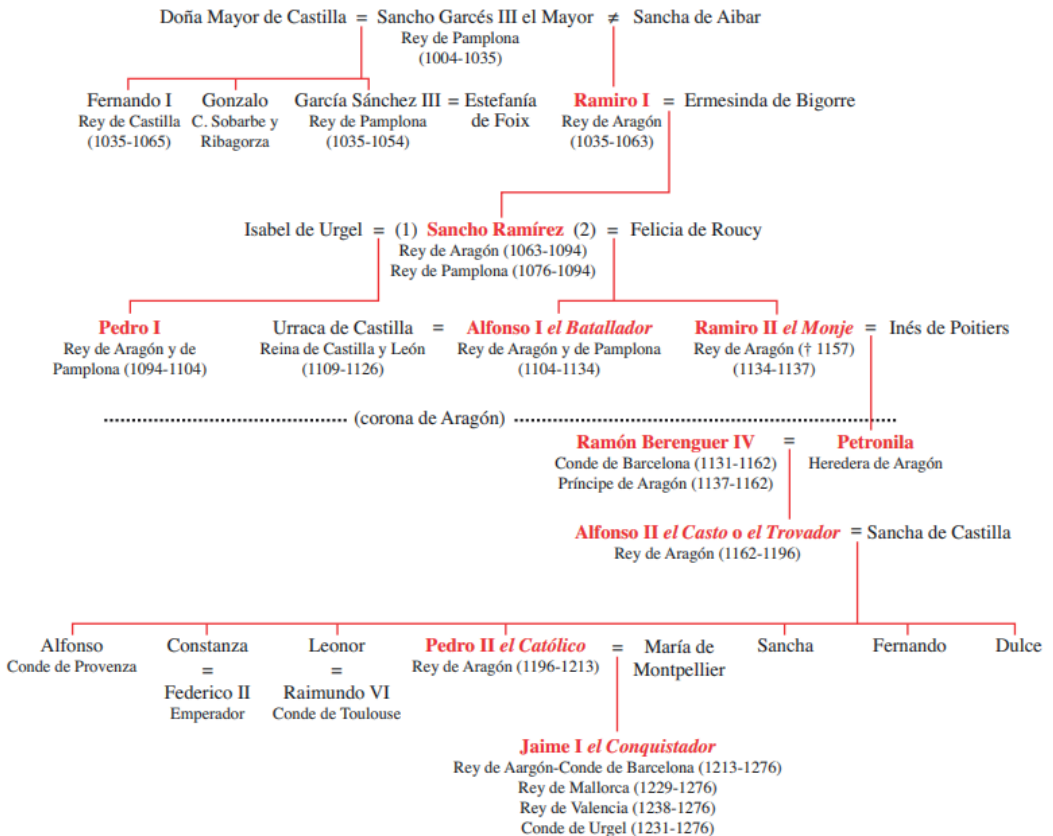
ZLATIC, Carlos Eduardo. **A condição política de Infante no reino português: D. Afonso, Senhor de Portalegre (1263-1312)**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://tinyurl.com/45kxtxfv>>. Acesso em: 15 abr. 2022.



## ANEXO

# REIS DE ARAGÃO: DE RAMIRO I A JAIME I (XI-XIII)

### REYES DE ARAGÓN (1035-1276)



FONTE: Adaptado de MONSALVO ÁNTÓN (2010).

## ***S*OBRE O AUTOR**

---

### **Lucas Augusto Tavares da Silva**

Doutor e mestre em História pela Universidade Federal do Paraná. Graduado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Atua como pesquisador do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED/UFPR). Possui experiência de pesquisa e docência na área de História, com ênfase em História Medieval, dedicando-se aos seguintes temas de estudo: História Medieval da Península Ibérica, Reconquista, Coroa de Aragão, Jaime I de Aragão (1208-1276) o Conquistador, nobreza, cavalaria, matrimônio, relações de poder e guerra medieval.



EDITORA  
SCHREIBEN